

## PLANO DE URBANIZAÇÃO DA SERRA DA CARREGUEIRA



## Avaliação Ambiental Estratégica

Relatório Ambiental

12 de Março de 2014



## Ficha técnica

### Coordenação

Maria do Rosário Partidário

### Equipa técnica

André Vale

Joana Lima

Margarida Monteiro

Paulo Castro Santos

Rita Bruno Soares

Rute Martins

Sofia Frade

# Índice

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVO E METODOLOGIA DA AAE</b> .....	<b>3</b>
2.1	ABORDAGEM METODOLÓGICA ESPECÍFICA.....	4
<b>3</b>	<b>OBJETO DE AVALIAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>4</b>	<b>FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)</b> .....	<b>7</b>
4.1	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE).....	9
4.2	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES .....	11
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE OPÇÕES ESTRATÉGICAS</b> .....	<b>16</b>
5.1	OPÇÕES ESTRATÉGICAS INICIAIS.....	16
5.2	EVOLUÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS .....	19
<b>6</b>	<b>ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO POR FCD</b> .....	<b>22</b>
6.1	FCD#1 - PAISAGEM MULTIFUNCIONAL E BIODIVERSIDADE .....	22
6.1.1	<i>Questões/tendências críticas</i> .....	22
6.1.2	<i>Análise SWOT</i> .....	22
6.1.3	<i>Avaliação do Modelo</i> .....	23
6.1.4	<i>Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão</i> .....	27
6.1.5	<i>Diretrizes de Monitorização</i> .....	29
6.1.6	<i>Quadro de Governança</i> .....	30
6.2	FCD#2 - QUALIDADE DO AMBIENTE .....	30
6.2.1	<i>Questões/tendências críticas</i> .....	30
6.2.2	<i>Análise SWOT</i> .....	31
6.2.3	<i>Avaliação do Modelo</i> .....	31
6.2.4	<i>Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão</i> .....	35
6.2.5	<i>Diretrizes de Monitorização</i> .....	36
6.2.6	<i>Quadro de Governança</i> .....	37
6.3	FCD#3 - ESTILOS DE VIDA.....	38
6.3.1	<i>Questões/tendências críticas</i> .....	38
6.3.2	<i>Análise SWOT</i> .....	38
6.3.3	<i>Avaliação do Modelo</i> .....	39
6.3.4	<i>Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão</i> .....	43
6.3.5	<i>Diretrizes de Monitorização</i> .....	46
6.3.6	<i>Quadro de Governança</i> .....	47
6.4	FCD#4 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE.....	49
6.4.1	<i>Questões/tendências críticas</i> .....	49
6.4.2	<i>Análise SWOT</i> .....	49
6.4.3	<i>Avaliação do Modelo</i> .....	49
6.4.4	<i>Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão</i> .....	53
6.4.5	<i>Diretrizes de Monitorização</i> .....	54
6.4.6	<i>Quadro de Governança</i> .....	55
6.5	FCD#5 - MODELO DE GOVERNANÇA.....	56
6.5.1	<i>Questões/tendências críticas</i> .....	56

6.5.2	<i>Análise SWOT</i> .....	56
6.5.3	<i>Avaliação do Modelo</i> .....	56
6.5.4	<i>Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão</i> .....	59
6.5.5	<i>Diretrizes de Monitorização</i> .....	63
6.5.6	<i>Quadro de Governança</i> .....	64
<b>7</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>65</b>
	<b>ANEXO I – OBJETIVOS E METAS RELEVANTES DO QRE</b> .....	<b>71</b>
	<b>ANEXO II – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DE OPÇÕES ESTRATÉGICAS</b> .....	<b>92</b>
	<b>ANEXO III – PROGRAMA DO PUSC (FEVEREIRO 2013)</b> .....	<b>96</b>
	<b>ANEXO IV – ANÁLISE TENDENCIAL</b> .....	<b>101</b>
A4.1	FCD#1 - PAISAGEM MULTIFUNCIONAL E BIODIVERSIDADE .....	102
A4.2	FCD#2 - QUALIDADE DO AMBIENTE .....	110
A4.3	FCD#3 - ESTILOS DE VIDA .....	118
A4.4	FCD#4 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE .....	126
A4.5	FCD#5 - MODELO DE GOVERNANÇA .....	132

## Índice de Quadros

QUADRO 1 – FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO E RESPECTIVA DESCRIÇÃO SUMÁRIA .....	7
QUADRO 2 – RELEVÂNCIA DO QRE POR FCD .....	10
QUADRO 3 – OBJETIVOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS FCD .....	11
QUADRO 4 – INDICADORES POR CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO .....	14
QUADRO 5 – OPÇÕES ESTRATÉGICAS INICIAIS .....	17
QUADRO 6 – ANÁLISE SWOT - FCD PAISAGEM MULTIFUNCIONAL E BIODIVERSIDADE .....	22
QUADRO 7 – ÍNDICES DE OCUPAÇÃO EXISTENTES NAS QUINTAS .....	24
QUADRO 8 – ÍNDICES DE OCUPAÇÃO PROPOSTOS NAS QUINTAS .....	25
QUADRO 9 – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E DIRETRIZES DE GESTÃO – FCD PAISAGEM MULTIFUNCIONAL E BIODIVERSIDADE.....	27
QUADRO 10 – DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO – FCD PAISAGEM MULTIFUNCIONAL E BIODIVERSIDADE.....	29
QUADRO 11 – QUADRO DE GOVERNANÇA – FCD PAISAGEM MULTIFUNCIONAL E BIODIVERSIDADE.....	30
QUADRO 12 – ANÁLISE SWOT - FCD QUALIDADE DO AMBIENTE .....	31
QUADRO 13 – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO – FCD QUALIDADE DO AMBIENTE .....	35
QUADRO 14 – DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO - FCD QUALIDADE DO AMBIENTE.....	36
QUADRO 15 – QUADRO DE GOVERNANÇA – FCD QUALIDADE DO AMBIENTE .....	37
QUADRO 16 – ANÁLISE SWOT – FCD ESTILOS DE VIDA.....	38
QUADRO 17 – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ N.º 11/2007 (ÁREA DA COLONADE).....	39
QUADRO 18 – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E DIRETRIZES DE GESTÃO – FCD ESTILOS DE VIDA .....	43
QUADRO 19 – DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO – FCD ESTILOS DE VIDA .....	46
QUADRO 20 – QUADRO DE GOVERNANÇA – FCD ESTILOS DE VIDA .....	47
QUADRO 21 – ANÁLISE SWOT – FCD EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE.....	49
QUADRO 22 – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E DIRETRIZES DE GESTÃO – FCD EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE .....	53
QUADRO 23 – DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO - FCD EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE.....	54
QUADRO 24 – QUADRO DE GOVERNANÇA – FCD EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE .....	55
QUADRO 25 – ANÁLISE SWOT – FCD MODELO DE GOVERNANÇA .....	56
QUADRO 26 – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E DIRETRIZES DE GESTÃO – FCD MODELO DE GOVERNANÇA.....	60
QUADRO 27 – DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO – FCD MODELO DE GOVERNANÇA .....	63
QUADRO 28 – QUADRO DE GOVERNANÇA – FCD MODELO DE GOVERNANÇA .....	64
QUADRO 29 – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DE OPÇÕES ESTRATÉGICAS.....	93

## Índice de Figuras

FIGURA 1 – RELAÇÃO ENTRE OS FCD E AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS E AMBIENTAIS.....	8
FIGURA 2 – SOBREPOSIÇÃO DA CARTA DE SENSIBILIDADE ECOLÓGICA COM AS CLASSES DE EDIFICADO DA PLANTA DE ZONAMENTO – FEVEREIRO 2013 (ELABORAÇÃO PRÓPRIA) .....	23
FIGURA 3 – CARTA DE SENSIBILIDADE ECOLÓGICA .....	103
FIGURA 4 – SOBREPOSIÇÃO DA REN E RAN EM VIGOR NA ÁREA DO PUSC.....	104
FIGURA 5 – SOBREPOSIÇÃO DA REN COM AS ÁREAS DE MÁXIMA INFILTRAÇÃO (RIBEIRO) .....	105
FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DA FLORESTA NA ÁREA DO PUSC.....	106
FIGURA 7 – PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DO PUSC .....	106
FIGURA 8 – EXCERTOS DE FOTOGRAFIAS AÉREAS DA ÁREA DO PUSC (1994, 2000, 2004).....	108
FIGURA 9 – LOCALIZAÇÃO DOS PERCURSOS ASSOCIADOS ÀS RIBEIRAS DA ÁREA DE ESTUDO.....	109
FIGURA 10 – ESQUEMA DE LINHAS DE CUMEADA E DE TALVEGUE .....	109
FIGURA 11 – PLANTA DA REDE DE ÁGUAS DOMÉSTICAS/ESGOTOS .....	111
FIGURA 12 – ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PUSC.....	112
FIGURA 13 – ATIVIDADES INDUSTRIAIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PUSC .....	113
FIGURA 14 – EDIFICADO EM ZONAS AMEAÇADAS POR CHEIA (RIBEIRA DE BARCARENA). .....	115
FIGURA 15 – ÁREAS COM MAIOR FACILIDADE DE INFILTRAÇÃO: (A) SEGUNDO A METODOLOGIA IFI; (B) ATUALMENTE VIGENTE. ....	116
FIGURA 16 – EXTRATO DA PLANTA REFERENTE À UNIDADES DE GESTÃO COM A LOCALIZAÇÃO DO PUSC .....	117
FIGURA 17 – PLANTA DA REDE DE GÁS.....	118
FIGURA 18 – LOCALIZAÇÃO DAS AUGI E DA CONSTRUÇÃO CLANDESTINA.....	119
FIGURA 19 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO EXISTENTE .....	120
FIGURA 20 – EDIFÍCIOS DO BELAS CLUBE DE CAMPO.....	120
FIGURA 21 – CLUBES DE GOLFE DO BELAS CLUBE DE CAMPO.....	123
FIGURA 22 – FÁBRICA DOS FOFOS DE BELAS .....	124
FIGURA 23 – REDE FERROVIÁRIA E RODOVIÁRIA.....	126
FIGURA 24 – CARREIRAS QUE ATRAVESSAM A ÁREA DO PUSC (VIMECA).....	127
FIGURA 25 – INEXISTÊNCIA DE PASSEIOS (URBANIZAÇÃO DE STOOP) E ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO COM MOBILIÁRIO URBANO (BCC). .....	128

## Índice de Acrónimos

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AML	Área Metropolitana de Lisboa
APA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
AUGI	Áreas Urbanas de Génese Ilegal
BCC	Belas Clube de Campo
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CMS	Câmara Municipal de Sintra
CS	Conferência de Serviços do PUSC
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EN	Estrada Nacional
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
ENF	Estratégia Nacional para as Florestas
EPAL	Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A.
ER	Estrada Regional
ERAE	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
ERL2020	Estratégia Regional de Lisboa 2020
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
FER	Fontes de Energia Renovável
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ONG	Organização Não Governamental
PBHT	Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo
PDES	Plano de Desenvolvimento Estratégico (Sintra 2015)
PDM	Plano Diretor Municipal
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013
PECSAC	Plano Estratégico face às Alterações Climáticas (SIAM, Sintra)
PENT	Plano Estratégico Nacional para o Turismo
PERSU II	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II
PET	Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020
PMIF	Plano Municipal de Intervenção na Floresta
PMQARLVT	Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo
PNAAS	Plano Nacional de Ação para o Ambiente e Saúde 2008-2013
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa das Florestas Contra Incêndios
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa das Florestas Contra Incêndios
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PNS	Plano Nacional de Saúde 2004/2010
PNUEA	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PROFAML	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa
PROT-AML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PUSC	Plano de Urbanização da Serra da Carregueira
PVCS	Plano Verde do Conselho de Sintra
QA	Questões Ambientais
QE	Questões Estratégicas

QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
REM	Rede Ecológica Metropolitana
REN	Reserva Ecológica Nacional
SWOT	<i>Streghts, Weaknesses, Oportunities and Threats</i>
TC	Transporte Coletivo
TI	Transporte Individual
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TP	Transporte Público
UE	Unidade de Execução
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
VDP	Vias Distribuidoras Principais



# 1 Introdução

O presente documento constitui o Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental (AA) do processo de elaboração do Plano de Urbanização da Serra da Carregueira (PUSC).

A elaboração do PUSC encontra-se sujeita a um processo de AA de acordo com o Decreto-Lei nº 316/2007 de 19 de Setembro - com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro e subsidiariamente pelo Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho. Este enquadramento define como responsável pela AA o proponente do Plano. Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AA, determinação do seu âmbito e alcance, consulta de entidades e do público sobre esse âmbito e alcance, preparação do Relatório Ambiental (RA) e respetivas consultas públicas e institucionais, e apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) desenvolve-se através de uma metodologia que assume um papel de facilitador do processo de planeamento, alertando para situações de risco ou de oportunidade na perspetiva da sustentabilidade, em função de Fatores Críticos para a Decisão (FCD) identificados (vide capítulo 2). Processa-se em três fases, descritas no capítulo 2, concomitantes com a definição da estratégia e das opções estratégicas, e com o desenvolvimento do modelo territorial e das respetivas propostas, integrando assim a definição das estratégias do Plano e a sua territorialização.

Numa primeira fase definiram-se os FCD, paralelamente à fase inicial de conceção da estratégia preliminar de revisão do PUSC, tendo sido objeto de um relatório que estabeleceu o âmbito e o alcance da AA. Seguidamente, procedeu-se à Avaliação de Opções Estratégicas, conduzida em Julho 2011 da definição de estratégias municipais e do Plano. Finalmente, procedeu-se à avaliação da Proposta de Plano, em que se avaliou o modelo territorial e a sua materialização nas medidas regulamentares e de zonamento. Nesta fase, verificou-se que alguns dos riscos potenciais considerados mais relevantes durante a fase de Avaliação das Opções Estratégicas, tinham sido reduzidos ou mesmo eliminados, fruto dos elementos entretanto integrados na Proposta de Plano pela equipa de elaboração do PUSC.

O presente RA reflete o acompanhamento do processo de elaboração do PUSC pela AAE, desde a formulação das estratégias à definição de medidas para a sua territorialização, incluindo as alterações efetuadas no Plano, em função dos elementos presentes nas diversas versões. Desta forma, o presente documento diz respeito à última versão do plano de Fevereiro de 2014.

Este RA foi alvo de consulta institucional e será ainda sujeito a consulta pública, nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho. Os resultados da consulta institucional levaram à introdução de alterações na Proposta de Plano e, conseqüentemente, neste Relatório.

O Relatório Ambiental estrutura-se do seguinte modo: objetivo e metodologia da AAE (Capítulo 2), apresentação do objeto de avaliação (Capítulo 3) e do quadro de avaliação (Capítulo 4), resumo da análise e avaliação de opções estratégicas (Capítulo 5), tendências críticas, avaliação do modelo territorial e diretrizes por FCD (Capítulo 6) e conclusões (Capítulo 7). Optou-se por colocar em Anexo (Anexo IV) o desenvolvimento da análise de tendências, organizada por FCD, para melhorar a leitura da avaliação estratégica. O Anexo inclui também o Quadro de Referência Estratégico (QRE).

## 2 Objetivo e metodologia da AAE

A AA da elaboração do PUSC foi desenvolvida de acordo com uma metodologia de AAE, tal como descrita em Partidário (2007)<sup>1</sup>, segundo a qual a avaliação deve ser conduzida em simultâneo com a elaboração do Plano, considerar opções estratégicas para avaliação, considerar um contexto de sustentabilidade e apontar a atenção para aspetos essenciais relevantes que, cumprindo a legislação, evitem descrições demasiado detalhadas em relação à escala do Plano. A metodologia proposta assegura o cumprimento do estipulado no Decreto – Lei nº 232/2007, de 15 de Junho e no Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro, desenvolvendo-se em quatro fases metodológicas fundamentais:

1. Identificação e análise de Fatores Críticos para a Decisão;
2. Análise de tendências;
3. Avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas e da estrutura territorial e regime de uso do solo proposto na Planta de Zonamento;
4. Bases para um programa de seguimento da implementação do Plano.

Esta abordagem estratégica pressupõe ainda que a AAE seja complementar à conceção do PUSC, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do Plano, quer no que respeita ao diagnóstico, quer no que respeita às opções de desenvolvimento preconizadas. A AAE tem ainda em conta os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades e do público.

**O objetivo da AAE é avaliar de que forma as estratégias do PUSC integram, e dão resposta, aos problemas ambientais e de sustentabilidade críticos no território do Plano, e quais os riscos e oportunidades que poderão suscitar no futuro.**

Para assegurar estes objetivos a metodologia a seguir na AAE concretiza-se nas atividades fundamentais descritas na secção seguinte, que foram articuladas com o processo de planeamento.

Os documentos a preparar no âmbito da AAE incluíram:

- a. Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, que reporta sobre o âmbito e alcance da AA – entregue em Janeiro de 2011;
- b. Relatório Ambiental onde se inclui a análise de tendências e a avaliação de oportunidades e riscos, bem como as bases de um programa de seguimento da implementação do Plano – presente documento;

---

<sup>1</sup> PARTIDÁRIO, M.R. (2007). “Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas”, 1ª ed. Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente.

- c. Declaração Ambiental para apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente no seguimento da aprovação do Plano.

## 2.1 Abordagem metodológica específica

1. **Focalização** – corresponde à identificação, justificação e apresentação dos FCD.

Os FCD refletem os temas que determinam o sucesso do PUSC dos pontos de vista ambiental e de sustentabilidade. Os FCD estruturam a avaliação e correspondem aos fatores fundamentais considerados no processo de decisão, na conceção das opções estratégicas do Plano e das ações que as implementam. Os FCD organizam-se em critérios de avaliação e indicadores, que constituem a métrica da avaliação. A identificação dos FCD resulta da análise integrada de um conjunto diverso de elementos:

- Quadro de Referência Estratégico (QRE), que estabelece o referencial de avaliação face ao que se pretende para o desenvolvimento futuro, bem como o enquadramento com outros planos e programas relevantes, incluindo políticas nacionais e regionais;
- Questões Estratégicas do PUSC (QE), que configuram a conjuntura estratégica, objetivos e linhas de força que orientam o PUSC;
- Questões Ambientais (QA), nomeadamente as que são legalmente definidas no Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho.

Estes FCD foram objeto de consulta institucional nos termos do n.º1 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho, compete à entidade responsável pelo Plano "determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar e o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental", e de acordo com o nº 3 do citado artigo "a entidade responsável pela elaboração do Plano solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental". Apesar de a legislação só exigir a consulta de entidades com responsabilidade ambiental específica (ERAE), recomenda-se igualmente, como boa prática, a consulta de outras entidades não mencionadas na legislação, e do público em geral.

2. **Análise de tendências** – corresponde a um diagnóstico estratégico fortemente articulado com o diagnóstico desenvolvido pela equipa do PUSC.

Esta análise de tendências foi desenvolvida com base nos critérios e indicadores identificados para cada um dos FCD, considerados relevantes no estabelecimento do âmbito e alcance da AAE. Pretendeu-se designadamente identificar e analisar o que mudou e porquê, o que se pretende que continue e o que se pretende alterar. A análise desenvolvida pela equipa do PUSC foi crucial como contributo para a análise de tendências na AAE.

3. **Avaliação estratégica** – avalia as oportunidades e os riscos das opções estratégicas de desenvolvimento preconizadas no Plano, à luz das questões relevantes que são expressas nos FCD.

Esta atividade desenvolve-se em dois níveis de avaliação:

1º Avaliação de oportunidades e riscos, face aos FCD, **das orientações estratégicas de planeamento**, tendo em conta opções alternativas de desenvolvimento, que consubstanciam o futuro desejável ambicionado para o território do Plano; esta é a fase primordial da AAE em que se procedeu à avaliação da estratégia global de desenvolvimento local, e das suas principais opções, indicando os principais riscos e oportunidades decorrentes das escolhas estratégicas realizadas e sugerindo alternativas nos casos mais relevantes. Resulta no contributo fundamental da AAE para a integração de preocupações ambientais e de sustentabilidade na discussão das opções que suportam estrategicamente o PU e o desenvolvimento do modelo territorial. Esta fase constituiu uma orientação estratégica para a equipa de elaboração do Plano;

2º Avaliação de oportunidades e riscos, face aos FCD, **da estrutura territorial e regime de uso do solo** proposto na Planta de Zonamento para o PUSC, a qual reflete já as opções estratégicas escolhidas. Esta fase constitui uma validação da avaliação estratégica realizada sobre as opções estratégicas.

4. **Definição de Diretrizes para planeamento, gestão e monitorização** - constituem as bases para um programa de seguimento do PUSC, incluindo um quadro de governança institucional, indicativo de um envolvimento e níveis de responsabilidade institucional no seguimento do Plano.

### 3 Objeto de Avaliação

A estratégia do PUSC, consubstanciada em opções estratégicas e no seu modelo territorial, constitui o objeto de avaliação da AAE. Como referido no ponto anterior, a AAE compreendeu dois níveis de avaliação e, conseqüentemente, de objetos de avaliação:

- Numa primeira fase as orientações estratégicas do Plano e respetivas alternativas;
- Numa segunda fase as medidas concretas do PUSC, a estrutura territorial e regime de uso do solo propostos no modelo territorial. Esta fase incidiu sobre várias versões do plano, sendo que o presente documento diz respeito à versão disponibilizada à equipa de AAE em de Fevereiro de 2014.

## 4 Fatores Críticos para a Decisão (FCD)

Os FCD (Quadro 1) refletem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos fatores fundamentais a ser considerados no processo de decisão, na avaliação das opções estratégicas do Plano e das ações que as implementam (Figura 1). A sua identificação e análise estabelecem a estrutura fundamental da AAE do PUSC que se encontra desenvolvida no presente documento.

O Quadro constante do Anexo I identifica os objetivos e metas relevantes aplicáveis ao PUSC, por FCD, no âmbito das suas opções de desenvolvimento. Os objetivos e metas aqui identificados constituem, assim, os referenciais ambientais e de sustentabilidade a partir dos quais o PUSC é avaliado estrategicamente.

**Quadro 1 – Fatores Críticos para a Decisão e respetiva descrição sumária**

FCD	Descrição sumária
<b>Paisagem Multifuncional e Biodiversidade</b>	Paisagem que acolhe funções múltiplas, compatível com funções e usos múltiplos apropriados à manutenção das características que distinguem a serra da Carregueira, garantindo a conservação e valorização dos valores ecológicos e patrimoniais presentes, destacando o valor ambiental e florestal como mais-valia para a comunidade.
<b>Qualidade do Ambiente</b>	Integridade da qualidade física do ambiente, destacando os fatores que afetam a saúde e bem-estar, a prevenção de riscos, e em particular as medidas de adaptação do sistemas hídrico e territorial às alterações climáticas.
<b>Estilo de Vida</b>	Conceção de um território que ofereça um estilo de vida próprio a uma comunidade urbana com exigências relativas à valorização da envolvente ecológica, da qualidade territorial no espaço de vizinhança e à presença de áreas centrais como espaços de encontro e de vitalidade social.
<b>Eficiência Energética e Mobilidade</b>	Soluções de construção do edificado, de mobilidade e de acessibilidade endógena e exógena à serra da Carregueira compatíveis com princípios de eficiência energética.
<b>Modelo de Governança</b>	Sistema de governança que assegure o sucesso dos objetivos coletivamente estabelecidos e a viabilidade funcional e económica necessária à sustentabilidade global da serra da Carregueira.

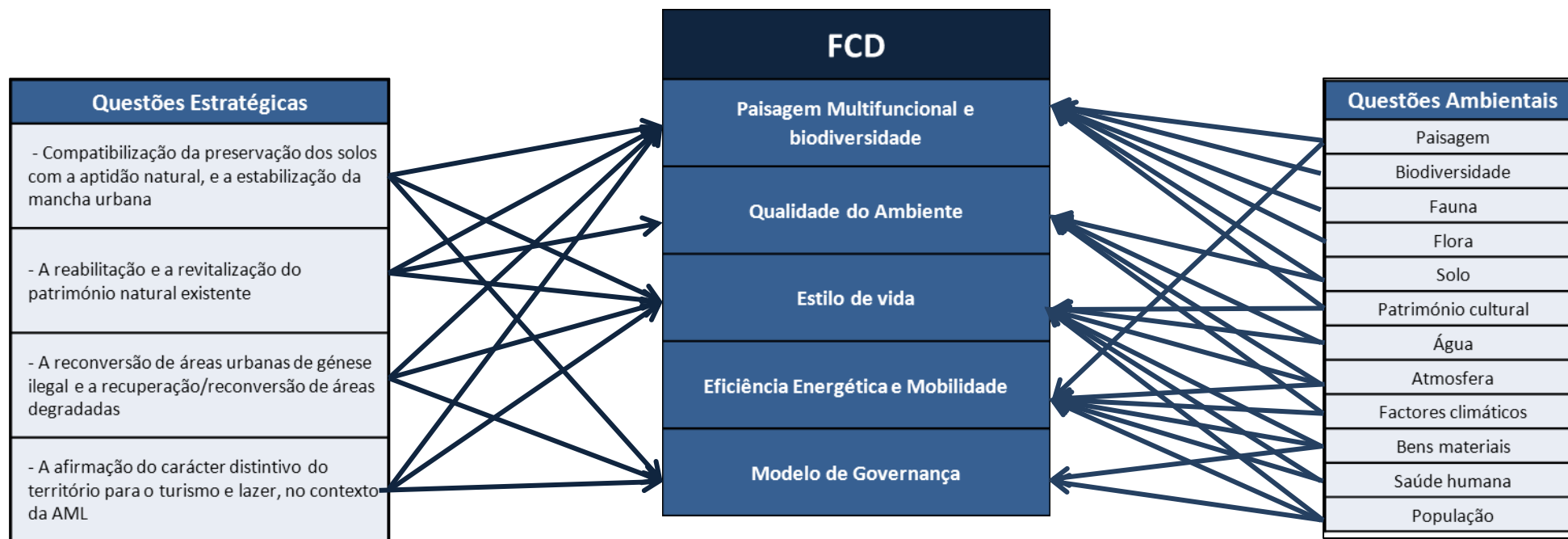


Figura 1 – Relação entre os FCD e as questões estratégicas e ambientais



Para cada FCD foram definidos critérios de avaliação, e indicadores, tal como descrito no subcapítulo 4.2. Os critérios dão consistência aos FCD, assinalando as prioridades de avaliação, e os indicadores pretendem conferir uma dimensão analítica aos FCD, sendo revistos durante o decorrer da AAE se se justificar, em função das consultas realizadas e das circunstâncias de planeamento.

## 4.1 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Para a definição do QRE foram analisadas as políticas, programas e/ou planos que enquadram estrategicamente o PUSC e para o qual estabelecem objetivos e/ou metas de sustentabilidade.

O Quadro 2 apresenta a lista dos instrumentos de planeamento identificados e sua relação de relevância com os FCD preconizados.

**Quadro 2 – Relevância do QRE por FCD**

Documentos Estratégicos Relevantes	Fatores Críticos de Decisão	Paisagem multifuncional e biodiversidade	Qualidade do Ambiente	Estilos de Vida	Eficiência Energética e Mobilidade	Modelo de Governança
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)		✓	✓	✓	✓	✓
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)		✓	✓	✓	✓	✓
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)			✓			✓
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)		✓	✓		✓	
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE)					✓	
Plano Nacional de Cação Ambiente e Saúde 2008-2013 (PNAAS)				✓		✓
Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT)				✓		
Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social				✓		
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II)				✓	✓	
Plano Nacional de Saúde 2004/2010 (PNS)				✓		✓
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)		✓				
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEASAR)				✓		
Plano Sectorial Rede Natura 2000		✓				✓
Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo (PMQARLVT)		✓	✓		✓	
Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo (PBHT)			✓			
Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROFAML)		✓	✓	✓	✓	✓
PROT-AML - Janeiro de 2002		✓	✓	✓	✓	✓
Estratégia Regional de Lisboa 2020 (ERL2020)		✓	✓	✓	✓	
Plano Diretor Municipal de Sintra			✓			
Plano de Desenvolvimento Estratégico - Sintra 2015 (PDES)		✓	✓	✓	✓	
Plano Energético de Sintra				✓	✓	
Plano Verde Sintra		✓				
Plano Municipal de Ambiente		✓	✓	✓	✓	
Plano Municipal de Intervenção na Floresta		✓	✓			
Estratégia Nacional para as Florestas		✓	✓	✓	✓	
Planos Nacional e Municipal de Defesa das Florestas Contra Incêndios (PNDFCI / PMDFCI)		✓				
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Sintra (2007-2012)		✓				✓
Plano Estratégico do concelho de Sintra face às alterações climáticas (PECSAC)			✓		✓	
Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020 (PET)					✓	✓

## 4.2 Critérios de avaliação e indicadores

Neste ponto apresentam-se os FCD e os respetivos critérios e indicadores que são considerados na AAE e que estabelecem o âmbito da avaliação, o alcance do relatório ambiental e o nível de pormenor da informação a considerar. O Quadro 3 apresenta uma breve descrição dos critérios que são utilizados na avaliação, apresentando o Quadro 4 o conjunto de indicadores por critério e FCD.

De notar que os FCD não pretendem descrever exaustivamente a situação existente e tendencial mas sobretudo apontar para aspetos críticos de destaque relacionados com as políticas e estratégias de desenvolvimento do PUSC, que sejam relevantes para a AAE.

### Quadro 3 – Objetivos e critérios de avaliação dos FCD

FCD #1 Paisagem Multifuncional e Biodiversidade	
Paisagem que acolhe funções múltiplas, compatível com funções e usos múltiplos apropriados à manutenção das características que distinguem a serra da Carregueira, garantindo a conservação e valorização dos valores ecológicos e patrimoniais presentes, destacando o valor ambiental e florestal como mais-valia para a comunidade.	
Critérios	
Conservação e valorização do património	Avaliação da conservação e valorização da biodiversidade e do património natural e cultural, atendendo aos usos e funções compatíveis, aos conflitos de uso e aos riscos naturais e às oportunidades que permite gerar.
Multifuncionalidade da Paisagem	Avaliação da diversificação funcional (produção, recreio e lazer, turismo, preservação da identidade cultural) na área de intervenção do PUSC, valorização dos fatores de atratividade, incluindo o valor ambiental da floresta e sua inserção na Serra da Carregueira.
Valorização ambiental dos Recursos Hídricos	Avaliação do potencial dos recursos hídricos para criação de valor, nomeadamente disponibilidade e potencial de aproveitamento, infraestruturas de suporte, promoção turística e lazer centrados nas ribeiras existentes, valorização de funções e compatibilização dos sistemas ribeirinhos em contexto urbano, assim como a sua ligação sistémica aos espaços naturais.

FCD #2 Qualidade do Ambiente	
Integridade da qualidade física do ambiente, destacando os fatores que afetam a saúde e bem-estar, a prevenção de riscos, e em particular as medidas de adaptação do sistemas hídrico e territorial às alterações climáticas.	
Critérios	

Qualidade física do ambiente	Avaliação dos aspetos associados à qualidade do ar e da água, bem como do ruído e resíduos, condições para reutilização e reciclagem de recursos ambientais. Adoção de padrões de construção e consumo sustentável, e de desenho urbano que potenciem a qualidade do ambiente.
Adaptação às alterações climáticas	Avaliação da vulnerabilidade do território às alterações climáticas, atendendo às condições de manutenção do ciclo da água em meio urbano e a situações decorrentes da exposição e vulnerabilidade das populações, estruturas sociais e bens materiais ao fenómeno de cheias.
Riscos naturais e tecnológicos	Avaliação dos aspetos ligados à prevenção de riscos naturais e tecnológicos, em particular associados aos riscos de inundação e incêndio, risco de poluição accidental, bem como risco associado a ocupações como a pedreira e o parque de sucatas.

### FCD #3 Estilos de vida

Conceção de um território que ofereça um estilo de vida próprio a uma comunidade urbana com exigências relativas à valorização da envolvente ecológica, da qualidade territorial no espaço de vizinhança e à presença de áreas centrais como espaços de encontro e de vitalidade social.

#### Critérios

Qualidade dos espaços urbanos e conflitos de uso	Avaliação da integração entre a estrutura construída e a estrutura natural na construção de espaços urbanos de qualidade e da capacidade de eliminar ou atenuar os conflitos decorrentes de áreas degradadas e das diferentes atividades.
Valências turísticas e de lazer	Avaliação da capacidade e funcionalidade de equipamentos que satisfaçam as necessidades dos residentes e utilizadores diretos e contribuam para a criação de um perfil territorial orientado para o turismo e lazer.
Cultura/Imagem e identidade local	Avaliação da capacidade de criação de uma imagem coerente com a preservação da identidade local, com vitalidade social e económica, que estabeleça uma diferenciação competitiva e atrativa.

#### FCD #4 Eficiência Energética e Mobilidade

Soluções de construção do edificado, de mobilidade e de acessibilidade endógena e exógena à serra da Carregueira compatíveis com princípios de eficiência energética.

##### Critérios

Eficiência energética	Avaliação da estratégia e medidas dirigidas a uma maior eficiência energética na promoção de tecnologias mais eficientes na construção do edificado e na sua utilização.
Aproveitamentos de recursos energéticos renováveis e mitigação de emissões de CO <sub>2</sub>	Avaliação do potencial de aproveitamento de recursos energéticos renováveis no território do Plano, atendendo aos Padrões de comportamento, atividades e estratégia municipal ao nível de emissões locais de GEE (Gases com Efeito de Estufa) (energia, transportes e resíduos) e ao fomento de ações que contribuam para o sequestro de carbono no território do Plano.
Mobilidade	Avaliação da mobilidade e acessibilidade locais, valorizando a proximidade funcional e a complementaridade dos sistemas de transportes.

#### FCD #5 Modelo de Governança

Sistema de governança que assegure o sucesso dos objetivos coletivamente estabelecidos e a viabilidade funcional e económica necessária à sustentabilidade global da serra da Carregueira.

##### Critérios

Gestão adaptativa e Colaboração Público-Privado	Avaliação da estratégia de financiamento, gestão do território e articulação dos diversos objetivos protagonizados pelos atores presentes, numa ótica de promoção de parcerias público-privadas.
Modelos de participação e envolvimento de agentes	Avaliação das iniciativas municipais de promoção da participação e envolvimento de agentes.

**Quadro 4 – Indicadores por critério de avaliação**

FCD	Critérios de avaliação	Indicadores
PAISAGEM MULTIFUNCIONAL E BIODIVERSIDADE	Conservação e valorização do património	<p>Áreas com interesse e valor ecológico.</p> <p>Taxa de desafetação de REN, RAN e DPH.</p> <p>Variação da área e tipo de coberto florestal.</p> <p>Elementos patrimoniais classificados e não classificados.</p> <p>Intrusões visuais (construções de grande escala, pedreiras e outras explorações de massas minerais, sucatas) suscetíveis de gerar impacto visual na Paisagem.</p>
	Multifuncionalidade da Paisagem	<p>Valorização dos fatores de atratividade da paisagem.</p> <p>Área ocupada por explorações do sector primário com produção agrícola e florestal viável.</p> <p>Área ocupada por sistemas florestais de produção e recreio.</p> <p>Áreas valorizadas com interesse paisagístico e núcleos de quintas (nº, área e localização estratégica).</p>
	Valorização Ambiental dos Recursos Hídricos	<p>Locais com interesse para o lazer associados às ribeiras com utilização qualificada efetiva ou planeada (em % de área utilizável das ribeiras).</p> <p>Âncoras de estadia (praças e áreas centrais, mobiliário urbano, infraestruturas, percursos pedonais, pontos de vista, comércio, restauração) para recreio e lazer.</p>
QUALIDADE DO AMBIENTE	Qualidade física do ambiente	<p>Variação da qualidade da água superficial.</p> <p>Variação da qualidade da água subterrânea.</p> <p>Fontes de poluição.</p> <p>Critérios e medidas para o uso eficiente da água.</p> <p>Variação dos níveis de Ruído.</p> <p>Variação do Índice de qualidade do Ar.</p> <p>Variação da % de população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.</p> <p>Tratamento e destino final dos RSU.</p>
	Adaptação às alterações climáticas	<p>Variação da percentagem de área edificada e edificável inundável.</p> <p>Vulnerabilidade ao risco de inundação.</p> <p>Continuidade do ciclo urbano da água (áreas de infiltração, condições de escoamento, etc.); localização de cabeceiras de linhas de água.</p>
	Riscos naturais e tecnológicos	<p>Exposição a Campos Eletromagnéticos.</p> <p>Vulnerabilidade ao risco sísmico.</p> <p>Risco de incêndio, área ardida em áreas sensíveis e medidas de controlo de incêndios.</p> <p>Riscos geotécnicos.</p>

FCD	Critérios de avaliação	Indicadores
ESTILO DE VIDA	Qualidade dos espaços urbanos e conflitos de uso	Relação territorial com Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) /construções clandestinas/ áreas degradadas. Capitação/Capacidade das Infraestruturas e equipamentos urbanos. Conforto Bioclimático do espaço e dos edifícios (orientação solar dos edifícios; da natureza dos materiais de construção e das técnicas utilizadas). Variação da densidade populacional/territorial e da estrutura sociodemográfica. Estrutura Ecológica Urbana - área/continuidade/grau de penetração.
	Valências turísticas e de lazer	Utilização turística e fatores de atratividade turística. Capitação/Capacidade dos equipamentos e infraestruturas turísticas e de lazer.
	Cultura/Imagem e identidade local	Medidas/iniciativas de recuperação/revitalização do património local (medidas em ações e despesa). Preservação de fatores de identidade local.
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE	Eficiência Energética	Critérios e mecanismos de construção e adaptação tecnológica. Variação de intensidade e consumos energéticos per capita. Soluções adotadas para a eficiência energética dos edifícios e iluminação pública.
	Aproveitamento de recursos energéticos renováveis e mitigação de emissões de CO2	Programas, medidas e iniciativas municipais para a eficiência energética e promoção de Fontes de Energia Renovável (FER). Área florestal com potencial de sequestro de carbono. Taxa efetiva e potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável (MWh).
	Mobilidade	Redes pedonais e de ciclovias na área do PUCS e ligação com a envolvente. Repartição modal. Atratividade da rede de transportes coletivos e alternativas de transportes. Sinistralidade Rodoviária. Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.
MODELO DE GOVERNANÇA	Gestão adaptativa e Colaboração Público - Privado	Critérios e objetivos de gestão do território na área do PUSC. Estrutura de gestão do PUSC. Mecanismos de parceria público-privado. Estrutura de financiamento da implementação do PUSC.
	Modelos de participação e envolvimento de agentes	Mecanismos de envolvimento de agentes e de participação pública. Mecanismos de reação e retorno. Mecanismos de corresponsabilização.

## 5 Análise e Avaliação de Opções Estratégicas

Em Julho de 2011 procedeu-se à *Avaliação das Opções Estratégicas do PUSC*, opções agregadas em Políticas e consubstanciadas em medidas, em termos das oportunidades e riscos ambientais e de sustentabilidade, como contributo para a discussão das opções de desenvolvimento que suportavam estrategicamente o Plano e que vieram a influenciar o desenvolvimento do modelo territorial respetivo, sugerindo opções de planeamento que facilitariam a consideração de questões ambientais podendo contribuir para um aumento da sustentabilidade no território municipal.

Este capítulo pretende expor a evolução das Opções Estratégicas do PUSC ao longo do processo de planeamento e, particularmente, em função das recomendações da AAE.

### 5.1 Opções Estratégicas Iniciais

No Quadro 5 apresentam-se as opções estratégicas do PUSC alvo de avaliação em sede do referido Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas (Julho 2011).



**Quadro 5 – Opções Estratégicas Iniciais**

Políticas	Opções Estratégicas	
	Nome	Descrição
Turismo e lazer	OE TL1	<b>Aumento da oferta de alojamento turístico</b> Favorecer a implantação de empreendimentos turísticos para valorização do património existente, aumentando a área edificável nas quintas (superior a 15% da área edificável existente, para a criação de unidades de alojamento).
	OE TL2	<b>Criação de uma oferta turística sustentável</b> Potenciar o aproveitamento turístico e multifuncional das quintas existentes, promovendo uma expansão de área edificável até um máximo de 15% da área edificável existente, integrando a sua envolvente, promovendo a valorização do quadro ambiental e paisagístico e a salvaguarda dos valores histórico-patrimoniais.
Sistemas Socioecológicos	OE SS1	<b>Valorização da Floresta e dos Sistemas Naturalizados</b> Valorizar a mancha florestal existente partindo da sua proteção e integração na rede ecológica, beneficiando os seus utilizadores e promovendo a sua importância ao nível metropolitano.
	OE SS2	<b>Construção de uma paisagem numa perspetiva socioecológica</b> Promover a integração ambiental e paisagística das novas infraestruturas e construções convertendo as áreas degradadas em áreas estruturantes ou áreas naturalizadas, respeitando os valores presentes e promovendo a continuidade dos ecossistemas e habitats.
	OE SS3	<b>Urbanização da paisagem</b> Intensificar a urbanização da paisagem, favorecendo a implantação de edifícios de natureza residencial ou urbana que aumentam a área edificável e contrariam o padrão tradicional de ocupação e os valores presentes, provocando a perda de continuidade dos ecossistemas e habitats.

Políticas		Opções Estratégicas		
		Nome	Descrição	
Estruturação Urbana	Edificado	OE E 1	Intervenção urbana localizada	Intervenções pontuais no tecido urbano existente.
		OE E 2	Requalificação urbana	Incentivar a articulação das diferentes áreas e a qualidade dos espaços urbanos, gerando centralidades locais através da criação de equipamentos de proximidade.
		OE E 3	Reforço das áreas logísticas e da dotação de equipamentos	Criar um cluster logístico articulado com a estrada nacional e requalificar as áreas com potencialidades para a criação de centralidades escolares e comerciais, com possibilidade de aproveitamento de algum edificado existente (antiga fábrica de Cerâmica).
	Desenho Urbano de novos empreendimentos urbanos da Colnade	OE DU 1	Urbanizar na “vertente nascente da Ribeira de Belas”	Desenho urbano da “vertente nascente da Ribeira de Belas” sem restrições específicas à edificação, negligenciando os valores histórico-culturais e naturais presentes. (Proposta considerando Fases 1e2 do Alvará nº 11/2007 e o zonamento do PUSC nas restantes áreas).
		OE DU 2	Urbanizar no “Casal do Brouco”	Desenho urbano do “Casal do Brouco” sem restrições específicas à edificação, negligenciando os valores histórico-culturais e naturais presentes. (Proposta considerando o zonamento do PUSC (em bruto por fase)).
		OE DU 3	Urbanizar na “vertente nascente da Ribeira de Belas” e limite Norte do Belas Clube de Campo (BCC)	Desenho urbano adaptável às áreas sensíveis distribuindo a carga de edificação entre a “vertente nascente da Ribeira de Belas” e o “Casal do Brouco”. (Proposta considerando o zonamento do PUSC – análise pormenorizada por unidade espacial afeta a cada categoria e por fase).
Mobilidade, Acessibilidades e Infraestruturas	Rede viária	OE RV 1	Articulação e integração da nova rede viária	Desenvolvimento de uma rede viária sobredimensionada que dê resposta ao acréscimo potencial da procura (novas áreas geradoras de tráfego) independentemente da rede atual, articulando as novas infraestruturas viárias com a rede da AML.
		OE RV 2	Melhoria da rede existente	Intervenção na rede viária atual, face ao acréscimo potencial da procura (novas áreas geradoras de tráfego).
	Transporte	OE T1	Predomínio do modo de transporte individual	Incentivar o uso de transporte individual pela ausência de modos atrativos de transporte público.
		OE T2	Predomínio do modo de transporte público	Promover oferta de serviços atrativos de transporte público, utilizando sistemas de integração dos diferentes modos e meios de transporte.

## 5.2 Evolução das Opções Estratégicas

Transversalmente, os riscos e oportunidades mais significativos decorrentes das opções estratégicas iniciais eram:

- Oportunidade de preservação dos aquíferos como reservas estratégicas de água e manutenção da permeabilidade pela promoção de áreas verdes de lazer;
- Risco de aumento da ocupação edificada em áreas da rede ecológica estruturante secundária e fragmentação dos sistemas hídricos;
- Oportunidade de requalificação de espaços urbanos;
- Oportunidade de aumento de equipamentos urbanos e infraestruturas turísticas com adequação da oferta turística ao ambiente envolvente, promovendo a qualidade ambiental;
- Oportunidade de valorização dos recursos florestais diminuindo a probabilidade de incêndios e contribuindo para o sequestro de carbono;
- Risco de criação de áreas geradoras de tráfego com aumento do recurso ao Transporte Individual (TI) e congestionamento da rede viária local;
- Ausência de incentivo ao uso de Transporte Coletivo (TC) com risco para a qualidade do ar e níveis de ruído, as emissões de CO<sub>2</sub>, bem como para a promoção de estilos de vida mais sustentáveis;
- Ausência de apostas que promovam o aproveitamento de recursos energéticos renováveis, colocando em risco a sustentabilidade energética na área do PUSC.

No Anexo II apresenta-se uma síntese das oportunidades e riscos de carácter estratégico que foram identificados em cada Opção Estratégica.

Face a estes riscos e oportunidades, e no contexto de outras alterações de prioridades, a equipa de planeamento da Câmara Municipal de Sintra (CMS) produziu um programa de medidas que disponibilizou à equipa da AAE em Janeiro de 2011 (Anexo III). Esse programa de medidas, cuja avaliação é apresentada no capítulo 6 – “Análise e Avaliação do Modelo por FCD”, permitiu concluir sobre as escolhas feitas em relação a estratégias a seguir relativamente ao PUSC, que se sumarizam de seguida.

No âmbito das **Políticas de Turismo e Lazer**, observa-se um reforço da Opção Estratégica **“OETL2 – Criação de uma oferta turística sustentável”** em detrimento da OETL1:

- Aposta numa oferta turística multifuncional e qualificada, aliada ao reforço de equipamentos e infraestruturas locais e à valorização do património etnográfico;
- Aposta na valorização de uma Paisagem multifuncional, associada à oferta turística multifuncional aliando o turismo a usos como lazer, desporto, bem-estar e saúde;

- Afirmação do alinhamento com a estratégia de promoção turística municipal “Marca Sintra” criando oportunidades para a criação de sinergias municipais;
- Aposta na promoção da mobilidade suave;
- Manutenção da opção de aumento da área edificada nas Quintas apesar de bastante mais reduzida do que o inicialmente proposto.

No contexto das **Políticas para os Sistemas Socioecológicos**, não se observa um alinhamento claro e unívoco com nenhuma das opções previamente avaliadas:

- Alinhamento genérico com as recomendações da AAE no âmbito da valorização dos serviços dos ecossistemas, salvaguarda do potencial florestal e combate a incêndios;
- Mitigação do risco de fragmentação do sistema hídrico e das ameaças à permeabilidade dos solos;
- Alinhamento claro com recomendações no âmbito da eficiência energética do edificado;
- Não se verifica uma evolução no sentido da criação de parcerias para a gestão dos espaços naturais mantendo-se essa oportunidade em aberto;
- Manutenção da aposta no aumento significativo da área edificada.

No âmbito das **Políticas de Estruturação Urbana** do PUSC, no que diz respeito ao **Edificado**, verifica-se uma convergência para a “**OE E2 - Requalificação Urbana**”. No que diz respeito ao Desenho Urbano de novos empreendimentos urbanos da Colnade, **é clara a opção pela “OE DU3 – Urbanizar na “vertente nascente da Ribeira de Belas” e limite Norte do BCC”**.

Observa-se uma afirmação de preocupações com a sustentabilidade das soluções construtivas e com a mitigação do impacto provável da edificação e urbanização:

- Clara aposta na revitalização de espaços degradados, não só através da reabilitação do património edificado existente mas também da qualificação da sua envolvente, da intervenção ao nível das infraestruturas e de espaços de utilização coletiva;
- Aposta na mitigação dos riscos associados à impermeabilização dos solos e gestão da drenagem pluvial decorrentes da urbanização;
- Aposta no aproveitamento do edificado existente e degradado para o reforço da rede de equipamentos e criação de polos económicos;
- Não se verifica uma evolução no sentido da criação de parcerias ou envolvimento dos diferentes agentes para a gestão e regeneração urbana mantendo-se essa oportunidade em aberto.

No que diz respeito às **Políticas de Mobilidade, Acessibilidades e Infraestruturas**, destaca-se a aposta na “**OE RV1 - Articulação e integração da nova rede viária**” e também na “**OET1 – Predomínio do Modo de Transporte Individual**”:

- Promoção de condições para a deslocação em mobilidade suave em zonas associadas a espaços de lazer;
- Manutenção do risco de criação concentrada de áreas geradoras de tráfego, com aumento do recurso ao TI, congestionamento da rede viária e degradação da qualidade ambiental. No entanto, houve um claro reforço das condições para a promoção da deslocação em modos suaves (pedonal, bicicleta, etc.) e articulação deste modo com a rede de transportes públicos;

De forma transversal, observa-se a afirmação / manutenção das seguintes oportunidades:

- Salvaguarda e valorização do potencial das áreas rurais de forma integrada com estratégias de requalificação urbana e promoção turística multifuncional;
- Alinhamento claro com recomendações no âmbito da eficiência energética e adoção de Fontes de Energia Renováveis (FER) no edificado e nos transportes.

Genericamente, observa-se a concretização de várias medidas que inicialmente apresentavam um âmbito mais abstrato e que, aliadas a medidas novas, conferem um carácter mais exequível à estratégia do Plano.

Conclui-se que as atuais Opções Estratégicas do PUSC, no geral, se aproximam das recomendações feitas pela AAE no que concerne a objetivos de sustentabilidade integrada. No entanto, mantêm-se, a este nível de análise, riscos relevantes para um desenvolvimento sustentável desta área que deverão ser acautelados. Destacam-se em particular os riscos associados ao aumento da área edificada e outros incentivos ao crescimento do tráfego (em particular transporte individual). Este risco é particularmente significativo do ponto de vista de fragmentação do território, da paisagem e dos sistemas ecológicos, bem como pelo acréscimo de emissões atmosféricas, designadamente de emissões de carbono, e de acréscimo dos níveis de ruído. Apresenta-se também como risco em matéria de governança a ausência de iniciativas que motivem as parcerias para envolvimento ativo dos agentes locais na regeneração e qualificação do território urbanístico e espaços naturalizados, o que pode pôr em risco a viabilidade, designadamente económica, das intenções do PUSC nesta matéria.

## 6 Análise e Avaliação do Modelo por FCD

### 6.1 FCD#1 - Paisagem Multifuncional e Biodiversidade

#### 6.1.1 Questões/tendências críticas

A situação na zona do PUSC apresenta as seguintes tendências principais no que respeita à sua multifuncionalidade da sua Paisagem e à biodiversidade<sup>2</sup>:

- Área florestal pouco diversa;
- Existência de zonas industriais e AUGI que descaracterizam a paisagem;
- Ausência de infraestruturas de suporte à utilização dos recursos hídricos para recreio;
- Existência de zonas agrícolas de subsistência;
- Tendência evidente de urbanização da mancha florestal.

#### 6.1.2 Análise SWOT

**Quadro 6 – Análise SWOT - FCD Paisagem Multifuncional e Biodiversidade**

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Património cultural classificado. Valor Biogeográfico da flora e fauna. Área florestal com potencial para integrar um parque florestal. Valor geomorfológico. Papel chave na Rede Ecológica Metropolitana (REM) – solução de continuidade. Existência de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.	Património natural e cultural sem medidas de preservação e valorização. Degradação do património natural. Extração de massas minerais (pedreiras) e depósito de inertes. Existência de unidades industriais obsoletas.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Crescimento da prática e desportos da natureza (aumento da procura). Relevância da Cultura e Turismo da Vila de Sintra. Valorização territorial dos espaços naturalizados.	Risco de incêndio. Descaracterização da Paisagem devido a intrusões visuais. Persistência de expansão da mancha urbana.

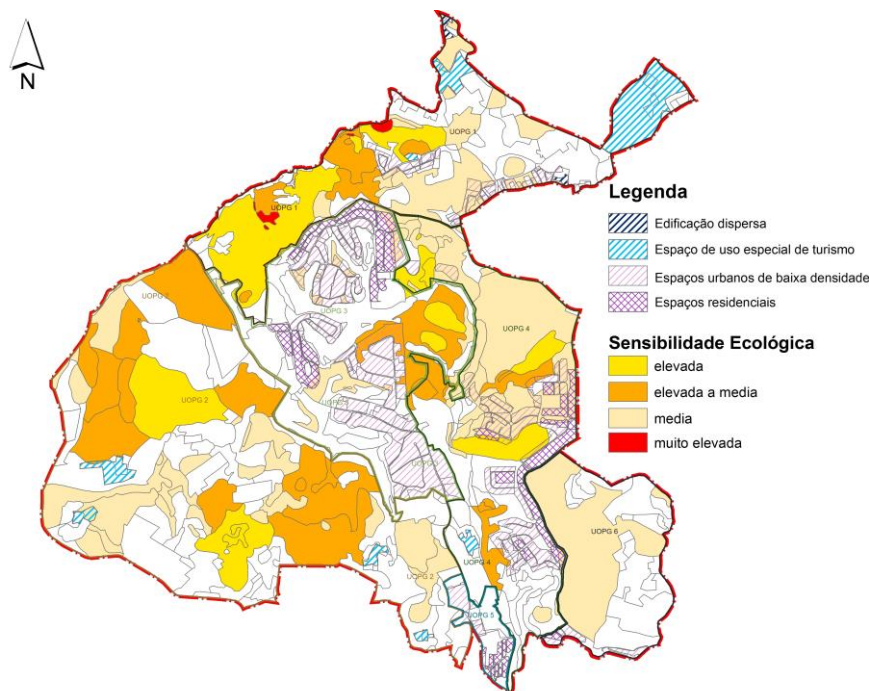
<sup>2</sup> Desenvolvido em detalhe no Anexo IV

### 6.1.3 Avaliação do Modelo

No seguimento da avaliação das opções estratégicas correspondentes à fase preliminar de revisão do PUSC, descreve-se a avaliação referente à Proposta de Plano, para o FCD Paisagem Multifuncional e Biodiversidade.

#### *Conservação e valorização do património*

No âmbito deste fator crítico salienta-se uma clara aposta do PUSC no critério conservação e valorização do património nomeadamente no que diz respeito à conservação do património natural através do objetivo 1.1. materializado no Art.º 20º com restrições ao uso do solo nos espaços categorizados como “Espaços Naturais” garantindo, designadamente, a manutenção de habitats das espécies a proteger (Plano Sectorial da Rede Natura 2000), destacando-se a categorização de grande parte das áreas de sensibilidade ecológica identificadas como “Espaço Natural” em particular na zona Norte. Mantém-se, no entanto, algumas situações de conflito entre áreas urbanizadas de baixa densidade e de elevada sensibilidade ecológica pelo que se recomenda que qualquer intervenção a efetuar nestas zonas seja precedida de uma análise que garanta que os valores em causa fiquem salvaguardados (Figura 2).



**Figura 2 - Sobreposição da Carta de sensibilidade ecológica com as classes de edificado da planta de zonamento – Fevereiro 2013 (elaboração própria)**

Tal como referido na análise de tendências (Anexo IV), desde 1999 ocorre uma expansão da ocupação urbana na área do PUSC substituindo-se parte da mancha florestal pela construção do campo de golfe do BCC. O plano prevê ainda um aumento da área edificada para o dobro daquela existente como uma variação de 104% do número de fogos propostos, opção esta

que constitui um risco de perda de recursos naturais e de degradação da qualidade visual da paisagem.

A intenção de conservar o património cultural é expressa no Plano através de medidas que preconizam a reabilitação das Quintas (2.1.1. e 2.2.1.) e a proteção do património arquitetónico classificado e inventariado do qual se destaca o aqueduto das águas livres (2.2.1., 2.3.1., 2.3.2. e 2.3.3.).

Verifica-se, por análise comparada dos Quadro 7 e Quadro 8, a intenção de delimitar áreas edificáveis inferiores à dos terrenos disponíveis salvaguardando o potencial agrícola e parte significativa das propriedades, mas também o aumento da área de implantação – em alguns casos para mais do triplo (Quinta do Carniceiro e Tapada dos Coelhoos).

Apesar de tal poder constituir um risco do ponto de vista da inserção paisagística das novas edificações e da impermeabilização do solo, ao longo do processo de elaboração do PUSC, e no seguimento das recomendações da AAE, verificou-se uma redução significativa destes valores. Efetivamente, o acréscimo global de 31% de área de implantação é bastante menos gravoso do que o valor inicialmente proposto de 143% pelo que se considera que os potenciais riscos referidos foram bastante reduzidos.

Desta forma, importa garantir a coerência arquitetónica e inserção paisagística do conjunto edificado nas Quintas. Neste sentido, o Regulamento salvaguarda a “demolição total ou parcial de construções com valor patrimonial e arquitetónico” (art.º 30º, ponto 4) e tem como princípios gerais para a categoria de solo em que se inserem a “conservação e valorização da paisagem (património construído e natural) e a “reabilitação e valorização do património arquitetónico existente” (Art.º 29º).

#### Quadro 7 – Índices de ocupação existentes nas Quintas

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela CMS em Fevereiro de 2013

Nome	Existente				
	Área Terreno (m <sup>2</sup> )	Área de Implantação (m <sup>2</sup> )	Área de Construção (m <sup>2</sup> )	IO	IC
Quinta do Molhapão	871.821,23	3.641,00	7.282,00	0,07	0,14
Tapada dos Coelhoos	211.102,63	1.148,00	1.148,00	0,04	0,04
Quinta do Bonjardim	250.300,99	2.420,00	4.840,00	0,14	0,29
Quinta Wimmer	226.786,43	1.079,00	2.158,00	0,10	0,21
Quinta da Fonteira	232.630,92	2.259,00	4.518,00	0,12	0,25
Quinta de Sto. António	96.411,00	-	-	-	-
Carniceiro	304.038,43	1.710,00	1.710,00	0,01	0,01
<b>TOTAL</b>		12.257,00	21.656,00		



**Quadro 8 – Índices de ocupação propostos nas Quintas**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela CMS em Fevereiro de 2013 e de acordo com a versão final do Plano de Fevereiro de 2014.

Nome	Proposto PUSC (Art.º 30º, ponto 1)					Diferença Área Implantação (m <sup>2</sup> ) (PUSC – Existente)	Diferença Área de Construção (m <sup>2</sup> ) (PUSC – Existente)
	Área EOT-Q (m <sup>2</sup> )	IO	IC	Área de Implantação (m <sup>2</sup> )	Área Bruta de Construção considerada (m <sup>2</sup> )		
Quinta do Molhapão	53.089,40	<b>0,15</b>	<b>0,20</b>	7.963,41	10.617,88	4.322,41	3.335,88
Tapada dos Coelhoos	25.218,47			3.782,77	5.043,69	2.634,77	3.895,69
Quinta do Bonjardim	16.852,89			2.527,93	4.840,00	107,93	-1.469,42
Quinta Wimmer	10.420,00			1.563,00	2.158,00	484,00	-1.674,00
Quinta da Fonteira	18.197,50			2.729,63	4.518,00	470,63	-878,50
Quinta de S <sup>to</sup> . António	5.224,31			783,65	1.044,86	-	-
Carniceiro	278.486,47	0,02	0,02	5.569,73	5.569,73	3.859,73	3.859,73
<b>TOTAL</b>					<b>33.792,17</b>	<b>11.879,47 (+31%)</b>	<b>7.069,38 (+9%)</b>

Ainda no âmbito da qualidade visual da paisagem, a promoção da integração paisagística convertendo as áreas degradadas, tal como preconizado pela OSS2, é materializada pelo combate às atividades ilegais e reconversão paisagística desses locais (1.12.1.) nos Artigos 82º e 96º do Regulamento, que minimiza o efeito das intrusões visuais através da redução dos impactos ambientais e paisagísticos (PDES, PNPOT 2007-2025) e cria oportunidades para a atratividade da paisagem.

A divulgação do património natural e cultural existente na serra da Carregueira (2.4.1., 2.4.2. e 2.5.1.) considerando a sensibilização e informação pública (PMDFCI) constitui uma oportunidade do Plano para o critério conservação e valorização do património na medida em que contribui para a valorização dos seus recursos. De facto, são diversas as apostas, quer na valorização do património natural através da implementação de espaços de fruição (2.5.2. e 3.1.2.), percursos pedestres e estruturas de apoio à prática desportiva (3.5.1. e 3.5.2.), quer na valorização do património cultural através de um melhor enquadramento no espaço envolvente (2.2.2.).

Como referido na análise de tendências, a floresta do PUSC tem atualmente um carácter monoespecífico sendo composta essencialmente por eucalipto. Segundo a ENDS e PMDFCI, uma florestal sustentável deverá possuir uma maior percentagem de folhosas autóctones, em detrimento de resinosas e eucalipto, com maior vulnerabilidade a incêndios florestais e fraco contributo para a biodiversidade. Deste modo, considera-se uma oportunidade do Plano a aposta na promoção de florestação mista (plantação de espécies resinosas e folhosas) (1.8.2.) e no restauro das áreas florestais (Art.º 27º propõe a remoção do eucalipto

- toijas ardidas ou não - e a criação da categoria “Espaço Florestal de Restauração”), dando espaço à reabilitação ecológica com o objetivo de potenciar o valor ecológico destas áreas. Identificam-se também medidas de promoção da remoção de espécies invasoras em espaços naturais (Art.º 21º, ponto 7 referente aos Espaços Naturais e o já referido Art.º 27º relativo aos Espaços Florestais) contribuindo para os objetivos do PECSAC e que se alinham a valorização florestal intencionado pelo PUSC (4.3.3).

Apesar de carecer de dimensão estratégica, uma vez que foi exigido pela CCDR-LVT, realizou-se uma análise cartográfica da sobreposição entre a proposta de zonamento e a REN proposta (bruta e líquida) verificando-se as seguintes situações:

1. Zonas que pertenciam à REN bruta para as quais o plano propõe a exclusão por já estarem edificadas;
2. Zonas que pertenciam à REN bruta para as quais o plano propõe a exclusão por possuírem compromissos urbanísticos mas que não se encontram ainda edificadas;
3. Zonas que continuam a integrar a REN líquida para as quais estão propostas classes de uso do solo com potencial edificação (Zonas urbanizáveis de baixa densidade e Turismo em Espaço Rural);
4. Zonas que continuam a integrar a REN líquida classificadas como equipamento onde já existe edificação - Estabelecimento prisional da Carregueira e Centro de Tropas Comandos.

Na primeira situação considera-se que as características biofísicas que justificariam a classificação como REN já não se verificam no terreno.

Para segunda situação recomenda-se que qualquer intervenção seja precedida de uma análise que garanta que os critérios e riscos inerentes à classificação inicial como REN fiquem salvaguardados.

Para a terceira situação, recomenda-se que - em sede de projeto - se cumpra o regulamento da REN (Decreto-Lei nº166/2008 de 22 de Agosto) no que concerne às áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos.

No que se refere à quarta situação, deve notar-se que o atual uso do solo por atividades ligadas à segurança nacional tem enquadramento nas ações passíveis de ser desenvolvidas em REN no âmbito do Artigo 20º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto.

### ***Multifuncionalidade da Paisagem***

No âmbito do critério multifuncionalidade da Paisagem existe uma clara intenção de aposta na diversificação funcional sobretudo ao nível do turismo - não só através de algumas medidas já referidas anteriormente, mas também através das medidas 3.1.1., 3.1.2., 3.3.1., 3.4.1. e 3.4.2. e da medida 2.1.2. que criam incentivos à “manutenção dos espaços e usos

florestais e agrícolas” nas Quintas, como já evidenciado acima. Deste modo, alia-se produção, preservação, conservação, recreio, manutenção da identidade e património cultural (PNPOT) valorizando os serviços dos ecossistemas, contribuindo para a criação de um turismo mais sustentável (OE TL 2) e “assumindo-se como um espaço referencial de fruição, recreio e lazer bem como destinado ao turismo de saúde e bem-estar” (PROT-AML).

A área do PUSC integra funções determinantes a nível ecológico, paisagístico ou produtivo. Estas funções são valorizadas pela criação de um Parque Florestal (4.3.3.) de uso múltiplo, com manchas florestais, estradas, percursos pedonais e cicláveis e de utilização coletiva constituindo deste modo uma das grandes oportunidades do Plano. De facto, a área florestal da Serra da Carregueira deverá constituir um parque florestal estruturante da área metropolitana e, neste sentido, o PUSC pretende maximizar a área afeta ao parque municipal apesar de todos os compromissos urbanísticos já assumidos para a área em causa (Relatório do Plano), facto evidenciado pela variação positiva da área destinada a este Parque ao longo do processo de elaboração do PUSC (acréscimo de 144 hectares face ao inicialmente previsto, totalizando cerca de 1.949,187 m<sup>2</sup>. Ver Quadro 17 no Capítulo 6.3.3).

### **Valorização dos recursos hídricos**

Na área do PUSC, segundo os estudos de diagnóstico do PROT-AML (2010), passa um corredor estruturante secundário que está associado às funções hidrológicas decorrentes dos vales e das linhas de água que o suporta. Neste sentido, uma das funções da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) potenciadas pelo Plano consiste em criar espaços de recreio e lazer também junto às linhas de água (Art.º 57º do Regulamento) gerando uma oportunidade ao nível do critério valorização dos recursos hídricos.

## **6.1.4 Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão**

No Quadro 9 apresentam-se as diretrizes da AAE associadas às medidas do PUSC relativamente às oportunidades e riscos apresentadas na secção anterior.

**Quadro 9 – Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão – FCD Paisagem Multifuncional e Biodiversidade**

<b>Critério</b>	<b>Oportunidade</b>	<b>Medidas</b>	<b>Diretrizes de Planeamento e Gestão</b>
Conservação e valorização do património	Salvaguarda e proteção dos recursos naturais através do condicionamento da ocupação de áreas de elevada sensibilidade ecológica e promoção da plantação de floresta mista.	1.1.1., 1.1.2., 1.8.2.	Recuperar e preservar o património natural efetivando zonas tampão que protejam os valores da Serra da Carregueira tal como estabelecido no PNPOT.

Critério	Oportunidade	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
	Preservação do património cultural através da sua integração ambiental, da implementação de usos e ações compatíveis e do seu acesso condicionado.	2.2.1., 2.2.2., 2.2.3,	Garantir a preservação do património cultural.
	Valorização do património cultural e natural através do aumento do conhecimento, ações de divulgação e criação de um centro de interpretação.	2.4.1., 2.4.2., 2.5.1., 2.5.2.,	Assegurar a promoção de atividades de educação cultural através da aproximação do património público ao municipal tal como estabelecido nos PDES e PNPOT 2007-2025.
	Valorização da qualidade paisagística e aumento da atratividade da Paisagem da Serra da Carregueira.	1.12.1, 2.2.2.,	Assegurar a reconversão paisagística de áreas degradadas e promoção de locais com elevada qualidade paisagística.
	Valorização da floresta através da promoção de florestação mista, do restauro das áreas florestais e da remoção de espécies invasoras.	1.8.2. 4.3.3.	Desenvolver medidas que assegurem a manutenção e incremento dos bosques climáticos, sobretudo de quercíneas e controlar e tentar erradicar espécies invasoras tal como estabelecido no Plano Verde de Sintra.
Multifuncionalidade da Paisagem	Diversificação da atividade turística contribuindo para a maximização sustentável da sua valorização.	1.3.1., 1.3.2., 1.12.1., 2.1.1., 2.1.2., 3.1.1., 3.1.2., 3.3.1., 2.5.2., 3.5.1.,	Assegurar o aproveitamento da ruralidade para o desenvolvimento de turismo de lazer, rural e agrícola tal como estabelecido no PDES.
	Diversificação paisagística dos sistemas ecológicos através da criação de um Parque municipal florestal de usos múltiplos contribuindo para o equilíbrio entre a valorização e a proteção dos mesmos.	1.2.1., 2.5.2., 3.5.1., 3.5.2., 3.5.3., 4.3.1., 4.3.2., 4.3.3.,	Garantir a criação do Parque Municipal da Serra da Carregueira através da reserva de áreas naturais e implementação de percursos pedonais/cicláveis que o estruturam.
Valorização ambiental dos recursos hídricos	Valorização do papel estruturante dos sistemas hídricos contribuindo para a conectividade e equilíbrio dos sistemas ecológicos.	1.2.1.	Assegurar a implementação da EEM. Promover a reutilização de águas pluviais e outras passíveis de reutilização.

Critério	Risco	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
Conservação e valorização do património	Ocupação de áreas de sensibilidade ecológica contribuindo para a destruição dos sistemas ecológicos e degradação da qualidade visual da Paisagem.		Assegurar a restrição à ocupação de áreas de sensibilidade ecológica no limite Noroeste da UOPG1 e na UOPG 4. Integrar paisagisticamente as operações urbanísticas com utilização de espécies autóctones presentes nas comunidades florísticas ocorrentes, privilegiando a continuidade das áreas naturais e a relação direta entre os espaços urbanizados e os espaços ecologicamente mais sensíveis. Acautelar a eliminação de barreiras físicas que originem a fragmentação do território e que coloquem em causa a deslocação de algumas espécies da fauna.
Conservação e valorização do património	Perda líquida da REN em vigor bem como das funções a ela associadas devido a compromissos urbanísticos já existentes		Assegurar a minimização da perda de área de REN bem como cumprimento das suas funções

### 6.1.5 Diretrizes de Monitorização

**Quadro 10 – Diretrizes de Monitorização – FCD Paisagem Multifuncional e Biodiversidade**

Diretrizes de Monitorização	Indicadores de Monitorização
Monitorizar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea nas áreas de protecção de recarga de aquíferos	Varição da proporção de áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos
Monitorizar a salvaguarda e conservação do património natural.	Varição da proporção de áreas com sensibilidade ecológica edificadas. Varição da área e tipo de coberto vegetal.
Monitorizar a salvaguarda e conservação do património cultural.	Evolução do estado de conservação do património cultural.
Monitorizar a divulgação dos valores naturais e culturais.	Varição do número de ações de divulgação dos valores naturais e culturais associados à serra da Carregueira.
Monitorizar a atratividade da paisagem.	Varição do número de projetos de reconversão paisagística.
Monitorizar a criação do Parque Municipal da Serra da Carregueira de usos múltiplos.	Varição do número de percursos pedonais e cicláveis implementados. Evolução das áreas naturais afetas ao Parque Municipal da Serra da Carregueira. Varição do número e tipo de atividades associadas ao Parque Municipal da Serra da Carregueira.
Monitorizar a diversificação funcional do turismo.	Evolução dos usos associados às Quintas e da sua ocupação.

## 6.1.6 Quadro de Governança

**Quadro 11 – Quadro de Governança – FCD Paisagem Multifuncional e Biodiversidade**

Entidades	Diretrizes para a Governança
CCDR-LVT	Contribuir para a correta implementação do Plano no que respeita à transposição da REM assegurando a salvaguarda e proteção dos recursos naturais e culturais.
CMS	Assegurar a implementação das orientações e medidas do Plano e a monitorização das mesmas, nomeadamente no âmbito da qualificação dos conjuntos arquitetónicos. Fomentar e apoiar a divulgação do património natural e cultural bem como multifuncionalidade da paisagem na área da serra da Carregueira.
Organismos sectoriais da administração pública	Contribuir para a articulação e cooperação institucional, promovendo a criação de plataformas colaborativas e a monitorização e disponibilização de informação relacionada com as suas áreas de competências
Sector privado	Contribuir para a sustentabilidade da Serra da Carregueira, através do desenvolvimento de projetos que assegurem a salvaguarda e valorização ambiental.
ONG e População em geral	Comunicar situações que possam colocar em riscos o estado de integridade e de equilíbrio sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, e contribuir para os processos de participação pública. Colaborar ativamente nos processos de valorização dos recursos naturais e culturais.

## 6.2 FCD#2 - Qualidade do Ambiente

### 6.2.1 Questões/tendências críticas

A zona do PUSC apresenta as seguintes tendências principais no que respeita à Qualidade do Ambiente:

- Localização de cabeceiras de cursos de água que atravessam o eixo urbano Sintra-Lisboa, cuja impermeabilização pode afetar o regime de cheias;
- Leito da Ribeira de Belas – zona do BCC poderá interferir na recarga do aquífero profundo;
- Áreas urbanas localizadas a jusante da área do PUSC mais afetadas por inundações;
- Cobertura insuficiente da rede de drenagem de águas residuais.

## 6.2.2 Análise SWOT

Quadro 12 – Análise SWOT - FCD Qualidade do Ambiente

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Planos orientados para a gestão de recursos hídricos e florestais.	Pressão urbana sobre recursos e áreas de sensibilidade ecológica. Risco de contaminação dos recursos hídricos. Extração de massas minerais (pedreiras) e depósito de inertes. Variações de caudal nas linhas de água. Fracá perceção do valor dos RH.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Interesse do município e da AML no ordenamento do território e conservação ambiental da Serra da Carregueira.	Alterações climáticas.

## 6.2.3 Avaliação do Modelo

### *Qualidade física do ambiente*

No que concerne à qualidade física do ambiente, a promoção da eficiência energética e por sua vez da redução de emissões de GEE ao nível do edificado, transportes e resíduos (medidas 1.9.1., 1.9.2., 1.10.1., 1.11.1. e 1.11.2.) consubstancia uma oportunidade para a melhoria da qualidade do ar. Estas medidas estão refletidas no artigo 80º (UOPG3) do Regulamento e recomenda-se a sua extensão para as restantes UOPG. A valorização de espaços verdes como o Parque Municipal da Serra da Carregueira e a EEM, tal como refletido na OE SS1 e posteriormente nas medidas 1.2.1., 4.3.1., 4.3.2., 4.3.3. e 4.3.4., contribui também para as metas de melhoria da qualidade do ar e saúde pública da ENDS e do PNPOT.

As baixas densidades propostas, apesar de serem globalmente consideradas positivas, poderão ameaçar a viabilização económica do Transporte Público (TP) em detrimento do TI, tal como descrito no FCD Eficiência Energética e Mobilidade (Capítulo 5.4), o que, aliado ao aumento da carga urbanística poderá constituir riscos de diminuição da qualidade do ar e de aumento dos níveis de ruído. Estes riscos tornam-se particularmente gravosos nas zonas onde se instalem núcleos geradores de tráfego como seja o pólo de atividades económicas proposto para a Unidade de Execução B – Zona Logística Norte (artigos 87º e 88º) e o pólo de equipamentos e de serviços proposto para a antiga cerâmica de Vale de Lobos na Unidade de Execução – D (artigos 91º e 92º). O risco de diminuição da qualidade do ar e de aumento dos níveis de ruído, poderá, no entanto, ser mitigado pelas medidas de promoção dos modos suaves de mobilidade do PUSC.



No que respeita à qualidade da água, existem algumas medidas que, consubstanciadas a nível territorial, podem concretizar oportunidades para o seu bom estado ambiental como é o caso da monitorização e preservação da qualidade química da água (medida 1.6.2.) consubstanciada a nível do Regulamento no artigo 20º. A fiscalização e diminuição da poluição difusa e pontual, como por exemplo ao nível das AUGI e da reconversão de núcleos de construção clandestina existentes e a estruturação de modelos urbanos de ocupação que adotem as melhores práticas ambientais (medidas 1.4.1., 1.4.2., 1.12.1., 1.12.2., 4.1.3. e 4.1.4.), consubstanciadas territorialmente ao nível das UOPG 1 (artigo 78º), UOPG 4 (artigo 81º) e UOPG 6 (artigo 83º), representam igualmente uma oportunidade para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos. Desta forma, previne-se a deteriorização do estado e assegura-se a proteção, melhoria e recuperação das massas de água, meta identificada no PECSAC e ENDS para o ano de 2015.

Na proposta do PUSC existem vários fatores que podem contribuir positivamente para o bom estado da qualidade física do ambiente, como seja a preservação dos sistemas ecológicos - espelhada nas medidas 1.1.1., 1.1.2. e 1.2.1., consubstanciadas no artigo 26º, através da conservação de áreas que constituem potenciais corredores ecológicos. Na área do PUSC está presente um corredor estruturante secundário, tal como referido no Anexo A4.1, cuja proteção traz oportunidades tanto para a melhoria da qualidade da água como para a minimização do risco de cheia, salvaguardando o normal funcionamento dos seus regimes hídricos.

Analisando especificamente as zonas ameaçadas pelas cheias da Ribeira de Barcarena, verifica-se que o zonamento proposto classifica as zonas onde há edificado (residual) como Espaço Natural 1 (EN1) e como Espaço de Atividades Económicas (EAE) – classificação atribuída a uma atividade económica já existente. A classificação com EN1 proíbe “a construção / edificação, bem como qualquer construção de apoio a atividades” (Art.º 21º, ponto 1 do Regulamento) e obriga à manutenção ou garantia de “uma permeabilidade do solo de 100%,” pelo que – aquando do licenciamento das habitações e outro edificado existente, a vulnerabilidade às cheias e a salvaguarda dos recursos hídricos estará acautelada.

A classificação como EAE prevê a instalação de “atividades de comércio, serviços, logística e indústria não poluente” (Art.º 50º), no entanto - aquando do licenciamento da atividade económica existente e também das poucas habitações, as entidades competentes deverão assegurar que a vulnerabilidade às cheias é mitigada e que a qualidade dos recursos hídricos é assegurada.

A valorização ambiental e paisagística da envolvente do património - medida 2.2.2. consubstanciada ao nível do Regulamento nos artigos 85º e 91º - concorre igualmente para a preservação e promoção do ambiente envolvente, através da promoção de atividades



complementares ao turismo e associadas ao bem-estar, lazer e saúde (medidas 3.1.1., 3.1.2., 3.3.1., 3.4.1., 3.4.2., 3.4.3., 3.5.1., 3.5.2. e 3.5.3. repercutidas ao nível dos artigos 57º a 60º, 78º, 79º, 94º e 96º, 98º).

Relativamente aos resíduos, o PUSC apenas refere a gestão sustentável de recursos (energia e produção de resíduos) no âmbito dos Espaços Residenciais (Art.º 41º). Apesar de ser esta a principal “atividade” a instalar, entende-se que a promoção da racionalização de recursos, e por sua vez a redução da produção de resíduos, deverá ser transversal a todos os setores.

De igual forma, tendo em conta que o plano prevê um aumento da área edificada (tal como referido no capítulo 5.1.4), resultando num aumento da área de solo impermeabilizado, do consumo de recursos e da produção de resíduos, caso não sejam salvaguardadas medidas que minimizem os impactes no ambiente envolvente, esta expansão constitui um risco para a qualidade física do ambiente.

### ***Adaptação às alterações climáticas***

Relativamente à problemática das alterações climáticas, as medidas propostas constituem uma oportunidade para a criação de um território mais adaptado à ocorrência de eventos extremos através do incentivo à permeabilização do solo, diminuindo a vulnerabilidade do território à ocorrência destes eventos. Estas medidas destacam-se nas zonas Norte e Oeste do PUSC identificadas como exigentes da salvaguardada da permeabilidade. Esta preocupação está espelhada nas medidas 1.5.1., 1.5.2. e 4.2.1. do Plano e é concretizada a nível do Regulamento (artigos 21º, 30º, 38º, 43º e 47º) onde são aplicados índices de impermeabilização limitativos, como é o caso dos espaços de ocupação turística limitados a um índice máximo de impermeabilização de 0,20 (Art.º 30º, c)). Nas imediações do casal do Brouco existe também uma área com maior facilidade de infiltração, relativamente à envolvente, e que foi regulamentada (artigo 55º, ponto 2, c)) com um índice de permeabilidade mínimo de 0.25. Estas medidas atenuam os riscos de aumento da área impermeabilizada associados ao aumento significativo da área edificada.

A salvaguarda de áreas para recarga dos aquíferos (medida 1.6.1. e artigo 61º do Regulamento) vem refletida nas orientações de ambiente e sustentabilidade do PROF-AML, PNUEA, PECSAC, ENF e ENDS e cria uma oportunidade para a valorização e potenciação das reservas de água, tendo em conta a sua disponibilidade e procura. Esta oportunidade está também consubstanciada no zonamento proposto.

O respeito e manutenção do ciclo da água em meio urbano e a melhor gestão dos recursos hídricos disponíveis é outro exemplo de medidas de adaptação às alterações climáticas. Esta opção está espelhada nos objetivos do Plano “aproveitamento das águas pluviais para usos menos exigentes”, preconizada nas medidas 1.7.1. e 1.7.2., e explícito no Regulamento no artigo 2º.

Da mesma forma que a valorização de espaços verdes (OE SS1 e posteriormente nas medidas 1.2.1., 4.3.1., 4.3.2., 4.3.3. e 4.3.4.) e a conservação de áreas que constituem potenciais corredores ecológicos (medidas 1.1.1., 1.1.2. e 1.2.1. consubstanciadas no artigo 27º), contribuem positivamente para o bom estado da qualidade física do ambiente, tal como referido no critério anterior, também contribuem para diminuir os efeitos das ondas de calor sobre a saúde humana.

### ***Riscos naturais e tecnológicos***

Sendo os riscos naturais algo que não se pode controlar mas sim prevenir e mitigar as suas consequências ao nível do território, existem algumas medidas do PUSC que preconizam oportunidades quando adotadas. Destaca-se a oportunidade criada pela valorização e gestão dos recursos florestais combatendo o abandono da floresta e diminuindo a probabilidade de ocorrência de incêndios (espelhada na OE SS1) através das medidas 1.3.1., 1.3.2., 1.8.1., 1.8.2., 2.1.2., 4.3.1., 4.3.3. e 4.3.4. (artigos 25º a 27º). Os recursos florestais, para além de serem uma potencial fonte de sequestro de carbono, fundamental para ajudar a cumprir as metas de emissões de GEE, contribuem, pela sua manutenção, para a diminuição da erosão do solo (orientação patente no PROF-AML).

De igual forma, a melhor gestão dos espaços agrícolas (medidas 1.3.1., 1.3.2. e 2.1.2.) e a reconversão de espaços onde se realizam atividades ilegais como depósitos de sucata são objetivos estratégicos do PUSC (medidas 1.12.1. e 1.12.2., regulamentadas nos Artigos 83º, 84º, 87º, 88º, 95º, 96º, 97º, 98º) e preconizam oportunidades de melhoria da qualidade ambiental do solo e por sua vez da água superficial, diminuindo o risco de poluição accidental, problemática identificada em sede de análise tendencial.

Relativamente aos riscos tecnológicos, a presença do gasoduto no território do PUSC, está devidamente identificado na Planta de Condicionantes, tal como as linhas de alta e média tensão. Contudo não existem – à data – medidas que minimizem os efeitos de possíveis acidentes derivados de ruturas no gasoduto nem medidas que tenham em conta a população exposta a campos eletromagnéticos, o que poderá determinar potenciais riscos para a saúde pública.

Finalmente, pelo facto do território do município de Sintra e, por sua vez, do PUSC se inserir numa zona de maior sismicidade, tal como referido na análise tendencial, poderá existir um risco para a segurança caso não sejam tomadas medidas de proteção como por exemplo ao nível do tipo de construção.

## 6.2.4 Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão

No Quadro 13 apresentam-se as diretrizes da AAE associadas às medidas do PUSC relativamente às oportunidades e riscos apresentadas na secção anterior relativamente a este FCD.

**Quadro 13 – Síntese da Avaliação e Diretrizes de Planeamento e Gestão – FCD Qualidade do Ambiente**

Critério	Oportunidade	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
Qualidade física do ambiente	Melhoria da qualidade do ar através da promoção da eficiência energética e da redução de emissões de GEE ao nível do edificado e da valorização de espaços verdes como o Parque Municipal da Serra da Carregueira e EEM.	1.2.1., 1.9.1., 1.9.2., 1.10.1. 1.11.1. 1.11.2., 4.3.1., 4.3.2., 4.3.3., 4.3.4.	Promover medidas de eficiência energética ao nível do edificado em todas as UOPG. Assegurar o cumprimento das metas de melhoria da qualidade do ar estabelecidas no PNPT e ENDS. Promover a valorização do Parque Municipal da Serra da Carregueira e implementação da EEM.
	Melhoria da qualidade da água através do combate à poluição difusa e pontual, e da integração das melhores práticas ambientais nas operações urbanísticas, através da reconversão de núcleos de construção clandestinos existentes.	1.4.1., 1.4.2., 1.12.1., 1.12.2., 4.1.3., 4.1.4.	Garantir a integração das melhores práticas ambientais nas operações urbanísticas de reconversão de áreas devolutas e clandestinas existentes. Assegurar o cumprimento das metas do PECSAC e, relativamente à proteção, melhoria e recuperação das massas de água até 2015.
	Preservação e promoção dos sistemas ecológicos e valorização ambiental e paisagística da envolvente do património.	1.1.1., 1.1.2., 1.2.1 2.2.2.	Reforçar a importância da preservação e integração do ambiente envolvente ao património. Assegurar a preservação e proteção do corredor estruturante secundário.
	Promoção de atividades complementares ao turismo associadas ao bem-estar, lazer e saúde.	3.1.1., 3.1.2., 3.3.1., 3.4.1., 3.4.2., 3.4.3., 3.5.1., 3.5.2., 3.5.3.	Assegurar a diversificação de atividades associadas à natureza.
Adaptação às alterações climáticas	Incentivo à permeabilização do solo, criando um território mais adaptado à ocorrência de eventos extremos.	1.5.1. 1.5.2. 4.2.1.	Garantir a adoção de medidas que promovam a permeabilização do solo.
	Gestão das reservas de água tendo em conta a sua disponibilidade e	1.6.1.	Adotar medidas de gestão que preservem o sistema hídrico.

Critério	Oportunidade	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
	procura.		
	Manutenção do ciclo da água em meio urbano.	1.7.1., 1.7.2.	Assegurar a não edificação em zonas de máxima infiltração.
Riscos naturais e tecnológicos	Valorização e gestão dos recursos florestais, combatendo o abandono da floresta e diminuindo a probabilidade de incêndios.	1.3.1., 1.3.2., 1.8.1., 1.8.2., 2.1.2., 4.3.1., 4.3.3., 4.3.4.	Promover a valorização dos recursos florestais nas suas várias utilizações.
	Diminuição do risco de poluição accidental.	1.3.1., 1.3.2., 1.12.1. 1.12.2. 2.1.2.	Assegurar a reconversão dos espaços industriais devolutos.

Critério	Risco	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
Qualidade física do ambiente	Diminuição da qualidade do ar e aumento dos níveis de ruído resultantes do aumento das deslocações em transporte individual.	4.4.2	Promover o TP do lado da procura e da oferta.
	Degradação da qualidade física do ambiente resultante do aumento da área edificada.		Desenvolver medidas que acautelem o bom estado ambiental como a promoção da permeabilização do solo, melhor gestão do consumo de água e incentivo à racionalização de recursos.
Riscos naturais e tecnológicos	Ausência de medidas de proteção face ao risco sísmico do território (nomeadamente ao nível da construção).		Desenvolver e garantir a implementação de soluções territoriais que considerem o risco sísmico da área do PUSC.
	Ausência de medidas que salvaguardem possíveis acidentes no gasoduto.		Estabelecer bacias de retenção para eventuais acidentes.
	Ausência de medidas que minimizem a exposição a campos eletromagnéticos.		Estabelecer medidas minimizadoras da exposição a campos eletromagnéticos como por exemplo a limitação da construção na proximidade de linhas de média-alta tensão.

## 6.2.5 Diretrizes de Monitorização

**Quadro 14 – Diretrizes de Monitorização - FCD Qualidade do Ambiente**

Diretrizes de Monitorização	Indicadores de Monitorização
Monitorizar o cumprimento das metas de qualidade das águas subterrâneas e superficiais.	Evolução da qualidade das águas superficiais e subterrâneas.
Monitorizar a pressão sobre a disponibilidade dos recursos hídricos.	Captação de água subterrânea e superficial

Diretrizes de Monitorização	Indicadores de Monitorização
	/ Variação do consumo de água.
Monitorizar o cumprimento das metas de qualidade do ar.	Evolução da qualidade do ar.
Monitorizar o cumprimento dos níveis de ruído admissíveis nas várias zonas e período do dia.	Evolução dos níveis de ruído nas várias zonas e período do dia.
Monitorizar a concretização de propostas que não aumentem o risco de cheias ou ponham em causa o normal funcionamento dos regimes hídricos, através da proteção do corredor estruturante secundário.	Propostas que minimizem o risco de cheias e que promovam a proteção do corredor estruturante secundário.
Monitorizar a evolução da disponibilidade dos recursos hídricos face às AC.	Níveis de recarga dos aquíferos.
Monitorizar a implementação de medidas de eficiência energética ao nível do edificado.	Assegurar que as operações urbanísticas implementam soluções para a eficiência energética.
Monitorizar a promoção do uso de TP em detrimento de TI.	Evolução do número de residentes ativos e estudantes que se deslocam em TI.
Monitorizar o destino final dos resíduos produzidos	Percentagem de resíduos reciclados ou valorizados orgânica ou materialmente. Percentagem de resíduos destinados a aterro.
Monitorizar a implementação de campanhas de prevenção de resíduos.	Percentagem de resíduos produzidos nos vários setores.

## 6.2.6 Quadro de Governança

**Quadro 15 – Quadro de Governança – FCD Qualidade do Ambiente**

Entidades	Diretrizes para a Governança
CMS	Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização (em colaboração com a CCDR-LVT, ARH, APA, DGOTDU, etc.).
Organismos sectoriais da administração pública	Contribuir para a articulação e cooperação institucional, promovendo a criação de plataformas colaborativas e a monitorização e disponibilização de informação relacionada com as suas áreas de competência.
Sector privado	Contribuir para a sustentabilidade das estratégias da Serra da Carregueira, através do desenvolvimento de projetos que integrem a valorização ambiental.
População em geral	Participar nos processos de participação-pública no âmbito do planeamento e gestão da Serra da Carregueira. Adotar práticas de prevenção aos riscos naturais. Colaborar nos processos de valorização e salvaguarda do património natural (incluindo espaços verdes). Colaborar nos processos de gestão eficiente da água.

## 6.3 FCD#3 - Estilos de Vida

### 6.3.1 Questões/tendências críticas

No FCD Estilos de Vida, a situação na zona do PUSC apresenta as seguintes tendências principais:

- Desarticulação urbana, presença de áreas degradadas e clandestinas, AUGI;
- Monofuncionalidade habitacional;
- Dicotomia entre o BCC e a restante área do Plano com contrastes a diversos níveis: características socioeconómicas dos habitantes, infraestruturas e edificado, oferta de turismo e lazer;
- Carência de iniciativas de divulgação das atividades turísticas exteriores ao BCC.

### 6.3.2 Análise SWOT

Quadro 16 – Análise SWOT – FCD Estilos de Vida

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Existência de equipamentos desportivos associados à natureza.</p> <p>População em idade ativa.</p> <p>Existência de património natural e cultural.</p> <p>Acentuado crescimento da população.</p> <p>Existência de equipamento desportivo privado especializado (golfe).</p> <p>Existência de área destinada a equipamento hoteleiro.</p>	<p>Urbanizações e construções clandestinas – espaços desqualificados.</p> <p>Monofuncionalidade (habitação).</p> <p>Falta de estacionamento público.</p> <p>Falta de equipamentos coletivos.</p> <p>Falta de espaço público.</p> <p>Desarticulação urbana.</p> <p>Ausência de equipamentos culturais.</p> <p>Divulgação de fatores de atratividade turística deficitária.</p> <p>Património natural e cultural sem medidas de preservação e valorização.</p> <p>Degradação do património.</p> <p>Deficiente oferta de alojamento turístico.</p> <p>Carência de atividades complementares de carácter local.</p> <p>Hotelaria não prioritária na perspetiva dos privados e investidores.</p> <p>Existência de unidades industriais obsoletas.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Proximidade a Lisboa, Oeiras, Amadora, Loures (População alvo).</p> <p>Aumento da procura da prática de desportos da</p>	<p>População com estratos sociais diferenciados, maioria com reduzida qualificação académica.</p> <p>Pressão urbanística em áreas de sensibilidade</p>

<p>natureza.</p> <p>Internacionalização de “Sintra “ “Marketing Territorial” - Turismo e Indústria do Lazer no âmbito da AML.</p> <p>Complementaridade com Cultura e Turismo da Vila de Sintra.</p>	<p>ecológica.</p> <p>Competitividade dos concelhos limítrofes: desporto de natureza /turismo/ residência de gama alta.</p>
---	--

### 6.3.3 Avaliação do Modelo

#### *Qualidade dos Espaços Urbanos e Conflitos de Uso*

As medidas preconizadas no Programa do PUSC promovem a contenção da pressão urbanística sobre os solos rurais, nomeadamente por contenção das AUGI e das Áreas de Edificação Dispersa (Art.º 36º a 39º). Destaca-se, neste âmbito, a medida 4.8.1 materializada nos artigos 38º, 47º, e 83º e também a medida 4.8.3.

A proposta de reabilitação da pedreira existente na área da UOPG2, e a afirmação do “combate às atividades ilegais, nomeadamente as nocivas para o ambiente (depósitos ilegais, sucatas, etc.)”, formalizada no Art. 79º do Regulamento e já referidas, criam a oportunidade de eliminar duas situações concretas de atual conflito de uso.

Também, a limitação ao fracionamento da propriedade presente na regulamentação das várias categorias de uso do solo reforça as medidas de consolidação do tecido urbano contribuindo para a contenção da emergência de novas AUGI - opção que se alinha com o objetivo estratégico de “preservar núcleos populacionais através da (...) recuperação, reconversão e preservação do edificado rural, (...) e da penalização da construção clandestina”<sup>3</sup>.

O PDM classifica 42% da área do PUSC como “Espaço de desenvolvimento turístico” com um índice bruto de construção máximo de 0,50 e uma cêrcea máxima 10 metros (Art. 27º PDM). Esta é também uma área onde compromissos urbanísticos prévios à elaboração do PUSC se alinham com a tendência de crescimento da mancha urbanizada que é, em parte, fomentada pelo próprio PDM. É neste contexto que cabe realçar uma evolução ao longo do processo de elaboração do PUSC no sentido de alguma contenção da área edificável. (Quadro 17)

#### **Quadro 17 – Alteração ao Alvará n.º 11/2007 (área da Colnade)**

Fonte: CMS – Dados fornecidos em Março de 2014

Índice / Parâmetro Urbanístico	Alvará nº 11/2007	PUSC	Diferença
Área Urbana*	1.382.473 m <sup>2</sup>	1.205.868 m <sup>2</sup>	- 356.606 m <sup>2</sup>
Área Bruta de Construção (Habitação)	406.968 m <sup>2</sup>	360.094 m <sup>2</sup>	- 46.874 m <sup>2</sup>
Nº lotes	578	- **	- *

<sup>3</sup> PDES

Nº fogos	1605	1523	<b>- 82 fogos</b>
Área de Parque	559.224 m <sup>2</sup>	1.949.187 m <sup>2</sup>	<b>+ 1.404.922 m<sup>2</sup></b>

\* Exclui arruamento

\*\* o PUSC não prevê número de lotes

Não obstante, não se pode deixar de referir os riscos colocados pelo aumento significativo de área edificável proposto (referido no capítulo 5.1.4.) que poderá ameaçar o cariz rural e florestal da Serra, características essas que estão associadas à visão proposta pelo próprio PUSC no sentido de criar um destino de “saúde, lazer, tranquilidade e silêncio” e que podem ser extintas com o aumento de carga proposta.

O objetivo 4.7 “Garantir a diversificação de usos em ambiente urbano (combate à monofuncionalidade)” concretiza-se através da criação de áreas para equipamentos e de atividades económicas e também da intercalação de áreas para o terciário nas manchas habitacionais existentes e a consolidar (espaços residenciais R2 e R3 – Art.º 43º).

A aposta na reconversão e contenção das AUGI abrangidas pelo PUSC é uma oportunidade estruturante para contrariar a desarticulação urbana atualmente observada, satisfazendo os objetivos estratégicos regionais de “revitalizar o território e o parque habitacional”<sup>4</sup>.

A aposta na Opção Estratégica OEE2 verifica-se nos objetivos 1.12., 4.1., 4.8. e 4.9. De facto, o PUSC propõe a reabilitação do edificado mas também a requalificação da sua envolvente - em particular a de equipamentos estruturantes - como alavanca para a requalificação urbana e qualificação do espaço público. Sendo a equidade territorial e social um objetivo claro do QRE (ERL2020), é essencial que a implementação do PUSC resulte também no elevar da qualidade do espaço público na Carregueira, criando condições de longo prazo para a real utilização dos espaços urbanos e fomentando a interação social.

Neste sentido, as áreas que formalmente estão classificadas como AUGI são alvo de Plano de Pormenor ou Operação de Loteamento, devendo seguir as exigências do PDM e da legislação vigente em termos de qualidade do espaço público<sup>5</sup>. Complementarmente, o PUSC tem como disposição geral para o desenho urbano a “consideração da qualidade e otimização do espaço público” como a promoção dos modos suaves de deslocação (nomeadamente a pé) (Art.º 107º) e, para o Casal do Brejo em particular, o plano exige a qualificação do espaço público com particular ênfase nos espaços de utilização coletiva (Art.º 89º). Verifica-se também um reforço ao nível dos equipamentos contribuindo para que o atual desequilíbrio na oferta seja mitigado. Não obstante, entende-se que deve haver um esforço claro para a redução da dicotomia em termos de oferta e qualidade do espaço público fora do BCC, designadamente pela criação de espaços de encontro e de desafogo

<sup>4</sup> ERL2020

<sup>5</sup> RCM n.º 116/99 de 4 de Outubro, Artº 25º e Portaria 1136/2001 de 25 de Setembro



sempre que possível, evitando-se o perpetuar disparidades sociais entre uma área de qualidade urbanística reconhecida e a sua envolvente.

A forma como a estrutura urbana e ecológica se integram – nomeadamente através da criação de espaços de lazer qualificados e da “manutenção dos espaços e usos rurais nas Quintas, com especial ênfase para os florestais e agrícolas” (medida 2.1.2.) em complementaridade com o uso turístico nos “espaços que integram as construções existentes e envolvente próxima” (Relatório do Plano) – contribui para a valorização do cariz rural e florestal da Serra e constitui uma oportunidade para a qualificação geral e articulada dos espaços urbanos e rurais. Neste contexto, o Parque Municipal da Serra da Carregueira (Art. 95º e 96º) assume um papel estruturante e potencial de ligação entre usos urbanos e áreas naturalizadas quer pela sua proximidade e acessibilidade – se em modos suaves – quer também pelas funções que os equipamentos de lazer previstos lhe incutem. Considera-se essencial que o acesso e usufruto deste espaço seja público.

A medida 1.12.2. “Aumento da Fiscalização”, essencial para a concretização dos objetivos e medidas do PUSC, é reforçada em sede de Regulamento no Capítulo VI mas a sua concretização – essencial para a boa prossecução dos objetivos do Plano - dependerá da capacidade da própria CMS, designadamente do estabelecimento de parcerias com os agentes fundamentais, e da sua efetiva ação.

### *Valências Turísticas e de Lazer*

O PUSC aposta numa oferta turística pluritemática, não massificada e assente numa rede de equipamentos complementar ao aumento qualificado da oferta de alojamento – resultado do reforço da Opção Estratégica OE TL 2 e que está alinhado com os objetivos estratégicos nacionais de “aposta no turismo cultural, de lazer e desportivo e em melhores condições estruturais de acesso através da dinamização de redes de equipamentos culturais que valorizem identidades” (PDES e PNPOT).

Este modelo assenta na reabilitação do património arquitetónico (Quintas) e também em construção nova, nomeadamente em espaços residenciais, como formas de incremento da oferta de alojamento o que, tendo em conta a carência de oferta que se sente no município, (medida 2.1.1, Artigos 29º, 30º e 54º) constitui uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável do sector. O facto de, nas Quintas, se restringir a instalação de unidades hoteleiras a um mínimo de 4 estrelas (Art. 30º, g)), contribui também para a qualificação da oferta turística local e do concelho.

Considera-se que o PUSC projeta a Serra da Carregueira como um “produto turístico” articulado onde a integração entre a rede urbana e as diferentes valências dos espaços naturais, a reabilitação e criação de novos equipamentos de desporto e lazer, incluindo a rede de percursos pedonais e cicláveis (medidas 3.5.1. e 3.5.2.), constituem mais-valias para

o utilizador direto mas também para os residentes da área do PUSC e sua envolvente, no sentido em que promovem a melhoria do seu estado de saúde. O facto de o reforço da rede de equipamentos de desporto e lazer se basear na revitalização de equipamentos degradados é também uma aposta sustentável já que evita nova impermeabilização do solo e otimiza o investimento realizado.

Neste contexto destacam-se os objetivos 3.3., 3.5., 4.6., os Artigos 78º (Objetivos da UOPG 1 – “Criação, reforço e valorização das atividades associadas ao turismo: Parque de Campismo e Casal do Carniceiro”) e 80º (UOPG 3 - Concretização de estabelecimentos hoteleiros associados ao desporto, lazer e saúde).

A intenção de “Associar a Serra da Carregueira à marca “Sintra” (medida 3.6.1.) é uma oportunidade de promoção da Serra como produto turístico qualificado num âmbito mais alargado com potenciais consequências positivas ao nível da vitalidade social e económica, principalmente se reforçada por outras iniciativas de promoção (medida 3.4.3.).

### *Cultura, Imagem e Identidade Local*

Mais do que a preservação do património material e imaterial da Serra da Carregueira, o Programa do PUSC prevê medidas concretas para a sua valorização e divulgação e para o seu aproveitamento real por residentes e visitantes (medida 3.1.1. e objetivos 2.1. a 2.5.).

Esta aposta constitui uma oportunidade para o fomento da atratividade e competitividade da Serra através da qualificação das atividades económicas (em particular do comércio e de apoio ao turismo) fora do BCC, enriquecendo assim a imagem e o produto “Serra da Carregueira” e também contribuindo para a dinamização económica e social. Há que destacar positivamente a assunção da rede de equipamentos em meio rural como forma de manter “espaços com carácter associativo e comunitário” (Art.º 33º).

No entanto, estando muitas destas medidas de divulgação e promoção fora do âmbito da regulamentação da ocupação do solo, há que garantir a sua concretização em sede de Programa de Execução (indisponível à data).

A aposta transversal no desenvolvimento turístico, nomeadamente através do aumento da oferta de alojamento em unidades qualificadas (medida 3.2.1.) e da criação de condições para a instalação de atividades complementares variadas constitui uma oportunidade para a criação de emprego qualificado.

Com a fixação do emprego na área do PUSC, surge a oportunidade de redução de movimentos pendulares, e também de reforço do sentimento de posse e identidade.

No entanto, a potencial qualificação do capital social inerente a esta oportunidade é ameaçada pelo risco de falta ou excesso de qualificações na população residente na área

que poderá exigir a captação de mão-de-obra externa a curto e médio prazo ou, preferencialmente, o desenvolvimento de programas de capacitação turística.

A aposta no turismo rural com manutenção de funções produtivas (medidas 2.1.1 e 2.1.2.) contribui para a diversificação das atividades económicas em meio rural, constituindo uma oportunidade para a geração de emprego e qualificação profissional específica nesta área e também para a qualificação e promoção de produtos locais, oportunidade, aliás, que está alinhada com o objetivo nacional de “desenvolver o capital humano na vertente agrícola e aumentar a exploração dos produtos (...) típicos” (PDES).

Transversalmente aos critérios de avaliação deste FCD, observa-se que as opções do PUSC se guiam pela reabilitação / requalificação de áreas e estruturas já existentes – seja para equipamentos sociais, de apoio ao turismo, para incremento da oferta de alojamento ou para a criação de áreas terciárias.

Esta opção, considerada de carácter estratégico, constitui, *per si*, uma oportunidade de revitalização de dinâmicas socioeconómicas em tempos de contenção do investimento público e privado. Neste âmbito, há que destacar a oportunidade de dinamização do tecido económico e social potenciada pela reconversão da cerâmica de Vale de Lobos num “pólo de equipamentos e de serviços” (Relatório do Plano).

#### 6.3.4 Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão

No Quadro 18 apresentam-se as diretrizes da AAE associadas às medidas do PUSC relativamente às oportunidades e riscos apresentadas na secção anterior relativamente a este FCD.

**Quadro 18 – Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão – FCD Estilos de Vida**

Critério	Oportunidade	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
Qualidade dos Espaços Urbanos e Conflitos de Uso	Redução dos atuais e tendenciais conflitos de uso e desarticulação urbana através da contenção da pressão urbanística sobre os solos rurais e da resolução de situações concretas de conflito (incluindo reconversão e contenção das AUGI).	4.8.1., 4.8.2., 4.8.3., 1.12.1, 1.12.2,	Garantir a manutenção dos solos rurais e naturais e impedir a expansão da mancha urbana.
	Reabilitação do edificado aliada à requalificação da envolvente de elementos estruturantes e qualificação generalizada do espaço público como alavanca para a revitalização urbana e qualificação do espaço público.	4.1.1., 4.1.2., 4.1.3., 4.1.4, 4.8.1., 4.8.2., 4.8.3., 4.9.1., 4.9.2, 4.9.3.	Assegurar a eliminação progressiva de barreiras arquitetónicas no espaço público e outros impedimentos à devida circulação e acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida. Assegurar a aplicação de boas práticas e “standards” elevados na constituição de novos espaços públicos. Promover a reabilitação e qualificação dos espaços públicos

Critério	Oportunidade	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
			existentes.
	Harmonização funcional da área do Plano através da criação de espaços de lazer qualificados.	3.3.1., 3.5.1, 3.5.2, 3.5.3	Garantir captações de equipamentos e espaços verdes/de lazer de acordo com boas práticas nacionais e internacionais. Garantir o acesso universal aos equipamentos e espaços propostos, nomeadamente a pessoas com mobilidade reduzida. Dinamizar os espaços de lazer propostos e garantir a sua manutenção. Garantir que as espécies arbóreas a plantar não são causadoras de alergias e são autóctones ou compatíveis com a flora portuguesa regional.
	Qualificação geral e articulada dos espaços urbanos e rurais através da integração das estruturas urbana e ecológica reforçada pela criação de espaços de lazer qualificados e da manutenção de usos rurais e turísticos. Parque Municipal da Serra da Carregueira com papel estruturante.	2.1.2. 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3.	Garantir a contenção da expansão urbana reforçando a fiscalização e licenciamento cuidado.
Valências Turísticas e de Lazer	Oferta turística pluritemática, não massificada e assente numa rede de equipamentos complementar ao aumento qualificado da oferta de alojamento através da reabilitação de edificado e construção nova.	2.1.1., 3.1.1., 3.1.2., 3.2.1., 3.3.2., 3.4.1., 3.5.1., 3.5.2., 3.5.3.	“Assegurar que o novo investimento em turismo residencial se realiza em condições que assegurem a sustentabilidade e a preservação dos valores ambientais e paisagísticos que estão na base da atratividade da AML”. <sup>6</sup> “Atingir, em 2015, uma quota de 65% dos estabelecimentos de 4 e 5 estrelas no total da capacidade.” “Aumentar para 35% o peso das dormidas em regiões de menos procura.” <sup>7</sup> Garantir o cumprimento de capacidades máximas para as diferentes tipologias de alojamento, principalmente em meio Rural (Quintas). <sup>8</sup>
	Fomento da equidade territorial e social através da integração rede urbana-espaços naturais no âmbito da	3.5.1., 3.5.2., 3.5.3., 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3.,	Garantir o acesso universal aos equipamentos e espaços propostos, nomeadamente a pessoas com

<sup>6</sup> PROT-AML

<sup>7</sup> ENDS

<sup>8</sup> Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março

Critério	Oportunidade	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
	oferta turística e da reabilitação e criação de novos equipamentos sociais, de desporto e lazer.	4.6.1., 4.6.2., 4.6.3.	mobilidade reduzida. Dinamizar os espaços de lazer propostos e garantir a sua manutenção.
	Promoção da Serra como produto turístico qualificado associado à “Marca Sintra” com potenciais consequências positivas ao nível da vitalidade social e económica, principalmente se reforçada por outras iniciativas de promoção.	3.4.3., 3.6.1.	Implementar uma estrutura de sinalética turística e mobiliário urbano coerente e com design de qualidade de modo a melhorar a capacidade de fruição turística da cidade. Promover os produtos locais nos meios de promoção turística disponíveis.
Cultura, Imagem e Identidade Local	Fomento da atratividade e competitividade da Serra através da qualificação das atividades económicas fora do BCC, enriquecendo a imagem e o produto “Serra da Carregueira” e contribuindo para a dinamização económica e social, através da aposta na promoção do património material e imaterial.	2.1.1., 2.1.2., 2.1.3., 2.2.1., 2.2.2., 2.2.3., 2.3.1., 2.3.2., 2.3.3., 2.4.1., 2.4.2., 2.5.1., 2.5.2., 3.1.1.	Dinamizar complementaridades público-privadas e entre privados para a valorização do património e identidade cultural da Serra (e.g. criando condições para a criação de fóruns).
	Criação de emprego qualificado através da aposta no desenvolvimento turístico qualificado e da criação de condições para a instalação de atividades complementares variadas com consequente reforço do sentimento de posse e identidade.	2.1.2., 2.2.3., 2.4.2., 2.5.1., 3.1.2., 3.2.1., 3.3.1., 3.4.1., 3.4.2., 3.6.1.,	“Reduzir para 9% a taxa de desemprego jovem em 2020”, atingir uma “taxa de desemprego de longa duração de 25% do total do desemprego em 2020.” <sup>9</sup>
	Aposta no turismo rural com manutenção de funções produtivas contribui para a diversificação das atividades económicas em meio rural, constituindo uma oportunidade para a geração de emprego e qualificação profissional nesta área e também para a qualificação e promoção de produtos locais.	2.1.1., 2.1.2.	Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas do meio rural, apostando na afirmação de um leque de especializações rurais diferenciadoras. Promover os produtos locais nos meios de promoção turística disponíveis.

<sup>9</sup> ERL2020

Critério	Risco	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
Qualidade dos Espaços Urbanos e Conflitos de Uso	Degradação do estilo de vida existente e desejado para a Serra da Carregueira (lazer, saúde, tranquilidade) por aumento significativo da carga edificada e populacional.		
	Manutenção da dicotomia BCC / envolvente em termos de oferta de equipamentos e qualificação dos espaços públicos com risco de manutenção da disparidades sociais.	4.6.1., 4.6.2., 4.6.3.	“Garantir mecanismos de inclusão social, informacional e territorial”. <sup>10</sup> Garantir a qualificação do espaço público em zonas degradadas não classificadas como AUGI. Qualificar o espaço público de uma forma uniforme criando condições para a sua utilização, nomeadamente com a criação de praças e passeios pedonais.
Cultura, Imagem e Identidade Local	Ausência de medidas concretas para a divulgação e promoção do património material e imaterial em sede de Programa de Execução (indisponível à data).	2.4.1., 2.4.2.	Definir medidas concretas e envolver os agentes relevantes para a promoção do património local.
	Potencial qualificação do capital social ameaçado pelo risco de falta ou excesso de qualificações na população residente podendo exigir a captação de mão-de-obra externa a curto e médio prazo.	3.2.1.	Promover o elevar dos níveis médios de habilitações entre a população residente.

### 6.3.5 Diretrizes de Monitorização

**Quadro 19 – Diretrizes de Monitorização – FCD Estilos de Vida**

Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização
Monitorizar a evolução da mancha urbana.	Variação do peso da área urbanizada no total da área do PUSC. Variação da densidade habitacional e populacional. Variação da proporção de área classificada como dispersa.
Monitorizar a execução da reabilitação das AUGI e áreas degradadas.	Variação do peso da área identificada como AUGI ou clandestina na área do PUSC. Variação da percentagem de edifícios considerados em ruína ou mau estado.
Monitorizar a evolução da multifuncionalidade dos espaços urbanizados.	Variação do peso do comércio e serviços no total da área de construção nova e existente.
Monitorizar a cobertura de infraestruturas urbanas.	Variação da população servida por Sistemas de abastecimento de água, Sistemas de drenagem de águas residuais, ETAR e RSU.

<sup>10</sup> ERL2020

Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização
Monitorizar a qualidade e acessibilidade dos espaços públicos.	Variação do número, tipo e localização de barreiras arquitetónicas.
Monitorizar a evolução da ocupação turística nas Quintas.	Variação número de alojamentos, por níveis de classificação, nas Quintas.
Monitorizar a ocupação do solo nas Quintas.	Variação do IMO nas Quintas.
Monitorizar a qualificação da oferta turística.	Variação da percentagem de alojamentos de 4 e 5 estrelas na área do PUSC.
Monitorizar a variação da relação oferta/procura de alojamento turístico.	Variação do número de dormidas e das taxas de ocupação dos alojamentos na área do PUSC.
Monitorizar a promoção dos produtos locais.	Variação do número de ações de promoção de produtos locais e da despesa pública associada.
Monitorizar a dinamização e qualificação do comércio local.	Variação da diferença entre o número de sociedades / empresas constituídas e dissolvidas na área do comércio local (CAE H, G) ou do número de empregados.
Monitorizar o peso dos residentes locais no emprego do sector da hotelaria.	Variação da percentagem de residentes nas freguesias de Belas e Almargem do Bispo no total do emprego no sector da hotelaria na área do PUSC.
Monitorizar a diversificação das atividades no meio rural.	Variação dos tipos (CAE) de atividades económicas instaladas em solo rural.
Monitorizar a promoção pública do património local.	Variação da despesa pública em recuperação e promoção do património na área do PUSC.

### 6.3.6 Quadro de Governança

Quadro 20 – Quadro de Governança – FCD Estilos de Vida

Entidades	Diretrizes para a Governança
CMS	Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo.
	Controlar os défices infraestruturais existentes, nomeadamente ao nível do saneamento básico.
	Garantir a qualificação do espaço público dentro e fora do BCC.
	Dinamizar complementaridades público-privadas e entre privados para a valorização do património e identidade cultural da Serra (e.g. criando condições para a criação de fóruns).
	Fomentar e apoiar as atividades culturais, nomeadamente aquelas que contribuem para o reforço das identidades locais.
	Fomentar e apoiar as atividades que potenciem os valores naturais, económicos e culturais em espaço rural. Promover os produtos locais nos meios próprios de comunicação.
	Integrar a Serra da Carregueira na estratégia de promoção “Marca Sintra”.
	Monitorizar a evolução das dinâmicas territoriais e socioeconómicas na área do PUSC.
	Promover a diversificação de atividades económicas, de modo a alargar o leque de sectores económicos estruturais.
Direcção-Geral do Património Cultural	Manter atualizada a informação disponibilizada sobre o património. Acompanhar e orientar a inserção de novas construções nas Quintas.

Sector Privado	Garantir a adequação das iniciativas de edificação propostas aos critérios definidos no PUSC.
	Garantir o alinhamento estratégico das suas iniciativas com os do Município e do PUSC.
População em Geral	Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento.
	Integrar movimentos e associações de promoção da identidade cultural.
	Contribuir para a dinamização dos espaços de lazer e das atividades económicas locais.



## 6.4 FCD#4 - Eficiência Energética e Mobilidade

### 6.4.1 Questões/tendências críticas

A situação na zona do PUSC apresenta as seguintes tendências principais no que respeita ao FCD Eficiência Energética e Mobilidade:

- Inexistência de uma rede pedonal e ciclável que articule as diferentes áreas;
- Rede viária estruturante centrada na EN 117 com problemas de atravessamento de aglomerados e perfis desajustados;
- Rede de Transportes Coletivos (TC) pouco atrativa com concentração de TC rodoviário no BCC;
- Destaque do BCC no domínio energético face às restantes urbanizações;
- Iluminação pública obsoleta e degradada.

### 6.4.2 Análise SWOT

**Quadro 21 – Análise SWOT – FCD Eficiência Energética e Mobilidade**

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Recursos renováveis (solar, biomassa). Sensibilização das populações para as questões da energia. Área florestal com capacidade de sequestro de carbono. BCC Expresso como possível alternativa de transporte.	Insuficiências na rede de transporte rodoviário coletivo. Dependência do transporte individual. Acessibilidade e mobilidade reduzida. Carências de espaço público. Conflitos automóvel-peão. Ausências de estratégias para a eficiência energética.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Melhorias da rede rodoviária. Disponibilidade de energias alternativas e da concretização de intervenções sustentáveis (tecnologia).	Aumento de tráfego e congestionamento. Incêndios florestais.

### 6.4.3 Avaliação do Modelo

Transversalmente a todos os critérios de avaliação deste FCD, a “mitigação dos efeitos da urbanização com a aplicação de medidas sustentáveis ao nível dos edifícios, transportes e resíduos” (1.11.1) constitui uma oportunidade para o aumento da eficiência energética nestes sectores, para um maior aproveitamento das fontes de energia renováveis e para o

desenvolvimento e planeamento de meios de mobilidade mais sustentáveis. Esta medida segue as orientações gerais do PNAC e do PNAEE.

Por sua vez, a promoção de “ações de sensibilização para a promoção de um consumo responsável em termos ambientais” (1.11.2), constitui uma oportunidade, uma vez que poderá fomentar a redução de consumos locais (energia, água e geração de resíduos), o aumento da eficiência energética e a redução do uso do TI, promovendo a mobilidade sustentável e dando a conhecer a importância dos serviços dos ecossistemas, acompanhando orientações e metas do PET, PNAC, do PNAEE, da ENDS e do Plano Energético de Sintra.

### ***Eficiência energética***

Garantir a “otimização energética dos edifícios” (1.9.1.) e “potenciar o uso de novas tecnologias que conduzam à redução do consumo energético” (1.9.2.) são medidas que criam uma oportunidade para que as infraestruturas do PUSC funcionem de forma eficiente do ponto de vista energético, reduzindo consumos e custos associados. Neste sentido, em sede de regulamento, o PUSC promove a eficiência energética do espaço público e da edificação (Art. 107º e 108º) promovendo também, a adoção de “medidas sustentáveis na utilização e gestão dos recursos, com especial ênfase na energia” nos Espaços Residenciais e para Equipamentos (Art. 300º e 42º), a adoção de medidas com vista à eficiência energética nas Quintas (Art. 101º, 103º e 105º) e também a adoção de veículos elétricos através da promoção da criação de postos de abastecimento associados (Art. 65º, ponto 6).

Para a UOPG 3 (Art. 80º), o PUSC vai mais além, estabelecendo como objetivo das operações urbanísticas a realizar, a “mitigação do impacto das construções existentes e propostas através de adoção de tecnologias de otimização energética (conceitos de arquitetura bioclimática e utilização de energia solar passiva, entre outros)”. Recomenda-se que o âmbito territorial destas medidas se alargue a toda a área de intervenção do PUSC.

As medidas referidas refletem-se nas OE TL1, TL2, SS3, E1, E2, E3, DU1, DU2 e DU3 e vão ao encontro de metas do PNAC como aumentar o número de certificados energéticos residenciais emitidos ou aumentar a penetração de equipamentos de elevada eficiência e ajudam a cumprir as orientações referidas no Plano Energético de Sintra, como a promoção da utilização racional de energia com vista à melhoria da eficiência energética na utilização final.

Neste contexto, as medidas de promoção do TP e dos modos suaves de deslocação do PUSC, referidas adiante, poderão mitigar o risco de agravamento do consumo energético pelos transportes que poderá resultar do aumento de carga urbanística proposta apesar de se antever que o setor dos transportes permaneça com peso relevante no consumo energético local.

### ***Aproveitamento de recursos energéticos renováveis e mitigação das emissões de CO<sub>2</sub>***

Relativamente ao critério de aproveitamento de recursos energéticos renováveis e mitigação das emissões de CO<sub>2</sub>, existem diversas medidas de preservação e valorização das áreas florestais (1.1.1., 1.8.2, 2.1.2, 4.3.1 e 4.3.3), sumidouros naturais de dióxido de carbono, pelo que se considera que constituem oportunidades no âmbito deste FCD. Estas medidas refletem-se nas opções estratégicas TL1, TL2, SS1, SS3, E1, E2, E3, DU1, DU2 e DU3.

Já para o aproveitamento de recursos energéticos renováveis, destaca-se claramente a medida 1.10.1., que promove o aproveitamento da energia solar (Art. 80º), criando a oportunidade de potenciar o aproveitamento local de FER, melhorando o desempenho energético local. No entanto, mais uma vez, considera-se essencial que a medida abranja as todo o território do PUSC não só a UOPG 3, por forma a otimizar o aproveitamento de um recurso renovável disponível.

Esta medida contribui para metas propostas no PNAEE e na ENDS como o aumento da potência instalada proveniente de microprodução ou que a produção de FER represente 39% até 2010<sup>11</sup> e refletem-se nas OE TL1, TL2, SS3, E1, E2, E3, DU1, DU2 e DU3.

### ***Mobilidade***

Para o critério de mobilidade são de salientar as medidas 3.5.1 e 4.3.2, que promovem os meios de mobilidade suave bem como a criação de uma ciclovia estruturante associada às zonas onde se planeia um maior aumento de carga urbanística e que serve as diferentes zonas da Serra da Carregueira bem como o interface modal proposto. Estas reforçam as opções estratégicas TL2, SS1, SS2, E2 e E3, já que promovem hábitos saudáveis e constituem alternativas ao uso do TI.

As baixas densidades propostas, apesar de se considerarem globalmente positivas do ponto de vista da sustentabilidade ambiental da Serra da Carregueira e da manutenção do seu cariz florestal, poderão inviabilizar economicamente a instalação de um serviço de TP que ofereça uma alternativa real ao TI. Neste contexto, o PUSC procura mitigar esta dependência do TI através de uma estratégia de promoção da mobilidade suave concretizada pela criação de uma ciclovia estruturante, da promoção da mobilidade suave (Art. 93º, 78º a 81º referentes às UOPG 1 a 4, Art.º 87º, 89º, 91º e 93º referentes a unidades de execução) e de um interface rodoviário com praça de táxis e paragem para autocarros com acesso por ciclovia e pedonal.

---

<sup>11</sup> De acordo com a medida referida na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) em vigor e que se considera ainda relevante para o horizonte temporal do PUSC.

Estas medidas contribuem para a mitigação dos riscos gerados pelo agravamento da dependência do TI, alinhando-se com as orientações estratégicas nacionais e regionais presentes no PET, PNAC, Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo e Plano Municipal do Ambiente de Sintra para a promoção de uma mobilidade mais sustentável e implementação gradual de redes de percursos pedonais e cicláveis.

Relativamente às alterações propostas para a rede viária, as medidas 4.4.1, 4.4.2 e 4.4.3 poderão constituir uma oportunidade de redução dos atuais problemas de congestionamento, nomeadamente através da beneficiação da EN117. No entanto, a dificuldade em viabilizar economicamente o TP e tendo em conta o aumento previsto de veículos em circulação – mais 790 veículos na hora de ponta da manhã e 888 na hora de ponta da tarde<sup>12</sup> – acarreta o risco de agravamento cumulativo de congestionamento viário, com as consequências já referidas ao nível a qualidade do ambiente. Não obstante, as projeções do Estudo de Tráfego não indicam situações de congestionamento particularmente gravosas.

Importa salientar o serviço BCC expresso que faz a ligação entre o BCC e as estações de metropolitano do Sr. Roubado e Colégio Militar, que representam percursos de aproximadamente 15 km e 17 km respetivamente. Esta situação constitui uma oportunidade de criar ligações entre o BCC e o comboio (linha de Sintra), uma vez que a distância entre o BCC e a estação da CP Queluz/Belas é de cerca de 6,5 km.

Os pontos focados seguem as orientações de diversos documentos estratégicos como o PDES, PNPOT 2007-2025, entre outros, que são unânimes nas diretrizes que promovem a utilização do TP e a intermodalidade. Estas diretrizes são apoiadas pela meta do PNAEE “assegurar a transferência modal e 5% do transporte individual para coletivo até 2015 na AML”.

---

<sup>12</sup>Estudo de Tráfego - Plano De Urbanização Da Serra Da Carregueira – Sintra. Relatório Da 2ª Fase. Proposta Para O Sistema de Transportes e Mobilidade (Versão Definitiva) (Janeiro 2013)

## 6.4.4 Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão

Quadro 22 – Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão – FCD Eficiência Energética e Mobilidade

Critério	Oportunidades	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
Eficiência Energética	Aumento da eficiência energética nos edifícios, transportes e resíduos. Redução de consumos energéticos e custos associados.	1.11.1., 1.11.2., 1.9.1, 1.9.2	Alargamento das áreas de aplicação das medidas 1.11.1., 1.9.1. e 1.9.2. Adotar uma política proactiva de educação ambiental. Garantir a otimização energética dos edifícios e infraestruturas do PUSC. Aumentar o número de certificados residenciais emitidos e aumentar a penetração de equipamentos de elevada eficiência (PNAC).
Aproveitamento de recursos energéticos renováveis e mitigação de emissões de CO <sub>2</sub>	Aumento do aproveitamento da energia solar nas construções na área do Plano.	1.11.1 1.11.2 1.10.1.	Alargamento das áreas de aplicação das medidas 1.11.1., 1.11.2. e 1.10.1. Assegurar a regulamentação de medidas de aproveitamento da energia solar, quando aplicável. Aumento da potência instalada proveniente de microprodução ou que a produção de FER represente 39% até 2010 <sup>13</sup> (PNAEE; ENDS).
	Salvaguarda e valorização dos espaços florestais e do seu potencial como sumidouros de carbono.	1.11.2.	Alargamento das áreas de aplicação da medida 1.11.2.. Adotar uma política proactiva de educação ambiental.
Mobilidade	Criação de uma rede de mobilidade suave integrada em toda a Serra da Carregueira, constituindo alternativa ao TI.	3.5.1. 4.3.2.	Adotar uma política municipal de mobilidade sustentável. Valorizar áreas adequadas à mobilidade suave.
	Melhoria do Serviço BCC Expresso com o alargamento do transporte até à linha de Sintra (comboio).	4.4.1. 4.4.2. 4.4.3.	Assegurar um transporte do BCC até à linha de Sintra (estação Queluz/Belas).
	Redução do recurso ao TI, promovendo a mobilidade sustentável, reduzindo os custos associados e melhorando globalmente a qualidade do ambiente.	1.11.1. 1.11.2.	Alargamento do âmbito geográfico de aplicação das medidas 1.11.1 e 1.11.2.. Promoção do TP através de campanhas no sentido de cativar pela oferta de uma experiência económica, agradável e sustentável. Promover ações de sensibilização para a sustentabilidade nos transportes. Assegurar as metas impostas pelo PNAEE de assegurar a transferência modal de 5% do TI para TP até 2015 na

<sup>13</sup> De acordo com a medida referida na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável em vigor.

Critério	Oportunidades	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
			AML.

Critério	Risco	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
Eficiência Energética	Redução da eficiência energética das atuais e futuras infraestruturas e consequente aumento de consumos e custos associados.	1.11.1 1.9.1 1.9.2 3.2.1.	Alargamento das áreas de aplicação das medida 1.11.1., 1.9.1. e 1.9.2.. Regulamentar medidas de eficiência energética para o edificado.
Aproveitamento de recursos energéticos renováveis e mitigação de CO <sub>2</sub>	Fraco aproveitamento das fontes de energia solar. Redução de áreas florestais, sumidouros naturais de CO <sub>2</sub> por aumento da área edificada.	1.11.1 1.11.2 3.2.1. 1.1.1 1.8.2 2.1.2 4.3.1 4.3.3	Regulamentar o aproveitamento, quando aplicável, da energia solar na construção de infraestruturas. Garantir que, em sede de projeto, são salvaguardados os links de feixes hertzianos do MDN/Força Aérea. Regulamentar a proteção das áreas florestais estruturantes da área do PUSC.
Mobilidade	Aumento do congestionamento local, do tráfego de atravessamento da Serra da Carregueira e do recurso ao TI. Aumento de custos associados e degradação da qualidade do ambiente.	1.11.1 1.11.2 3.2.1. 4.4.1. 4.4.2. 4.4.3.	Assegurar o ajustamento dos níveis de serviço de TP. Promover a mobilidade suave como parte integrante da rede de mobilidade. Sensibilização para ou uso do TP. Reabilitar acessos para permitir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Submeter a aprovação pela entidade competente as alterações à rede viária que se venham a concretizar em sede de plano de pormenor.

## 6.4.5 Diretrizes de Monitorização

**Quadro 23 – Diretrizes de Monitorização - FCD Eficiência Energética e Mobilidade**

Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização
Monitorizar a eficiência energética na construção de novas infraestruturas.	Varição de intensidade e consumos energéticos <i>per capita</i> . Soluções adotadas para a eficiência energética dos edifícios.
Monitorizar a promoção e utilização da energia solar nas infraestruturas a construir.	Programas, medidas e iniciativas municipais para a eficiência energética e promoção de FER (solar). Taxa efetiva e potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável (solar) (MWh).
Monitorizar a valorização das áreas florestais como sumidouros de carbono.	Área florestal com potencial de sequestro de carbono.

Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização
Monitorizar a atratividade e qualidade do TP.	Tempo de deslocação por meio de transporte. Repartição modal nas deslocações casa-trabalho, trabalho-casa. Atratividade do TP e alternativas de transporte.
Monitorizar o recurso ao TI.	Veículos em circulação e intensidade de tráfego.
Monitorizar o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.	Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.
Monitorizar a mobilidade suave	Redes pedonais e de ciclovias na área do PUSC.

## 6.4.6 Quadro de Governança

**Quadro 24 – Quadro de Governança – FCD Eficiência Energética e Mobilidade**

Entidades	Diretrizes de Governança
CMS	Promover o uso racional e eficiente de energia e o recurso a fontes de energia renovável. Promover o uso sustentável dos espaços florestais. Fomentar a utilização de meios de mobilidade suaves. Promover a utilização do TP em detrimento do TI e a repartição modal.
IMT	Criar incentivos ao planeamento integrado dos transportes e promover a sua utilização, em colaboração com os operadores de transportes. Colaborar na elaboração dos circuitos de mobilidade suave na Serra da Carregueira. Verificação das condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida nas áreas alvo do Plano.
Estradas de Portugal	Articulação da rede viária existente com a planeada, incluindo a eventual concretização da ER249.
DGEG	Promover e auxiliar no desenvolvimento da produção energética com origem em fontes de energia renovável (solar).
Operadores de Transportes	Criar incentivos ao planeamento integrado dos transportes e promover a sua utilização, em colaboração com o IMT. Ajustamento dos níveis de serviço de acordo com as alterações à rede viária.
BCC	Promover atividades de sensibilização para a sustentabilidade. Promover hábitos sustentáveis. Promover o uso sustentável dos espaços florestais. Monitorizar consumos de energia locais. Proceder a uma avaliação das necessidades dos residentes e visitantes ao nível da intermodalidade de transportes.
População em geral	Participar ativamente em processos de consulta pública associados às oportunidades e riscos identificados no âmbito do PUSC, relacionados com eficiência energética, aproveitamento de FER e mobilidade. Participar ativamente nas atividades de sensibilização para a sustentabilidade. Adotar hábitos sustentáveis.

## 6.5 FCD#5 - Modelo de Governança

### 6.5.1 Questões/tendências críticas

Apesar de insuficiente a informação existente para avaliar as principais tendências, é possível apresentar as seguintes observações para a zona do PUSC no que respeita ao Modelo de Governança:

- Deficiente oferta de alojamento turístico numa ótica de parceria público-privada e envolvimento de agentes;
- Condicionamento de gestão territorial;
- UOPG definidas no PDM de Sintra sem disposições e objetivos específicos.

### 6.5.2 Análise SWOT

**Quadro 25 – Análise SWOT – FCD Modelo de Governança**

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Interesse do município e da AML no ordenamento do território e conservação ambiental e cultural da Serra da Carregueira.	Complexidade na resolução de problemas urbanísticos (ilegais e outros). Expectativas criadas pelos privados (e pelo PDM). Divergência entre IGT (PDM/PROT-AML). Multiplicidade e ambiguidade de jurisdição, existem várias jurisdições que atuam no concelho de Sintra: a CMS, o Governo (MAI, MDN). Hotelaria não prioritária na perspetiva dos privados e investidores.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Alteração do PROT-AML. Revisão do PDM. Cofinanciamento (QREN/ Por Lisboa).	Alteração do PROT-AML. Práticas de restrição orçamental. Tempo institucional diferente do tempo dos privados/investidores. Peso dos procedimentos administrativos.

### 6.5.3 Avaliação do Modelo

#### *Gestão adaptativa e colaboração público-privada*

O reforço da qualidade e eficiência da gestão territorial, orientação preconizada no PNPOT, é assegurado por cada UOPG, , através do estabelecimento de UE. Nas UE são revelados



mecanismos de execução urbanística (medidas 4.1.1, 4.1.3, 4.4.1, 4.5.1 e 4.8.1) que revelam oportunidades em matéria de gestão adaptativa.

A simplificação dos procedimentos administrativos (estratégia patente na ENDS) é uma oportunidade potenciada com a implementação e execução do PUSC. Esta simplificação pode ser concretizada numa redução de custos de gestão e execução operacional, que advém de uma delegação de encargos (medidas 2.1.1, 4.3.4, 4.6.2 e 4.6.3, evidenciadas nos artigos 69º e 71º do Regulamento), da agilização dos processos de licenciamento (medida 4.9.1) e da otimização de infraestruturas e equipamentos existentes (medidas 1.9.1, 2.1.1, 4.6.2 e 4.8.2). Esta oportunidade retirará peso à CMS nas atividades administrativas<sup>14</sup>, o que, consequentemente irá racionalizar a gestão, permitir a celeridade e melhorar a qualidade dos serviços que presta.

A possibilidade de compensação urbanística (concretizada por cedências e contemplada no artigo 74º do Regulamento), e a concretização das UE a cargo dos seus proprietários refletem oportunidades de promoção de situações *win-win* e de aumento de cooperação e articulação público-privada na gestão do PUSC.

Constata-se a aposta em intervenções coerentes e sustentáveis, com a oportunidade para a promoção de situações *win-win*, pela conjugação dos interesses privados com a valorização dos bens públicos, aposta refletida nas medidas 1.9.1, 1.12.1, 2.1.1, 3.1.1, 3.2.1, 3.4.1, 4.1.4, 4.4.2 e 4.6.1, e nos objetivos 4.8 e 4.9. Em contrapartida, a aposta em intervenções por via dos proprietários e o envolvimento do sector privado na execução do PUSC poderá trazer riscos à governabilidade do PUSC, relacionados com as medidas 2.1.1, 3.2.1, 3.3.1, 3.4.1, 4.6.2 e 4.6.3 e objetivo 3.1. A possível existência de múltiplos interesses conflituosos poderá refletir-se numa difícil conjugação e articulação de visões e objetivos, ou numa incapacidade de negociação, nomeadamente devido às elevadas expectativas criadas pelo PDM de Sintra em relação ao desenvolvimento turístico da zona. Uma vez que se observam diferentes interesses potencialmente em conflito (e.g. implementação do alvará de loteamento nº11/2007 da Colnade, outros interesses privados de desenvolvimento turístico na área do PUSC, interesses de conservação da natureza, para dar apenas um exemplo geral), é fundamental definir um modelo de governação do PUSC para se garantir um desenvolvimento equitativo, eficiente e promissor de soluções sustentáveis. Neste sentido, a aplicação do mecanismo de imposição administrativa poderá reduzir o risco de não concretização do PUSC e das oportunidades resultantes por conflito entre privados, devendo ponderar-se a sua aplicação nas medidas consideradas críticas para a concretização do PUSC.

A estratégia adotada pelo PUSC para as intervenções urbanas realça a oportunidade de promoção do envolvimento dos privados para a implementação de novas atividades turísticas, contemplada pelas medidas 2.1.1, 3.1.1, 3.2.1, 3.6.1 e 4.9.3, e no capítulo III,

---

<sup>14</sup> Relatório do Plano de 15/02/12, página 48

secção II, subsecção IV do Regulamento. Há uma aposta no aumento da cooperação e articulação público-privada na gestão do PUSC, refletida na possibilidade de estabelecimento de parcerias com os proprietários e outros agentes públicos e/ou privados, preconizadas nos objetivos gerais do PUSC.

É explícito nos objetivos gerais do PUSC (Artigo 2º do Regulamento), a proposta de estímulos às redes de valorização do património, histórico, cultural e natural, o que potencia a atratividade para a implementação de novas atividades turísticas e serviços associados, bem como a complementaridade na oferta desses serviços, existindo aqui uma oportunidade para que as atividades de exploração turística se desenvolvam cumulativamente, salientada pelas medidas 3.1.2, 3.3.1 e 3.6.1, e pelo objetivo 3.4.

Para o melhor cumprimento da legislação vigente, a aposta no reforço e incentivo à fiscalização é uma medida que o PUSC apresenta que potencia a oportunidade de assegurar coerência, consistência e complementaridade das ações levadas a cabo pelos diversos agentes, e o cumprimento dos regulamentos dentro dos limites do PUSC, bem como uma orientação do PN POT. A aposta na fiscalização do cumprimento das disposições legais e regulamentares encontra-se explícita nas medidas 1.4.2, 1.5.1, 1.7.2, 1.10.1 e 1.12.2. Em contrapartida, uma eventual ausência de fiscalização poderá criar o risco de dificuldade de gestão, caso o aumento expectável das atividades de exploração florestal, agrícola e turística não seja acompanhado, ou mesmo por um eventual défice no cumprimento dos dispositivos legais derivado do predomínio da intervenção privada (medidas 1.9.1, 1.12.2, 4.1.4, 4.4.2 e 4.9.3).

A aposta em parcerias público-privadas e em candidaturas de projetos a financiamento externo é uma oportunidade para o PUSC em termos de combinação de mecanismos financeiros, refletida nas medidas 2.1.1, 2.4.2, 3.1.2, 4.6.1, 4.6.2 e 4.9.3. Mas a aposta em investimentos privados tem o risco associado à gestão privada, pela incerteza quanto aos mecanismos de financiamento, numa ótica de ausência de planeamento da sustentabilidade financeira do Plano.

O risco resultante da ausência de mecanismos de resposta a eventuais incapacidades de intervenção no território por parte dos proprietários ou dos parceiros privados é refletido nas medidas 2.1.2, 2.2.1, 2.3.1, 4.8.3 e 4.9.1. Como consequência poderão aparecer novas áreas clandestinas/ilegais (risco quando grande parte dos terrenos é de natureza privada).

As medidas 4.3.1, 4.3.3 e 4.3.4 representam oportunidades ao nível da criação de sinergias para a gestão dos espaços naturais e da possibilidade de delegação de responsabilidade na gestão do Parque Municipal da Serra da Carregueira proposto, numa lógica de gestão partilhada com os utilizadores.

### ***Modelos de participação e envolvimento de agentes***

A concretização das propostas por UE a cargo dos seus respetivos proprietários é uma oportunidade para a adoção de mecanismos de participação ativa por parte dos cidadãos na gestão do PUSC, espelhados nas medidas 2.1.2, 3.4.2, 3.6.1 e 4.3.4, e nos objetivos 2.5 e 4.9, e para a potenciação de mais investimentos pelos diversos agentes, dinamizando também modelos de cooperação público-privado, numa lógica de coresponsabilização e convergência de interesses.

A possibilidade realçada no ponto anterior, referente à possibilidade de aparecimento de novas áreas clandestinas/ilegais, salienta a oportunidade de se desenvolver mecanismos de participação e resolução de conflitos (medidas 2.1.2, 3.4.2, 3.6.1 e 4.3.4 e objetivos 2.5 e 2.9), bem como mecanismos de cumprimentos das posturas e regulamentos municipais (medidas 1.4.2, 1.5.1, 1.7.2, 1.10.1 e 1.12.2).

A aposta num modelo de gestão territorial assente em UOPG pode contribuir a organização e gestão da mobilização do tecido social para prossecução dos objetivos comuns, espelhadas nas medidas 1.11.2, 4.3.4, 4.8.3 e 4.9.3, bem como nos objetivos 2.4 e 2.5. Mas, para tal, é necessário a existência de estratégias de promoção da participação pública, sendo insuficientes as estratégias existentes (medida 1.11.2 e objetivos 2.4 e 2.5). Ressalva-se que estas medidas não contemplam mecanismos que visem estimular a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão do PUSC, não sendo promovida uma participação ativa e informada que reforce a qualidade e eficácia da gestão territorial.

O aumento da coresponsabilização é, como já referido, enfatizado pela possível delegação de responsabilidades na gestão do Parque Municipal da Serra da Carregueira bem como pela integração dos interesses dos agentes privados ao serviço dos interesses municipais, pela adoção de parcerias público-privadas em diversos domínios.

#### 6.5.4 Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão

No Quadro 26 apresentam-se as diretrizes da AAE associadas às medidas do PUSC relativamente às oportunidades e riscos apresentadas na secção anterior relativamente a este FCD.

**Quadro 26 – Síntese da Avaliação e Diretrizes de Gestão – FCD Modelo de Governança**

<b>Critério</b>	<b>Oportunidade</b>	<b>Medidas</b>	<b>Diretrizes de Planeamento e Gestão</b>
Gestão adaptativa e colaboração público-privada	Gestão adaptativa pela aposta num modelo de execução urbanística.	4.4.1, 4.1.3, 4.4.1, 4.5.1, 4.8.1	Clarificar os usos característicos, usos permitidos e parâmetros urbanísticos. Promover a transparência da programação e os mecanismos de intervenção público-privada. Promover a aplicação de revisões periódicas do PUSC tendo em as dinâmicas territoriais adequadas e monitorização.
	Simplificação administrativa com potencial para a redução de custos de gestão e execução operacional.	1.9.1, 2.1.1, 4.3.4, 4.6.2, 4.6.3, 4.8.2, 4.9.1	Otimizar o funcionamento dos serviços. Garantir a melhor relação custo-benefício nos diversos sectores de intervenção municipal. Otimizar os recursos existentes para evitar a dispersão de esforços e meios, garantir a qualidade e eficácia pretendidos, e maximizar a sua utilização.
	Aumento da cooperação e articulação público-privada na gestão do PUSC e nas intervenções urbanas. Promoção de situações <i>win-win</i> , pela conjugação dos interesses privados com a valorização dos bens públicos e reforço da rede de equipamentos.	1.9.1, 1.12.1, 2.1.1, 3.1.1, 3.2.1, 3.4.1, 4.1.4, 4.4.2, 4.6.1, 4.8, 4.9	Definir um modelo de governação que assegure a articulação entre a administração pública, o sector privado e a sociedade civil para conjugação dos interesses comuns.
	Complementaridade na oferta de serviços associados ao turismo.	3.1.2, 3.3.1, 3.6.1, 3.4	Clarificar as condições em que as atividades de exploração de recursos se possam desenvolver cumulativamente. Definir estratégias integradas de desenvolvimento de segmentos associados ao turismo.
	Potencial de atratividade para a implementação de novas atividades turísticas.	2.1.1, 3.1.1, 3.2.1, 3.6.1, 4.9.3	Promover e comercializar novas unidades de alojamento turístico.
	Criação de uma estratégia de projeção identitária da zona.	1.2.1, 2.4.1, 3.4, 3.6	Promover a iniciativa privada, as parcerias público-privadas e a participação pública na dinamização e projeção da Serra da Carregueira.
	Possibilidade de delegação de responsabilidades para empresas municipais da gestão do Parque Municipal da Serra da Carregueira.	4.3.1, 4.3.3, 4.3.4	Incentivar a gestão conjunta do Parque Municipal da Serra da Carregueira e promover o envolvimento ativo dos cidadãos na promoção da utilização sustentável. Apostar em cedências para ativar mecanismos de coresponsabilização.

Critério	Oportunidade	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
	Possibilidade de combinar mecanismos de financiamento.	2.1.1, 2.4.2, 3.1.2, 4.6.1, 4.6.2, 4.9.3	Promover a combinação de mecanismos de financiamento público-privado para a gestão do PUSC.
	Reforço e incentivo à fiscalização para o cumprimento das posturas e regulamentos municipais.	1.4.2, 1.5.1, 1.7.2, 1.10.1, 1.12.2	Garantir a existência de um quadro regulamentar para licenciamento das atividades que se desenvolvem e conformidade com as indicações do PUSC. Orientar a atuação dos agentes envolvidos na atividade de planeamento e gestão.
Modelos de participação e envolvimento de agentes	Desenvolver mecanismos de participação e resolução de conflitos entre os envolvidos na gestão do PUSC. Aumento dos níveis de coresponsabilização.	2.1.2, 3.4.2, 3.6.1, 4.3.4 2.5, 4.9	Assegurar o desenvolvimento de metodologias e ferramentas de participação pública. Promover sessões públicas de esclarecimento e debate descentralizadas por UOPG
	Mobilização do tecido social na prossecução dos objetivos comuns.	1.11.2, 4.3.4, 4.8.3, 4.9.3 2.4, 2.5	Promover o recurso a formas de envolvimento dos cidadãos no planeamento e gestão municipais.

Critério	Risco	Medidas	Diretrizes de Planeamento e Gestão
Gestão adaptativa e colaboração público-privada	Possibilidade de condicionamento de gestão territorial. Predomínio da intervenção privada. Múltiplos interesses em conflito e eventual dificuldade de conjugação de visões e objetivos entre as partes interessadas.	2.1.1, 3.2.1, 3.3.1, 3.4.1, 4.6.2, 4.6.3 3.1	Assegurar o estabelecimento de um modelo de governação como estrutura de gestão do PUSC, definindo claramente responsabilidades e competências, bem como a capacitação necessária para assegurar esta função, prevendo nomeadamente os recursos necessários. Limitar a intervenção dos privados nas zonas consideradas estratégias para a gestão pública do PUSC.
	Dificuldade de gestão caso o aumento expectável das atividades de exploração não seja acompanhado por um reforço na fiscalização.	2.1.2, 2.2.1, 2.3.1, 4.8.3, 4.9.1	Desenvolver e implementar mecanismos que impeçam o aparecimento de novos clandestinos e assegurem a demolição das edificações ilegais. Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território. Evitar a proliferação de iniciativas turísticas em meio rural sem garantia de viabilidade económica e ambiental. Estabelecer critérios para o licenciamento de atividades turísticas.
	Dificuldade de negociação com os privados Dificuldade de implementação operacional das medidas de parcerias público-privadas devido à incerteza quanto aos mecanismos de financiamento.	2.1.1, 2.4.2, 3.1.2, 4.6.1, 4.9.3	Incentivar e promover a cooperação e formação de parcerias entre os diferentes sectores. Assegurar a criação das condições de atratividade. Garantir que o financiamento é simultaneamente adequado e fiável ao nível em que vai ser aplicado.
	Eventual défice no cumprimento de dispositivos legais com o predomínio da intervenção privada (se houver menos fiscalização).	1.9.1, 1.12.2, 4.1.4, 4.4.2, 4.9.3	Reforçar a eficácia da fiscalização e melhorar a aplicação da legislação existente.
Modelos de participação e envolvimento de agentes	Insuficientes estratégias de articulação e envolvimento de agentes para a criação de sinergias de projeção identitária.	3.4, 3.6.1	Criar redes de cooperação entre as partes interessadas e uma plataforma de informação e comercialização da Serra da Carregueira.
	Insuficientes estratégias de promoção à participação pública.	1.11.2, 2.4, 2.5	Promover a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos para reforçar a qualidade e eficiência da gestão territorial. Incentivar à criação de redes de infraestruturas de TIC.

## 6.5.5 Diretrizes de Monitorização

**Quadro 27 – Diretrizes de Monitorização – FCD Modelo de Governança**

Diretrizes de monitorização	Indicadores de monitorização
Monitorizar a capacitação para a implementação do PUSC.	<p>Grau de concretização do PUSC.</p> <p>N.º de ações enquadradas por UE.</p> <p>Atribuição de recursos por sector e sua utilização.</p> <p>Sistematização e justificação das situações de inconformidade ou desadequação.</p>
Monitorizar a eficácia das plataformas colaborativas.	<p>N.º de parecerias com atores locais para iniciativas de regeneração urbana.</p> <p>N.º de ações de cooperação territorial envolvendo a CMS.</p> <p>N.º de parcerias público-privadas de implementação turística.</p>
Monitorizar o funcionamento e manutenção do sistema proposto.	<p>Percentagem do orçamento municipal afeto a iniciativas de revitalização urbana.</p> <p>Intervenções com responsabilidade dos privados.</p> <p>Fiscalizar a ocupação urbana ilegal.</p> <p>Índice de cedências concretizado para áreas de equipamentos e desenvolvimento turístico.</p>
Monitorizar a implementação de projetos e atividades futuras.	<p>Concretização de projetos.</p> <p>Fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares.</p> <p>Novos licenciamentos.</p>
Monitorizar a participação dos cidadãos e a eficácia dos processos de envolvimento.	<p>Grau de satisfação dos processos de participação pública.</p> <p>Grau de concretização de intervenções públicas no âmbito de processos de participação pública.</p>

## 6.5.6 Quadro de Governança

**Quadro 28 – Quadro de Governança – FCD Modelo de Governança**

Entidades	Diretrizes de Governança
CCDR-LVT	Assegurar que os critérios de interpretação do PROT –AML à escala local são claros para a CMS, monitorizando e garantindo a correta implementação das estratégias e promovendo parcerias.
Organismos sectoriais da Administração Pública	Contribuir para a articulação e cooperação institucional, promovendo a criação de plataformas colaborativas e a monitorização e disponibilização de informação relacionada com as suas áreas de competência.
CMS	<p>Articular as ações de planeamento e gestão com as estratégias regionais em matéria de Ordenamento do Território.</p> <p>Promover a partilha de informação.</p> <p>Assegurar e reforçar o papel liderante, desempenhando uma função catalisadora e dinamizadora de projetos futuros.</p> <p>Promover e articular as ações de planeamento e gestão com as partes interessadas.</p> <p>Incentivar o estabelecimento de modelos de cooperação público-privada.</p> <p>Desenvolver ações de capacitação técnica ao nível dos serviços internos para implementar adequadamente o modelo de gestão integrada preconizado pela divisão em UOPG.</p> <p>Elaborar um guia de boas práticas de elaboração de processos de participação pública</p> <p>Planear as ações de fiscalização de forma integrada com os demais sectores da autarquia.</p> <p>Estimular e apoiar projetos que fomentem o aparecimento de novas dinâmicas de produção e procura.</p>
Privados	<p>Adotar modelos mais sustentáveis na gestão operacional das suas atividades.</p> <p>Incentivar o estabelecimento de modelos de cooperação público-privada.</p> <p>Incentivar a participação pública.</p>
ONG e População em geral	<p>Ter iniciativas individuais de participação e exercício da cidadania, nomeadamente na monitorização do PUSC.</p> <p>Participar ativamente nos processos de decisão relativos à gestão do PUSC, assegurando o cumprimento e salvaguarda do interesse público.</p>



## 7 Conclusões

A AAE do PUSC tem vindo a acompanhar o processo de planeamento, de forma iterativa, desde Janeiro de 2011.

Como já foi referido anteriormente, esta AAE teve três fases primordiais:

1º- A focagem da AAE através da identificação de fatores críticos para a decisão (FCD), respetivos critérios de avaliação e indicadores, realizada logo no início da elaboração do Plano, e sobre os quais se obtiveram comentários de entidades públicas que foram tidos em conta nas fases posteriores de avaliação;

2º- A avaliação de opções estratégicas, onde se procurou sobretudo avaliar os riscos e as oportunidades ambientais e para a sustentabilidade das orientações estratégicas que estavam a ser equacionadas pela equipa do Plano, previamente à espacialização do modelo territorial;

3º- A avaliação da espacialização das opções estratégicas, ou seja, a expressão das estratégias no modelo territorial, tendo em conta as medidas de zonamento e regulamentares, onde se procurou avaliar os riscos e as oportunidades ambientais e para a sustentabilidade decorrentes das propostas territoriais do modelo.

O papel da AAE foi, assim, no sentido de apoiar a equipa do PUSC de forma consecutiva e contributiva para assegurar o máximo possível de integração ambiental tendo em vista a sustentabilidade do território em causa. Este relatório reporta sobre o resultado desse esforço contínuo de afinação mútua, expresso agora globalmente na avaliação das oportunidades e riscos potenciais da implementação das estratégias e medidas do PUSC. Pretende-se com este Relatório, e nesta fase, informar as entidades da Comissão de Acompanhamento do plano sobre a apreciação final da AAE, com vista à sua divulgação pública.

Ao longo do processo de elaboração do PUSC, é evidente a evolução das opções estratégicas e das soluções para o modelo territorial do PUSC. Em Julho de 2011 as opções estratégicas do PUSC - construídas num trabalho conjunto entre equipas de AAE e de planeamento - foram alvo de avaliação no âmbito da AAE tendo os resultados contribuído para alterações à estratégia de desenvolvimento e também às medidas para a sua concretização. De destacar o reforço claro das opções associadas à criação de uma oferta turística sustentável, à requalificação urbana e de articulação da rede viária proposta na rede existente e da valorização dos Sistemas Naturalizados.

Destaca-se também a manutenção da aposta no predomínio do modo de transporte individual e no aumento da área edificada apesar dos riscos identificados ao nível estratégico.

Conclui-se que o PUSC no geral, se aproximou das recomendações dadas pela AAE para as suas opções estratégicas.

Na fase de Análise do Modelo Territorial proposto pelo PUSC – desenvolvida entre Janeiro de 2012 e Fevereiro de 2014 – evidenciou-se também que o modelo evoluiu considerando as recomendações da AAE.

Apesar de, durante o processo de elaboração do PUSC, se ter concretizado uma redução das expectativas geradas pelo PDM em termos de edificação permitida, verifica-se que o Plano propõe um **aumento significativo da área edificada** (mais do dobro do atual número de fogos). Esta opção poderá resultar na degradação da qualidade visual da paisagem, na perda de recursos naturais, aumento da área de solo impermeabilizado, aumento da produção de resíduos, do congestionamento viário e emissões de GEE bem como de degradação dos níveis de ruído o que – consequentemente – poderá ameaçar o estilo de vida característico da Serra da Carregueira e o modelo de produto turístico que se pretende promover (“saúde, tranquilidade, lazer, silêncio”).

Ao longo do processo de planeamento houve uma evolução no sentido do reforço da promoção dos meios de **mobilidade suave**. Esta aposta tem o potencial de promover hábitos saudáveis, constituindo uma alternativa local ao TI, contribuindo para uma maior eficiência energética e para a redução do congestionamento viário provocado pelo aumento de área edificada – principalmente se articulados numa rede contínua de mobilidade suave, aproveitando os espaços naturais para o efeito e se for uma opção complementar ao transporte coletivo. No entanto, considerando o aumento de carga urbanística expectável, e tendo em conta que as baixas densidades propostas – apesar de globalmente positivas – ameaçam a viabilização de um serviço de transporte coletivo atrativo, considera-se que estas medidas virão apenas atenuar os riscos resultantes do aumento do tráfego rodoviário que se prespetiva, nomeadamente para a qualidade do ambiente e estilo de vida.

Neste contexto, a intenção de **beneficiação da EN117** e sua constituição como alternativa à ER249 pode agravar o risco de aumento do tráfego de atravessamento da Serra por ausência de alternativas em transporte coletivo, apesar de o Estudo de tráfego concluir que não se deverá verificar congestionamento viário.

Verifica-se que a maioria das **áreas de “elevada sensibilidade ecológica” identificadas** pela ERENA foram enquadradas na categoria “Espaço Natural”. Esta aposta cria oportunidades para a manutenção de habitats bem como para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos e para a minimização do risco de cheia pela mitigação da erosão hídrica. Mantém-

se, no entanto, uma situação de conflito entre áreas urbanizadas de baixa densidade e de elevada sensibilidade ecológica na UOPG 4 pelo que se recomenda que qualquer intervenção a efetuar nestas zonas seja precedida de uma análise que garanta que os valores em causa fiquem salvaguardados.

A intenção de **monitorizar e preservar a qualidade da água**, pode contribuir para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos presentes, principalmente se se concretizar a regulamentação da permeabilização dos solos proposta pelo PUSC. Esta aposta constitui também uma oportunidade para a criação de um território mais adaptado à ocorrência de eventos climáticos extremos.

Há, nas medidas propostas, uma aposta na valorização, conservação e gestão dos recursos florestais, destacando-se a promoção da florestação mista e o restauro das áreas florestais e, sobretudo, a criação de um “**Parque Municipal da Serra da Carregueira**” e de uma **rede de espaços de lazer em espaços verdes**. Estas medidas, materializadas nas peças do Plano, contribuem para a diversificação paisagística dos sistemas ecológicos contribuindo para o equilíbrio entre a valorização e a proteção dos mesmos. Constituem também uma oportunidade de melhoria da qualidade do ar e da saúde pública, de diminuição do risco de incêndio e de diminuição da erosão do solo, para além da salvaguarda de sumidouros naturais de dióxido de carbono que contribuem para a mitigação das emissões de GEE. Para garantir o real usufruto deste Parque por residentes e visitantes, potenciando o seu papel articulador das estruturas urbana e ecológica, é essencial que este espaço seja público.

A intenção de “definir modos de gestão que permitam uma gestão económica do Parque” pode resultar numa oportunidade de criação de sinergias para a gestão deste espaço natural e também na possibilidade de delegação de responsabilidade na sua gestão, numa lógica de gestão partilhada com os utilizadores.

A **forma como a estrutura urbana e ecológica se integram** consubstancia a oportunidade de consolidar a estrutura ecológica municipal mantendo a qualidade paisagística e biodiversidade locais. Esta opção reforça também a oportunidade de valorização do papel estruturante dos sistemas hídricos, contribuindo para a conectividade e equilíbrio dos sistemas ecológicos.

A intenção transversal de **divulgar o património natural e cultural** constitui, pela forma como se materializa, uma oportunidade para o reforço da identidade cultural e da valorização dos recursos naturais e culturais, e também para o fomento da atratividade e competitividade da Serra.

A reabilitação proposta para as **Quintas**, delimitando áreas edificáveis destinadas ao turismo em espaço rural no interior das propriedades e permitindo a manutenção de usos agrícolas no restante, contribui também para a diversificação funcional da paisagem e valorização dos serviços dos ecossistemas, concorrendo para criação de uma oferta turística sustentável. A

melhoria da qualidade do solo inerente a esta opção vem contribuir para a salvaguarda da qualidade dos recursos hídricos, diminuindo o risco de poluição accidental.

A diversificação das atividades económicas em meio rural constitui uma oportunidade para a qualificação profissional e também para a promoção e qualificação de produtos locais, constituindo por isso uma oportunidade para o reforço da “Marca Carregueira” e da identidade local.

É essencial **assegurar que a estruturas edificadas nas Quintas se enquadram arquitectónica e paisagisticamente e que o dimensionamento da oferta turística se adequa ao contexto** em que se insere, garantindo o cumprimento da legislação vigente para a dimensão das unidades hoteleiras em meio rural.

A **oferta turística** proposta pelo PUSC é pluritemática, qualificada, não massificada, assente numa rede de equipamentos complementares, e baseada na reabilitação do edificado existente além da construção nova, nomeadamente nos núcleos residenciais multifuncionais. Considera-se que, aparte da salvaguarda referida no parágrafo anterior, esta integração é uma opção que pode garantir sustentabilidade ambiental (social, económica e natural) do setor.

A criação de emprego qualificado no setor e o investimento previsto em equipamentos e espaços públicos constituem uma oportunidade de reforço do capital social e da identidade local, contribuindo para a redução da dicotomia atualmente existente entre o BCC e os restantes aglomerados. No entanto, há que garantir a concretização destas medidas, caso contrário poder-se-á ameaçar a promoção da Serra da Carregueira como um “produto turístico” coerente e integrado.

Associar a Serra da Carregueira à “Marca Sintra” é uma aposta do PUSC considerada lógica e essencial para a promoção da Serra como destino turístico. No entanto, há que aproveitar este canal para promover um produto integrado e variado, fomentando a retenção das mais-valias resultantes no tecido económico local (comércio e serviços locais), promovendo também a sua qualificação.

O **reforço previsto ao nível dos equipamentos sociais** (educação, saúde) e também das **estruturas de lazer** contribui para que o atual desequilíbrio entre a oferta de equipamentos e serviços entre a área do BCC e a restante área do PUSC seja mitigado, apesar de se manter uma clara diferença de oferta. No entanto, importa contrariar a dicotomia existente pela falta de qualificação do espaço público fora do BCC como forma de mitigar disparidades sociais.

A **conversão das áreas degradadas**, materializada pelo combate às atividades ilegais e reconversão paisagística desses locais, vem contribuir para a integração paisagística destas áreas problemáticas minimizando o efeito das intrusões visuais e também a melhoria da

qualidade ambiental do solo e por sua vez dos recursos hídricos, diminuindo o risco de poluição accidental.

Esta aposta na reabilitação contribui também para a mitigação dos atuais e tendenciais conflitos de uso. É de destacar a reabilitação e contenção das **AUGI** e do edificado disperso preservando o solo rural da pressão urbanística que tendencialmente se tem verificado e valorizando o cariz iminentemente rural da Serra.

São propostas **medidas para a qualificação do espaço público** – não só nas AUGI mas, também nos núcleos consolidados e nas novas áreas urbanas o que contribui para a sustentabilidade global da área do plano.

Há que referir que, do ponto de vista da governança, a reabilitação das AUGI e outras áreas ilegais constitui uma oportunidade para desenvolver mecanismos de participação e resolução de conflitos, bem como de cumprimento das posturas e regulamentos municipais. Este processo é também uma oportunidade para alargar o âmbito territorial das medidas de **promoção e aproveitamento da energia solar** e de fomento da eficiência energética, potenciando o aproveitamento local e transversal de FER, oportunidade esta ameaçada pelo facto de o âmbito territorial previsto para estas medidas ser limitado.

Do ponto de vista da Governança, a **definição de mecanismos de execução urbanística nas UE** com o envolvimento dos privados é uma clara aposta na gestão e consolidação territorial, sendo uma oportunidade para a gestão adaptativa do Plano e para a concretização de mecanismos de participação ativa por parte dos cidadãos, constituindo também uma oportunidade para o aumento da cooperação e articulação público-privada.

Esta aposta pode dinamizar também modelos de cooperação público-privados, numa lógica de corresponsabilização e convergência de interesses e também vem estimular o envolvimento dos vários agentes na prossecução de objetivos comuns. Para esse efeito contudo torna-se essencial estabelecer um modelo de governação que assegure a equidade, partilha de responsabilidades, clareza de competências e eficácia nos resultados.

A **combinação de mecanismos financeiros vários**, reduz o risco associado ao contexto de contenção orçamental e incerteza atual. Por outro lado, o recurso a investimento privado acarreta o risco associado à incerteza quanto à consistência do investimento, colocando em causa a sustentabilidade financeira do Plano.

Grande parte dos riscos identificados pela AAE estão associados não a medidas mas à **ausência destas ou da sua concretização nas peças do Plano**. Muitas medidas geradoras de oportunidades relevantes, acabam por ver estas oportunidades abandonadas por falta de concretização. Destaca-se a ausência de:

- Medidas que minimizem os efeitos de possíveis acidentes associados ao gasoduto;
- Medidas que salvaguardem a população exposta a campos eletromagnéticos;

- Medidas que minimizem efeitos de eventuais sismos;
- Estratégias de promoção da participação pública;
- Mecanismos que visem estimular a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão.

Também é necessário o alargamento do âmbito territorial das várias medidas que, resultando em potenciais oportunidades para o desenvolvimento sustentável da área do PUSC, têm o seu âmbito territorial limitado a uma ou outra UOPG.

## **ANEXO I – Objetivos e metas relevantes do QRE**

FCD #1 Paisagem multifuncional e biodiversidade	
Orientações de ambiente e sustentabilidade	Metas relevantes
<p>Articular o sistema de “espaços abertos” de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infraestruturas. <b>(PNPOT 2007-2025)</b></p> <p>Assegurar a sustentabilidade ecológica, baseada numa acessão complexa do desenvolvimento e construção da paisagem humanizada, assente na Estrutura Ecológica Urbana, prolongando as funções da Estrutura Ecológica Fundamental e preenchendo as funções de vegetação na cidade. <b>(Plano Verde)</b></p> <p>Garantir a efetiva articulação entre Estrutura Ecológica associada ao espaço natural e a Estrutura Edificada ligada ao espaço construído. <b>(Plano Verde)</b></p> <p>Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger. <b>(Plano Sectorial Rede Natura 2000)</b></p> <p>Proteger valores patrimoniais únicos, nos domínios ecológicos, paisagístico, cultural e geoestratégico, corporizado nas áreas protegidas, Rede Natura 2000, monumentos nacionais e outro património arquitetónico. <b>(ERL2020)</b></p> <p>Desenvolver estruturas de gestão ecológica dos recursos naturais e paisagens através do seu uso racional. <b>(ERL2020)</b></p>	
<p>Promoção de Corredores entre Aglomerados que impeçam a tendência de expansão e ocupação do espaço existente. <b>(Plano Verde)</b></p> <p>Promover o alargamento da área dedicada a espaços verdes e/ou planos de arborização concelhios. <b>(Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo)</b></p> <p>Criação de corredores Verdes como veículos de dispersão animal e vegetal. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Reduzir as ameaças não climáticas: destruição e fragmentação de habitat, sobre-exploração de recursos, eutrofização das ribeiras. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Promover uma rede de corredores verdes equipados para usufruto da população, a preservação e valorização das manchas florestais e de matos através do pastoreio, a promoção do conhecimento e a preservação da vegetação autóctone inserida nos sistemas agrícolas, dos habitats prioritários e das espécies raras e a reabilitação, preservação e divulgação dos geomonumentos. <b>(Plano Municipal do Ambiente, ENF)</b></p>	
<p>Apostar nas produções de qualidade que possam viabilizar e fomentar as explorações agrícolas de reduzida</p>	



<p>dimensão. <b>(PNPOT 2007-2025)</b></p> <p>Dotar o espaço rural de uma multifuncionalidade que permita enquadrar produção, preservação, conservação, recreio, manutenção da identidade e património cultural de modo a assegurar a qualidade de vida das populações. <b>(PNPOT 2007-2025)</b></p> <p>Incentivar a produção agrícola com especificidade local, associadas ao desenvolvimento de atividades de recreio e lazer que contribuem para a criação de novas dinâmicas no espaço rural. <b>(Plano Verde)</b></p> <p>Estimular as redes de valorização do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural. <b>(PNPOT 2007-2025)</b></p> <p>Desenvolver as elevadas potencialidades agrícolas e florestais existentes para reforçar a sua competitividade e diferenciação internacional, mediante a promoção de sistemas de agricultura de produção agrícola e florestal que reúnam condições agro – ecológicas, sócio estruturais e de gestão que lhes assegurem no futuro, níveis de produtividade económica e de dimensão física alcançáveis com base em práticas agrícolas certificadas do ponto de vista do ambiente, do bem-estar animal e da segurança alimentar. <b>(PROT-AML)</b></p>	
<p>Garantir a sustentabilidade ambiental através da redução dos impactos ambientais e paisagísticos e da preservação da Serra da Carregueira e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos. <b>(PDES, PNPOT 2007-2025)</b></p>	
<p>Recuperar e preservar o património natural efetivando zonas tampão que protejam os valores paisagísticos e culturais e promovendo atividades de educação cultural através da aproximação do património público ao munícipe. <b>(PDES, PNPOT 2007-2025)</b></p>	
<p>Recuperar o património rural e arqueológico e aproveitar a ruralidade para fins pedagógicos e terapêuticos e o desenvolvimento de turismo de lazer, rural, agrícola e de atividade. <b>(PDES)</b></p>	
<p>Promover a gestão florestal sustentável, procurando o equilíbrio entre as funções sociais, económicas e ambientais proporcionadas pelos espaços florestais. <b>(PNPOT, PROFAML)</b></p> <p>Preservar a floresta e os espaços de potencial agrícola. <b>(PNPOT)</b></p> <p>Definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural. <b>(PNAC, PROFAML, PMDFCI)</b></p> <p>Salvaguardar os solos com reconhecida aptidão agrícola e florestal, de utilizações alternativas não-agrícolas e não-florestais, mediante a adoção de uma estratégia de desenvolvimento agro-florestal e rural que viabilize sistemas de agricultura de produção ambientalmente orientados, que assumam a forma do modo de produção biológico, e sistemas de ocupação e uso do solo que contribuam para a conservação da natureza e da biodiversidade e para o ordenamento do espaço rural, mediante uma opção multifuncional agrícola e</p>	<p>Área de nova floresta em 2010, relativamente a 31.12.1989: 492 mil hectares. <b>(PNAC)</b></p> <p>Expansão da área dedicada à agricultura biológica (%SAU): Alcançar 10% da SAU em 2013. <b>(ENDS)</b></p> <p>Aumento em 30% da SAU até 2015 de Sistemas agroflorestais com elevado interesse ambiental. <b>(ENDS)</b></p> <p>Em 2018:</p> <p>- Reduzir a área de povoamentos florestais ardidos para menos de 0.8% da área florestal. <b>(ENF)</b></p>

florestal, viabilizando os serviços ambientais que aqueles sistemas asseguram e compatibilizando usos e atividades com a ocupação do solo. **(PROT-AML, Plano Sectorial Rede Natura 2000, ENDS)**

Desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa na perspetiva do uso múltiplo, voltado para o incremento progressivo da percentagem das folhosas autóctones, em detrimento de resinosas e eucalipto, com maior vulnerabilidade a incêndios florestais e fraco contributo para a biodiversidade. **(ENDS)**

Conservação de espécies florísticas e faunísticas ameaçadas ou particularmente características, em particular no quadro da implementação da rede natura 2000. **(ENDS)**

Promover a gestão florestal profissional. **(PROF-AML)**

Incentivar a gestão conjunta nas áreas de maior fragmentação da propriedade, estabilizar os espaços florestais, eliminando os efeitos da especulação imobiliária, promover a utilização do uso múltiplo da floresta. **(PROF-AML)**

Promover o aumento dos espaços florestais arborizados, com espécies bem adaptadas às estações favorecendo soluções adaptadas às diferentes condições ecológicas. **(PROF-AML)**

Proteger as zonas mais interessantes do ponto de vista botânico e ainda pouco perturbadas pelos incêndios e invasoras, reforçar aí a vigilância e combate aos incêndios e manter controladas as invasoras nas áreas vizinhas. **(PECSAC)**

Promover o ordenamento territorial de modo a tornar a paisagem menos suscetível ao fogo, através da manutenção de redes de faixas e mosaicos de gestão de combustíveis, de redes viárias florestais e da rede de pontos de água que sirvam especificamente a Rede Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, embora respeitando os valores paisagísticos. **(PECSAC, PMDFCI)**

Minimização dos riscos associados aos incêndios e a agentes biológicos através da defesa da floresta contra incêndios, proteção contra agentes bióticos nocivos e recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afetados. **(ENF)**

Recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades através de:

- criação de Zonas de Intervenções Florestal (ZIF) destinadas a dar corpo a intervenções em espaços florestais contíguos e de minifúndio;

- adoção dos princípios de gestão florestal, sustentável como base do modelo de floresta a desenvolver, tendo em conta a incidência das alterações climáticas, a diversificação e a utilização de espécies mais resistentes ao fogo, os usos múltiplos e a necessidade de compartimentação dos espaços. **(PMDFCI)**

Promover o envolvimento ativo dos cidadãos que visitam a serra para lazer e desporto, e dos proprietários

Até 2018:

- Reduzir para menos de 75 o número de incêndios ativos com duração superior a 24 horas;

- Diminuir para menos de 0,5% o número de reacendimentos. **(PNDFCI)**

<p>florestais, na deteção e controlo. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Reduzir ameaças como seja a pressão urbana e turística. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Prevenir, remover e controlar as espécies invasoras. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Promover a monitorização das espécies endémicas e incentivar estudos que objetivem a conservação das mesmas. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Assegurar a manutenção e incremento dos bosques climáticos ou para-climáticos, sobretudo de quercíneas e controlar e tentar erradicar espécies invasoras. <b>(Plano Verde)</b></p>	
<p>Valorizar e recuperar os excecionais atributos naturais e paisagísticos do território, ancorado na serra de Sintra e num conjunto diversificado de áreas de elevado valor natural e paisagístico. <b>(PROT-AML)</b></p> <p>Consolidar a estrutura ecológica municipal, referindo a oportunidade da preservação de uma área naturalizada e com uma relativa identidade em termos paisagísticos (Serra da Carregueira) que estabelece o contraponto com a envolvente direta predominantemente humanizada. <b>(Plano Municipal de Ambiente)</b></p> <p>Manter o carácter paisagístico da Serra da Carregueira, integrar paisagisticamente os espaços turísticos a criar no interior desta unidade, não autorizar ações ou empreendimentos que causem degradações das condições paisagísticas, ambientais e a criação de contínuos urbanos. <b>(Plano Municipal do Ambiente)</b></p>	
<p>Conter de forma eficaz a edificação dispersa e a fragmentação do território, organizando núcleos multifuncionais de emprego/residência servidos por eixos de transporte coletivos, com reforço dos espaços intersticiais de lazer e natureza. <b>(PROT-AML)</b></p>	
<p>Reconhecer a importância da riqueza ambiental e paisagística no seu interior e nos espaços que a rodeiam para a qualidade de vida dos seus habitantes e para a sua diferenciação competitiva, nomeadamente através da concretização e consolidação da Rede Ecológica Metropolitana. <b>(PROT-AML)</b></p>	
<p>Criação e ordenamento de um futuro Parque Florestal cujo núcleo engloba a Serra da Carregueira que poderá contemplar equipamentos já existentes ou a criar e servirá como elemento fulcral para a estruturação de áreas urbanas fragmentadas como Mira-Sintra, Dona Maria e alguns loteamentos clandestinos das proximidades de Belas e de Caneças. <b>(PROT-AML)</b></p>	
<p>Concretização da função ecológica dominante da Serra da Carregueira como Área Estruturante Secundária e definitiva no ambiente da AML Norte. <b>(PROT-AML)</b></p>	
<p>Integrar o território atravessado por corredores ecológicos IGT e concretizados como áreas de valor ecológico significativo no contexto urbano, como são os vales das ribeiras e linhas de água mais importantes.</p>	

<b>(PROT-AML)</b>	
Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos. <b>(PNPOT 2007-2025)</b>	
<p>Colocar o património e o território, em geral, na posse e sob a responsabilidade de pessoas e instituições públicas e privadas com motivação, capacidade técnica, meios financeiros e formação cultural à altura de poderem cumprir a salvaguarda e valorização dos prédios que lhe são confiados. <b>(Plano Municipal de Intervenção na Floresta)</b></p> <p>Conjugar a utilização do território e a conservação do património com os interesses da economia real, para-urbana, da população. <b>(Plano Municipal de Intervenção na Floresta)</b></p> <p>Distinguir com critérios objetivos os espaços onde se materializam peças de arquitetura e trechos de paisagens exemplares dos outros espaços, eventualmente silvestres ou agrícolas, com usos deslocados que carecem de integrações definidoras da sua utilidade. <b>(Plano Municipal de Intervenção na Floresta)</b></p> <p>Criar serviços públicos e privados com capacidade técnica e de argumentação para as tarefas de manutenção, e também com mérito para projetar e construir novas paisagens que mereçam o apreço da população e da crítica. <b>(Plano Municipal de Intervenção na Floresta)</b></p> <p>Assegurar o desenvolvimento da estrutura do povoamento aproveitando os recursos disponibilizados pela procura de solo urbanizável para vitalizar e modernizar a paisagem integrando os valores patrimoniais existentes. <b>(Plano Municipal de Intervenção na Floresta)</b></p> <p>Fomentar a elaboração de estudos e a formação de técnicos à altura de projetarem parques e quintas particulares enquadrando moradias e equipamento hoteleiros com mérito arquitetónico e paisagístico, desenvolvendo uma escola alicerçada na melhor tradição do que há em Sintra. <b>(Plano Municipal de Intervenção na Floresta)</b></p> <p>Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas. <b>(ENCNB)</b></p> <p>Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico. <b>(ENCNB)</b></p> <p>Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais. <b>(ENCNB)</b></p> <p>Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e biodiversidade e nos ativos do setor florestal, criando incentivos para que a investigação responda às necessidades do setor. <b>(ENCNB,</b></p>	

<p><b>ENF)</b></p> <p>Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil. <b>(ENCNB)</b></p> <p>Promoção de campanhas de sensibilização e informação pública e na população escolar, considerando o valor e a importância dos espaços florestais e a conduta a adotar pelo cidadão na utilização dos espaços florestais. <b>(PMDFCI)</b></p> <p>Integração da conservação da natureza nas outras políticas, nomeadamente de desenvolvimento rural. <b>(ENDS)</b></p>	
<p>Promoção do turismo para o desenvolvimento rural. <b>(ENDS)</b></p>	
<p>Prevenir a deterioração e assegurar a proteção, melhoramento e recuperação dos solos, especialmente dos solos com maior produtividade agrícola, através do controlo da erosão, da recuperação dos solos contaminados por atividades minerais e por atividades industriais, do condicionamento das áreas de expansão urbana e das áreas para a implantação das infraestruturas viárias e de serviços. <b>(ENDS, ENF)</b></p>	
<p>Preservar e valorizar os recursos hídricos. <b>(PNPOT 2007 – 2025, Plano Municipal do Ambiente)</b></p>	<p>Consumo urbano: atingir a 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%;</p> <p>Consumo agrícola: atingir a 10 anos uma eficiência média nacional de utilização da água de 66%, com variações numa gama entre 63% e 72% quando interpretada à escala regional ou local;</p> <p>Consumo industrial: atingir a 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 84%.</p> <p>Attingir em 2011 uma eficiência de utilização da água de 80% em termos de consumo urbano, de 66% no consumo agrícola e de 84% no consumo industrial. <b>(ENDS)</b></p>
<b>FCD #2 Qualidade do Ambiente</b>	
<p>Orientações de ambiente e sustentabilidade</p>	<p>Metas relevantes</p>
<p>Promoção da requalificação das linhas de água com implementação de um programa de recuperação das galerias ripícolas, tendo em vista as características de qualidade e continuidade de linhas de água e fundos dos vales (incluindo vales escarpados). <b>(PROF-AML, Plano Sectorial Rede Natura 2000, Plano Municipal de Ambiente)</b></p>	
<p>Nova e maior especialização do território, que tenha em conta as previsíveis alterações climáticas e outras alterações de contexto, permitindo o mais eficiente aproveitamento das suas vocações naturais,</p>	

<p>nomeadamente através da proteção do regime hídrico nas cabeceiras de bacias hidrográficas submetidas ao regime florestal. <b>(ENF)</b>.</p>	
<p>Lançamento de um programa de beneficiação dos pontos de água, substituindo as charcas e represas de pequena dimensão sujeitos secarem durante o Verão, por reservatórios, mais duradouros e capazes de garantir o fornecimento de água quando esta é necessária. <b>(PROF-AML)</b></p>	
<p>Promover o coberto vegetal em zonas suscetíveis à erosão eólica e hídrica. <b>(PROF-AML)</b></p>	
<p>Promoção de programas de uso eficiente da água, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, nomeadamente no que diz respeito à utilização de equipamentos mais eficientes no uso da água. <b>(PNUEA; PECSAC; ENDS)</b></p> <p>Escolher em novas arborizações espécies da flora autóctone melhor adaptadas à secura (por exemplo, sobreiros) e restringir a utilização de espécies mais exigentes em água a locais mais húmidos. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Promover o aproveitamento de água pluvial e redes secundárias de água e eliminar as descargas não controladas na rede, unitárias ou pluviais. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Identificar as origens de poluição pontual e difusa (e.g. fertilizantes), reduzir as descargas de poluentes. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Promover a separação tendencial de efluentes de origens diversas. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Garantir a construção de infraestruturas de reserva e armazenamento temporário de descargas (bacias de retenção). <b>(PECSAC)</b></p> <p>Promover a criação Infraestruturas de tratamento mais descentralizadas, com processos físico-químicos avançados. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Regularizar os cursos de água através da construção de açudes, proteção de margens e qualificação paisagística dos seus vales. <b>(Plano Municipal de Intervenção na Floresta)</b></p>	
<p>Assegurar a melhor gestão dos recursos hídricos em quatro vertentes: 1) Proteção do aquífero subterrâneo Tejo enquanto reserva estratégica da Região; 2) Garantia da qualidade da água nas origens atuais da água para abastecimento metropolitano; 3) Investimento na renovação dos sistemas de abastecimento de água aumentando a eficiência no seu uso e a sua reutilização; 4) Tratamento e valorização dos efluentes líquidos originados no espaço metropolitano. <b>(PROT-AML, ENDS)</b></p>	
<p>Diminuir as perdas de água na distribuição, com investimento na recuperação e manutenção de</p>	<p>Prevenir a deterioração do estado e assegurar a proteção, melhoramento e</p>

<p>infraestruturas. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Promover o uso do preço da água para desmotivar consumos excessivos. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Promover a reutilização da água - sistemas de distribuição de água de qualidade inferior para usos menos exigentes. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Garantir que a generalidade da população é servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade com preços acessíveis. <b>(ENDS)</b></p>	<p>recuperação das massas de água com vista a alcançar o bom estado até 2015.</p>
<p>Usar o aquífero de Vale de Lobos como reserva estratégica de água, incluindo com recarga artificial. <b>(PECSAC)</b></p>	
<p>Promover o uso de água não tratada, não controlada, para usos menos exigentes, de captações próprias e águas de ETAR; e implementar programas de aproveitamentos de água pluvial e redes secundárias de água. <b>(PECSAC)</b></p>	
<p>Criar pequenas albufeiras para complementar o abastecimento em situações de emergência. <b>(PECSAC)</b></p>	
<p>Promover a defesa dos valores de cidadania na utilização da água, sensibilizando os consumidores para a adoção de comportamentos mais responsáveis. <b>(PECSAC)</b></p> <p>Assegurar a funcionalidade dos sistemas e sua conectividade, nomeadamente garantindo o equilíbrio dos ciclos da água e dos nutrientes e a existência de corredores ecológicos. <b>(ENDS)</b></p>	
<p>Promover uma política integrada de gestão dos resíduos, que fomente a redução na fonte e estimule a reutilização e reciclagem na fonte, reduzindo a sua quantidade na deposição em aterro maximizando a vida útil destes. <b>(PERSU II)</b></p> <p>Garantir uma gestão integrada dos resíduos sólidos, designadamente dos resíduos urbanos, industriais e hospitalares, visando a redução, reutilização, reciclagem e valorização, bem como a sua eliminação de forma segura e eficaz, em particular, dos resíduos industriais perigosos. <b>(ENDS)</b></p>	
<p>Promover a ecoeficiência do sector;</p> <p>Incorporar princípios subjacentes à estratégia nacional e comunitária para o desenvolvimento sustentável;</p> <p>Afirmar boas práticas ambientais, nomeadamente no âmbito da implementação da Lei da Água;</p> <p>Garantir universalidade, continuidade e qualidade do serviço graças a uma lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade.</p> <p>Promover medidas específicas ao nível da habitação e áreas envolventes, que atenda às características locais</p>	<p>Valorização orgânica e material (em milhares de toneladas): 974 (21%), 1274 (26%) e 1646 (36%) respetivamente em 2009, 2011 e 2016. <b>(PERSU II)</b></p> <p>Reciclagem (em milhares de toneladas): 660 (14%), 282 (17%) e 823 (18%) nos mesmos horizontes temporais respetivos. <b>(PERSU II)</b></p> <p>Variação de 64% em 2005 para 8% em 2016 dos RSU destinados diretamente a aterro. <b>(PERSU II)</b></p>

<p>e diminuam as insuficiências sanitárias existentes. <b>(PEAASAR)</b></p>	<p>Redução de 225 000 t de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU. vs. crescimento previsto em 1995); - 12,1% em peso na produção de Resíduos Industriais, (RI vs. 2001); - 20,7% em peso na produção de Resíduos Industriais Perigosos (RIP vs. 2001). <b>(ENDS)</b></p> <p>Reciclagem: cumprir as metas das diretivas comunitárias para as seguintes tipologias de materiais (ex. metais; plásticos; madeira; vidro; papel e cartão; etc.). Para os Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB): limites de deposição em aterro: 75%, 50% e 35%, a alcançar faseadamente em 2006, 2009 e 2016, respetivamente. <b>(ENDS)</b></p>
<p>Promoção das intervenções programadas de melhoria da qualidade do ar nas zonas de Lisboa e Vale do Tejo. <b>(PNPOT, 2007)</b></p>	
<p>Limitar as emissões de poluentes para a atmosfera de forma a garantir que a qualidade do ar é, pelo menos, “boa”, de acordo com os parâmetros regulamentados. <b>(ENDS)</b></p>	<p>Garantir até 2010 a melhoria substancial da qualidade do ar nas grandes cidades, salvaguardando a saúde pública. <b>(ENDS)</b></p>
<p>FCD #3 Estilo de vida</p>	
<p>Orientações de ambiente e sustentabilidade</p>	<p>Metas relevantes</p>
<p>Implementar os novos regulamentos de classificação e reclassificação do solo, bem como do enquadramento da reclassificação do solo rural em solo urbano;</p> <p>Proceder à reformulação da fiscalidade que incide sobre o sector fundiário e imobiliário, bem como da regulamentação das operações de urbanização;</p> <p>Incentivar a dinamização e diversificação do mercado fundiário, por forma a permitir a expressão de diferentes categorias de proprietários com distintos critérios. <b>(PNPOT 2007-2025)</b></p>	
<p>Dinamizar a economia e criar emprego através do aumento da produtividade e competitividade empresarial e do aumento da visibilidade de Sintra. <b>(PDES)</b></p>	
<p>Melhorar e racionalizar a oferta dos espaços florestais na área do turismo e do lazer e fomentar os valores paisagísticos dos espaços florestais <b>(PROFAML)</b>.</p>	
<p>Impulsionar a economia e criar emprego através da dinamização de “mega-clusters” do Habitat, da Agro-indústria, da Saúde/Ciências da Vida, do Turismo/ Lazer e da Cultura/Indústrias Criativas. <b>(PDES)</b></p>	
<p>Promover o Ecoturismo associado à valorização do património de modo a valorizar e criar atratividade desta</p>	



zona no contexto turístico do concelho. <b>(Plano Verde)</b>	
Aumentar o nível de saúde através da deslocalização de pelo menos um hospital de Lisboa para Sintra, da adequação da cobertura de rede de cuidados de saúde às necessidades e do aumento significativo do número de técnicos especializados. <b>(PDES)</b>	
Aumentar a produção intelectual com origem no concelho e melhorar o ensino através da criação ou deslocação de pelo menos duas unidades de ensino superior e da criação sustentável de emprego qualificado e de sinergias com o tecido empresarial. <b>(PDES)</b>	
Apostar no turismo cultural, de lazer e desportivo e em melhores condições estruturais de acesso e através da dinamização de redes de equipamentos culturais que valorize identidades. <b>(PDES, PNPOT 2007-2025)</b>	
Inverter o ciclo da marginalidade através do reforço de meios das forças de segurança e da coordenação entre estas e do apoio a atividades de ocupação de tempos livres da população jovem. <b>(PDES)</b> Melhorar a qualidade da oferta turística. <b>(ENDS)</b> Desconcentrar geograficamente a procura através e assegurar um crescimento de receitas do turismo superior ao crescimento do nº de turistas. <b>(ENDS)</b>	Atingir em 2015 uma quota de 65% dos estabelecimentos de 4 e 5 estrelas no total da capacidade; Aumento para 35% do peso das dormidas nas regiões de menor procura Ultrapassar até 2015 os 10 milhões de dormidas de estrangeiros (crescimento anual de 6,7%). <b>(PENT)</b>
Preservar núcleos populacionais através do aumento da população residente, da recuperação, reconversão e preservação do edificado rural, da definição de modelos arquitetónicos para o novo edificado e da penalização da construção clandestina (fim da construção à multa). <b>(PDES)</b>	
Desenvolver o capital humano na vertente agrícola e aumentar a exploração dos produtos agrícolas típicos. <b>(PDES)</b>	
Promover o aumento de espaços verdes (florestais) e ajardinados dedicados ao recreio e lazer. <b>(PROF-AML)</b>	
Reforçar e ampliar a visibilidade e notoriedade do mercado emissor que é a região de Sintra como destino de turismo de excelência. <b>(PROT-AML)</b>	
Assegurar que o novo investimento em turismo residencial, se realize em condições que assegurem a sustentabilidade e a preservação dos valores ambientais e paisagísticos que estão na base da atratividade da AML. <b>(PROT-AML)</b>	
Racionalizar e qualificar os espaços para implantação de atividades económicas, tendo em vista à exploração de economias de aglomeração. <b>(PNPOT 2007 – 2025)</b>	

<p>Estruturar nucleações que contrariem a tendência para a urbanização contínua ao longo da faixa litoral. <b>(PNPOT 2007 – 2025)</b></p> <p>Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico, contrariando a construção dispersa e a urbanização difusa e incentivando o reforço de centralidades intraurbanas. <b>(PNPOT 2007 – 2025)</b></p> <p>Estruturar sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir polos regionais de competitividade. <b>(PNPOT 2007 – 2025)</b></p>	
<p>Acionar medidas no sentido da adequação paisagística das envolventes e da recuperação e robustecimento da componente turística, em especial na dimensão hoteleira e serviços correlativos, de modo a que estes conjuntos constituam parte integrante da oferta turística da A.M.L. Este processo poderá ser associado à constituição do Parque Florestal da Serra da Carregueira. <b>(PROT-AML)</b></p>	
<p>Promover a procura de novos mercados para os produtos florestais através da cooperação empresarial e da modernização e capacitação das empresas florestais;</p> <p>Responder às exigências de mercado no sentido do fornecimento de produtos certificados através da implementação de sistemas de certificação florestal, ao nível da cadeia de responsabilidade e da gestão florestal sustentável; Promover a recuperação dos espaços florestais degradados com vista à sua valorização em termos económicos e ecológicos, através de uma gestão florestal sustentável. <b>(PROF-AML, ENF)</b></p>	<p>Em 2013, mais de 20% dos produtos lenhosos e cortiça devem ser certificados. <b>(ENF)</b></p>
<p>Apoiar a natalidade e a infância, a conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar e promovendo o envelhecimento ativo com qualidade e prevenir e apoiar a dependência;</p> <p>Promover a inclusão social ativa (redução das desigualdades), melhorando as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis e favorecendo a inclusão social de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências ou incapacidades, imigrantes e minorias étnicas e pessoas sem-abrigo. <b>(Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008-2010)</b></p>	
<p>Assegurar igualdade de oportunidades e equidade social e territorial com particular atenção aos grupos mais vulneráveis;</p> <p>Garantir mecanismos de inclusão social, informacional e territorial. <b>(ERL2020)</b></p>	<p>Reduzir 4% as pessoas em risco de pobreza em 2020. <b>(ERL2020)</b></p> <p>Taxa de desemprego de longa duração de 25% do total do desemprego em 2020. <b>(ERL2020)</b></p> <p>Reduzir para 9% a taxa de desemprego jovem em 2020. <b>(ERL2020)</b></p> <p>Reduzir para 2% o número de famílias beneficiárias do RSI em 2020. <b>(ERL2020)</b></p> <p>Igualar o rendimento das famílias ao valor médio das regiões capitais europeias em 2020. <b>(ERL2020)</b></p>

<p>Promover a equidade territorial; Garantir oferta qualificada de espaços e equipamentos qualificados particularmente de educação e formação. <b>(ERL2020)</b></p>	<p>Garantir uma cobertura de 30% das creches. <b>(ERL2020)</b></p>
<p>Revitalizar o território e o parque habitacional. <b>(ERL2020)</b></p>	<p>Cobrir 100% da população com sistemas públicos de tratamento de águas residuais urbanas. <b>(ERL2020)</b></p>
<p>Aumentar o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença. <b>(Plano Nacional de Saúde 2004/2010)</b> Utilizar os instrumentos necessários, num contexto organizacional adequado, nomeadamente centrando a mudança no cidadão, capacitando o sistema de saúde para a inovação e reorientando o sistema prestador de cuidados. <b>(Plano Nacional de Saúde 2004/2010)</b></p>	
<p>Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos, centrando as intervenções na família e no ciclo de vida, particularmente em relação aos estilos de vida e aos problemas de origem social e abordar os problemas de saúde através de uma aproximação à gestão da doença; Promover a mudança de cultura, de hábitos de trabalho e de formas de responsabilização para se desenvolverem com eficiência e de uma forma participada e informada, as intervenções necessárias para melhorar o estado de saúde da população; Centrar a mudança na cidadania, através do aumento do acesso a informação validada e isenta e do aumento da liberdade de escolha no acesso aos cuidados de saúde; Capacitar o sistema de saúde para a inovação através do desenvolvimento de um sistema de informação integrado, adequando a oferta, em quantidade e qualidade, de profissionais de saúde às necessidades dos cidadãos; Reorientar o sistema de saúde através do desenvolvimento de uma estratégia de integração efetiva dos diversos níveis de cuidados e do licenciamento, convencionamento e acompanhamento das unidades privadas de saúde. <b>(PNS – 2004/2010, PNAAS 2008-2013)</b></p>	
<p>Definir a articulação entre o meio rural e urbano como critério orientador do desenho das infraestruturas e de equipamentos coletivos, nomeadamente através de um desenvolvimento policêntrico, numa perspetiva de complementaridade e especialização, assegurando a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social e a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida. <b>(PNPOT, 2007)</b></p>	

<p>Desenvolver uma rede supramunicipal articulada de equipamentos desportivos e de lazer ativo que atendam às necessidades dos vários grupos etários e sociais. <b>(PNPOT 2007 – 2025)</b></p>	
<p>Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação. <b>(PNPOT 2007 – 2025)</b></p>	
<p>Fomentar a reabilitação e construção de uma rede de percursos pedonais e cicláveis associada ao prazer dos contactos humanos com a natureza nos núcleos urbanos. <b>(Plano Verde)</b></p>	
<p>Promover a desafetação de classes de espaços urbanizáveis nas zonas mais sensíveis e valiosas em termos naturais para a Serra da Carregueira. <b>(Plano Municipal de Ambiente)</b></p>	
<p>Consolidar, definir, estruturar e integrar o novo conceito de gestão e ordenamento territorial nos processos de planeamento municipal. <b>(Plano Municipal do Ambiente)</b></p>	
<p>Cumprir os valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados, em termos da qualidade do ar ambiente em todo o território nacional e com especial incidência para os centros urbanos. <b>(ENDS)</b></p> <p>Promover um programa de qualificação e reinserção urbana de bairros críticos. <b>(ENDS)</b></p> <p>Integração da conservação da natureza nas outras políticas, nomeadamente de desenvolvimento urbano e de obras públicas. <b>(ENDS)</b></p> <p>Prevenção de impactos de outros riscos naturais e tecnológicos, designadamente cheias, secas e acidentes de poluição. <b>(ENDS)</b></p> <p>Criar uma estrutura verde urbana, propondo para a Serra da Carregueira a integração de medidas de conservação e de minimização de impactes através da definição de limites estáveis e ecologicamente preservados para esta unidade. <b>(Plano Municipal do Ambiente)</b></p> <p>Promoção da requalificação urbana, tendo por objetivo conter a expansão dos perímetros urbanos através da consolidação da estrutura verde urbana. <b>(Plano Municipal do Ambiente)</b></p> <p>Promoção da multifuncionalidade. <b>(Plano Municipal do Ambiente)</b></p> <p>Promoção da requalificação paisagística os espaços públicos. <b>(Plano Municipal do Ambiente)</b></p> <p>Promoção a recuperação/renovação das edificações degradadas, abandonadas ou em ruínas através do Programa de requalificação urbana e do Programa de requalificação e revitalização de centros históricos. <b>(Plano Municipal do Ambiente)</b></p> <p>Assegurar o combate da deposição ilegal de sucatas, entulhos e outros resíduos, prevenir e minimizar os impactes das emissões sonoras e atmosféricas. <b>(Plano Municipal do Ambiente)</b></p>	

FCD #4 Eficiência energética e Mobilidade	
Orientações de ambiente e sustentabilidade	Metas relevantes
Criação de mobilidade de qualidade através de transportes coletivos rodoviários eficientes e complementares ao transporte ferroviário, conexão da linha ferroviária de Sintra à linha ferroviária de Cascais e melhorar o transporte público coletivo através de uma maior articulação entre o desenvolvimento de novas urbanizações e o sistema de transportes. <b>(PDES, PNPOT 2007-2025)</b>	
No planeamento das infraestruturas e sistemas de transportes justificar os investimentos segundo critérios de acordo com a análise económica e social de alternativas (custo-benefício), privilegiando a otimização do rendimento social com minimização dos custos económicos, ambientais e energéticos, adotando uma visão integrada e integradora dos diferentes meios e modos de transporte e colocando especial enfoque numa perspetiva sistémica do planeamento e gestão do sistema de transportes. <b>(PET)</b>	
<p>Promover uma mobilidade mais sustentável e fomentar o desenvolvimento de redes de circuitos pedonais e de transportes urbanos em condições de segurança e conforto, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- vias específicas por modo de transporte (nomeadamente ciclovias e faixas 'Bus');</li> <li>- organização do estacionamento em articulação com transportes e deslocação pedonal;</li> <li>- criação de locais adequados de articulação modal e intermodal através da integração física e de serviços (infraestrutura e equipamentos de transporte, horários, sistemas tarifários e de bilheteira e informação ao público) <b>(PET, Plano Municipal do Ambiente de Sintra)</b>.</li> </ul> <p>Propor medidas urbanísticas que diminuam os pontos de conflito e de congestionamento viário, e que permitam diminuir o número e a gravidade dos acidentes viários. <b>(PET, Direcção-Geral da Saúde Circular Informativa, Nº: 36/DA, DATA:09.10.09)</b></p> <p>Promoção das condições para uma diminuição dos acidentes em geral e dos rodoviários em especial e de segurança física de pessoas e bens no sistema de transporte público. <b>(PET)</b></p>	
Promoção de construção de elevada qualidade através de requisitos legais de construção mais exigentes e dando prioridade a edifícios de maior qualidade nas zonas periféricas. <b>(PDES)</b>	
Promover a intermodalidade, particularmente com o transporte ferroviário, e a transferência modal, promovendo a densificação das redes, a utilização dos transportes coletivos (TC) em detrimento do transporte individual (TI) através da oferta de novos modos de transporte, melhoria das condições de circulação com a implementação de corredores BUS, melhoria das condições de interface entre os diversos modos de TC e a criação de parques de estacionamento em zonas de ligação ao TC com efeito dissuasor;	<b>Repartição modal de passageiros (em 2020):</b> BUS = 14,1% CARRO = 77,6% <b>(PET)</b>

<p>Promoção de “modos suaves” de mobilidade como as deslocações a pé e em bicicleta, através da criação e promoção do uso de redes cicláveis, para que os “modos suaves” representem uma alternativa eficiente, segura e fiável de transporte urbano. <b>(Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo, PROT-AML, PNAC, PET)</b></p>	
<p>Promoção de soluções de transporte público de uso coletivo ou individual com motorizações menos poluentes e gestão mais inteligente da mobilidade e para soluções de eletricidade distribuída e de eficiência energética em cidades compactas. <b>(PROT-AML)</b></p>	<p>Assegurar a transferência modal de 5% do transporte individual para coletivo até 2015 na Área Metropolitana de Lisboa</p> <p>Metas para 2010:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apostar na expansão ferroviária e interfaces modais;</li> <li>- Transferência modal de 5% (pkm/pkm).</li> </ul> <p><b>(PROT-AML)</b></p>
<p>Aumento da eficiência energética no transporte particular, por via da renovação de equipamentos e estímulo à aquisição de veículos e produtos energeticamente eficientes. <b>(PNAEE)</b></p>	
<p>Adoção de tecnologias utilizadoras da biomassa florestal, promovendo a utilização e valorização deste recurso, para a produção de energia localizada <b>(PROFAML, ENF)</b></p>	
<p>Estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes como os transportes coletivos em detrimento do transporte individual nas deslocações pendulares, não deixando de aumentar sempre que possível a eficiência energética dos primeiros. <b>(PNAEE)</b></p>	<p>Reduzir o peso das viaturas ligeiras com mais de 10 anos de 37% para 35% em 2010, 30% em 2015 e 20% em 2020.</p> <p>Reduzir as emissões de CO2 médias dos novos veículos vendidos para 120 gr/km em 2010, 110 gr/km em 2015 e 100 gr/km em 2020.</p> <p>Aumentar a % veículos híbridos no total do parque automóvel de 3% em 2010 para 10% em 2015 e 20% em 2020. <b>(PNAEE)</b></p>
<p>Redução do consumo de energia no transporte de passageiros e mercadorias, por via da transferência para sistemas de transporte energeticamente mais eficientes e introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários. <b>(PNAEE)</b></p>	<p>Assegurar a transferência modal (acumulada face a 2005) de 5% do transporte individual para coletivo até 2015.</p> <p>Criar planos de mobilidade urbana para centros empresariais com mais de 100 trabalhadores até 2010 e com mais de 500 até 2015.</p> <p>Aumento % veículos de baixa emissão de 0% para 1% em 2010 e 10% em 2015.</p> <p>Aumento % de minibus nas frotas de transporte público: 5% em 2010 e 15% em 2015.</p> <p>% de GPS com otimização de trânsito: 0% para 0% em 2010 e 5% em 2015.</p> <p><b>(PNAEE)</b></p>

<p>Tornar o parque atual de equipamentos domésticos (eletrodomésticos e iluminação) mais eficiente quer por via da substituição direta quer através do desincentivo à compra de novos equipamentos com performances energéticas significativamente inferiores às melhores práticas já existentes no mercado, quer por via do estímulo a uma mudança de comportamentos na aquisição e no consumo de energia. <b>(PNAEE)</b></p>	
<p>Melhorar o desempenho energético dos edifícios, através da melhoria da classe média de eficiência energética do parque edificado, mediante a implementação do Sistema de Certificação Energética. <b>(PNAEE)</b></p>	<p>% de CFL no parque de iluminação de 15% para 39% em 2010 e 61% em 2015. N.º total de fogos com janelas e isolamentos eficientes (renovação de superfícies vidradas e instalação de materiais isolantes): 90000 para 2010 e 300000 para 2015. N.º total de fogos com recuperadores de calor alimentados a biomassa, micro-cogeração ou bombas de calor com COP &gt;= 4. Penetração de equipamentos de elevada eficiência nas vendas anuais: 10% em 2010 e 20% em 2015. <b>(PNAEE)</b></p>
<p>Promover a substituição do consumo de energia não renovável por energia renovável através da maior facilidade de acesso a tecnologias de microgeração e de aquecimento solar. <b>(PNAEE)</b></p>	<p>Número certificados emitidos em edifícios residenciais: 170308 em 2010 e 475159 em 2015. % fogos (edifícios residenciais) classe &gt;= B- : 1% em 2010 e 7% em 2015. Grandes reparações &gt;= A: 10% em 2010 e 50% em 2015. Número certificados emitidos em edifícios de serviços: 9427 em 2010 e 22705 em 2015. % do parque de edifícios de serviços com classe &gt;= B- : 5% em 2010 e 30% em 2015. <b>(PNAEE)</b></p>
<p>Promover o aumento da eficiência energética por via da modificação dos processos de fabrico, da introdução de novas tecnologias e da mudança de comportamentos. <b>(PNAEE, Plano Municipal do Ambiente)</b></p>	<p>Potência instalada proveniente da microprodução (foto voltaico, eólico, hídrico, biomassa): 62 em 2010 e 165 em 2015. Nº instalações para microprodução: 21788 em 2010 e 58100 em 2015. Edifícios residenciais com solar térmico: 2% em 2010 e 7% em 2015. Edifícios de serviços com solar térmico (m2): 102.215 em 2010 e 272.572 em 2015. <b>(PNAEE)</b></p>
<p>O comportamento do Estado deve constituir uma referência para o Mercado, assim pretende-se reduzir a energia consumida no Sector Estatal a um ritmo superior ao definido como objetivo geral na diretiva europeia, através da implementação de medidas de eficiência energética e alteração de comportamentos de consumo. <b>(PNAEE)</b></p>	<p>Diminuição da Intensidade Energética da Indústria de 339 tep/ano para 324 em 2010 e 302 em 2015. % de economias em outros sectores de atividade de 3% em 2010 e 12% em 2015. <b>(PNAEE)</b></p>
<p>Divulgação e informação sobre tecnologias de vanguarda e evidência dos casos de excelência como forma de aumentar a consciencialização para a temática da eficiência energética e de incentivar os diferentes agentes</p>	<p>Percentagem de edifícios com melhoria da classificação energética: 6% para 2010 e 20% para 2015.</p>

<p>(principalmente os de carácter mais dispersos e difíceis de abranger em regimes obrigatórios) a seguirem o exemplo por via da “competição” entre pares. <b>(PNAEE)</b></p>	<p>Nº de instalações de solar térmico em piscinas: 107 em 2010 e 285 em 2015</p> <p>Nº de instalações de solar térmico em edifícios desportivos: 266 em 2010 e 710 em 2015.</p> <p>Nº de sistemas de microprodutores de energia elétrica em escolas públicas (938 em 2010 e 2500 em 2015) e potência instalada em MW (5,6 em 2010 e 15 em 2015).</p> <p>Centros de produção de energia (cogeração) em unidades hospitalares de grande e média dimensão: 22 em 2015.</p> <p>Redução do consumo em transportes em 15% até 2015.</p> <p>10% do parque de equipamentos com melhoria da eficiência até 2015</p> <p>Nº de pontos de iluminação pública com reguladores de fluxo: 46.429 para 2010 e 162.500 para 2015.</p> <p>Nº de semáforos com leds: 100 para 1000 em 2010 e 10000 em 2015. <b>(PNAEE)</b></p>
<p>Mudança dos comportamentos individuais por via da divulgação de informação de carácter geral sobre eficiência energética. <b>(PNAEE)</b></p>	
<p>Assegurar a equidade territorial no provimento dos serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade em função de um maior equilíbrio no acesso às funções urbanas de nível superior. <b>(PNPOT 2007-2025)</b></p>	
<p>Desenvolver e promover tecnologias que permitam a redução ou eliminação das emissões de GEE incluindo a sua captura e fixação;</p> <p>Dinamizar uma maior participação das fontes renováveis de energia na produção de eletricidade;</p> <p>Promover o aproveitamento energético dos recursos florestais. <b>(PNAC, PNPOT 2007 – 2025)</b></p>	
<p>Promover a formação contínua e atualização do pessoal técnico nas questões de alterações climáticas. <b>(PECSAC)</b></p>	
<p>Melhorar a rede de estradas e caminhos florestais e rurais. <b>(Plano Municipal de Intervenção na Floresta)</b></p>	
<p>Criação do Observatório Energético de Sintra, que proporcionará ao Município uma sustentação técnico-científica das decisões políticas tomadas em temas relacionados com o Sector Energético. <b>(Plano Energético de Sintra)</b></p>	
<p>Desenvolver sistemas de transporte público com uma oferta flexível, estabelecendo tarifas que não poderão ser inibidoras do uso do transporte público pelas camadas da população menos desfavorecidas, capazes de responder à diversidade da procura nas áreas de mais baixa densidade populacional, nomeadamente pela</p>	



<p>criação de alternativas de transporte público onde estes não existam ou pela melhoria da acessibilidade e mobilidade das populações mais isolada, e explorar os serviços de transporte, assegurando a prestação dos serviços mínimos que garantam a coesão e equidade dentro do território nacional. <b>(PET)</b></p> <p>Melhorar a governança, qualidade e segurança do sector dos transportes, compatibilizando a mobilidade urbana com uma elevada qualidade de vida, explorando os serviços de transporte assegurando a prestação dos serviços mínimos que garantam a coesão e a equidade dentro do território nacional. <b>(PET)</b></p>	
<p>Desenvolvimento de novas políticas e medidas, apostando numa descarbonificação da economia portuguesa. <b>(ENDS)</b></p>	<p>Até 2010:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção eólica: 4500 MW (5100 MW até 2012) a nível nacional;</li> <li>- Eletricidade gerada a partir de sistemas de cogeração: meta de 2.000 MW de capacidade instalada;</li> <li>- Aumento da eficiência térmica dos novos edifícios em 40%;</li> <li>- Redução de 1020 GWh no consumo de eletricidade;</li> <li>- Produção de E-FER representando 39% do consumo bruto de eletricidade.</li> </ul>
<p>Promoção da utilização racional de energia, com vista à melhoria da eficiência energética na utilização final. <b>(Plano Energético de Sintra)</b></p>	
<p>Valorização energética dos recursos endógenos, com vista a reduzir a dependência energética externa. <b>(Plano Energético de Sintra)</b></p>	<p><b>(PECSAC)</b></p> <p>Atingir 39% da produção de eletricidade a partir de fontes de energia renovável (especialmente hídrica, eólica, fotovoltaica) até 2010. <b>(ENDS)</b></p> <p>Redução do consumo final de energia em 1%/ano relativamente à média dos últimos 5 anos (2001-2005). <b>(ENDS)</b></p>
<p>FCD #5 Modelo de governança</p>	
<p>Orientações de ambiente e sustentabilidade</p>	<p>Metas relevantes</p>
<p>Articular estreitamente a elaboração dos planos de ordenamento do território e a tomada de decisões sobre as infraestruturas de transporte e ambientais e sobre os grandes equipamentos que influem claramente nas futuras dinâmicas territoriais subordinando estas decisões a opções claras e consensualizadas quanto ao ordenamento do território;</p> <p>Assegurar com realismo parcerias com a sociedade civil que possibilitem a instrumentalização de meios jurídicos, mas sobretudo políticos, culturais, sociais e técnicos, que operacionalizem os projetos estruturantes. <b>(PROT-AML)</b></p> <p>Estabelecimento de acordos com Municípios, Associações de Municípios ou Áreas Metropolitanas, e colaboração com entidades governamentais que tenham a seu cargo o ordenamento do território, com fim de financiamento de infraestruturas de transportes e de endogeneizar a preocupação da mobilidade sustentável e seus objetivos nos instrumentos de gestão do território. <b>(PET)</b></p>	
<p>Orientar a atuação dos agentes públicos na sua atividade de planeamento e gestão, incluindo a atividade de</p>	

<p>licenciamento; Veicular o comprometimento de agentes públicos e privados, nomeadamente através de compromissos específicos no domínio da promoção do uso eficiente da água, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial;</p> <p>Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território, garantindo que os usos e os modelos de gestão aplicados nas ZPE e nos Sítios são compatíveis com a utilização sustentável do território. <b>(PNUEA, Plano Sectorial Rede Natura 2000)</b></p>	
<p>Garantir os mecanismos adequados para a efetivação do Plano Nacional de Saúde, através de uma cativação de recursos adequada, promovendo o diálogo intersectorial, adequando o quadro de referência legal e criando mecanismos de acompanhamento e atualização do Plano;</p> <p>Promover a adequação das políticas e a comunicação do risco;</p> <p>Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde. <b>(PNAAS 2008-2013, Plano Nacional de Saúde 2004/2010)</b></p>	
<p>Promover a diversificação da economia e o emprego em meio rural. <b>(PNPOT 2007 – 2025)</b></p>	
<p>Gestão integrada da bacia hidrográfica, articulando as entidades gestoras de conservação e as entidades de tutela da gestão da água. <b>(Plano Sectorial da Rede Natura 2000)</b></p>	
<p>Desenvolver programas e incentivar ações que melhorem as condições de habitabilidade. <b>(PNPOT 2007 – 2025)</b></p>	
<p>Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições. <b>(PNPOT, 2007)</b></p>	
<p>Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública. <b>(PNPOT, 2007)</b></p>	
<p>Introduzir mecanismos de contratualização entre o Estado e as Autarquias Locais ou Associações de Municípios para o desenvolvimento de programas e projetos diferenciadores nos domínios da economia, da investigação e desenvolvimento. <b>(PNPOT 2007)</b></p>	
<p>Articulação entre a política de conservação e a política de desenvolvimento rural, nomeadamente desenvolver e implementar programas de monitorização a nível da totalidade do território nacional orientados para:</p>	

<ul style="list-style-type: none"><li>- acompanhamento da evolução do estado de conservação dos valores,</li><li>- avaliação da eficácia das medidas de gestão adotadas em função de objetivos de conservação;</li><li>- avaliação dos impactes das ações decorrentes da implementação de projetos, planos e programas;</li><li>- avaliação dos resultados da execução das medidas de compensação e de minimização. <b>(Plano Sectorial da Rede Natura 2000)</b></li></ul>	
<p>Reforço da eficácia de fiscalização e melhoria da aplicação da legislação existente;</p> <p>Desenvolvimento de planos de informação e sensibilização fazendo uso de várias sinergias com outras entidades da Administração Pública ou Privados;</p> <p>Estabelecimento de parcerias, sobretudo com proprietários e gestores, nos sectores agrícola, florestal.</p> <p><b>(Plano Sectorial da Rede Natura 2000)</b></p>	
<p>Simplificação dos procedimentos administrativos. <b>(ENDS)</b></p>	

## **ANEXO II – Síntese da Avaliação de Opções Estratégicas**

*(De acordo com o Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas entregue em Julho de 2011)*

**Quadro 29 – Síntese da Avaliação de Opções Estratégicas**

Políticas	Opções Estratégicas		Síntese da Avaliação
Turismo e lazer	OE TL1	Aumento da oferta de alojamento turístico	<p>Oportunidade de criação de atratividade turística pelo aumento da oferta de alojamento e da divulgação da identidade local, fomentando a multifuncionalidade da paisagem na ótica da sua utilização.</p> <p>Risco de perda de funções associadas aos SE e do potencial como destino turístico sustentável, aproveitador de FER e energeticamente eficiente.</p> <p>Aumento da disparidade entre zonas residenciais e turísticas, geradoras de tráfego com o fomento do uso de TI e não atendendo às necessidades dos utilizadores locais e aos mecanismos de resposta a cenários sísmicos.</p> <p>Empresas privadas com valorização excessiva do custo-eficácia.</p>
	OE TL2	Criação de uma oferta turística sustentável	<p>Oportunidade de criação de atratividade pela oferta de alojamento e infraestruturas turísticas, com adequação da oferta ao ambiente envolvente, fomentando a multifuncionalidade da paisagem na ótica da sua utilização e promovendo a manutenção da capacidade de sequestro de carbono e melhores dinâmicas entre o sector privado e público.</p> <p>Requalificação dos espaços urbanos com preocupações a nível da qualidade ambiental e mobilidade suave.</p> <p>Risco de perda do potencial como destino turístico sustentável, aproveitador de FER e energeticamente eficiente.</p>
Sistemas Socioecológicos	OE SS1	Valorização da Floresta e dos Sistemas Naturalizados	<p>Oportunidade de valorização e salvaguarda dos recursos florestais e manutenção da sua utilização, promovendo a qualidade ambiental, diminuindo o risco de incêndio e erosão e aumentando o potencial de sequestro de carbono.</p> <p>Oportunidade de gestão colaborativa de espaços privados e da criação de condições para a mobilidade suave.</p> <p>Risco de ausência de estratégias de promoção e valorização dos sistemas agroflorestais e perda do potencial como destino turístico sustentável, aproveitador de FER e energeticamente eficiente.</p>
	OE SS2	Construção de uma paisagem numa perspetiva socioecológica	<p>Oportunidade de promoção dos serviços de lazer, permeabilidade do solo, estabilização de leitos e sequestro de carbono associados aos ecossistemas, áreas verdes e sistema hídrico.</p> <p>Oportunidade de conversão de áreas degradadas através da criação de infraestruturas que respeitem os valores presentes.</p> <p>Oportunidade de criação de condições para a mobilidade suave e desenvolvimento de parcerias público-privadas com o IGESPAR e o Departamento de Cultura.</p> <p>Risco de ausência de estratégia para a promoção e valorização dos sistemas agroflorestais, de estratégias territoriais para o risco sísmico e de apostas na eficiência energética em novas infraestruturas e em aproveitamento de FER.</p>
	OE SS3	Urbanização da paisagem	<p>Oportunidade de criação de áreas residenciais qualificadas e melhoria da comunicação, debate e coordenação entre os responsáveis para diferentes políticas estruturais.</p> <p>Risco de fragmentação do sistema hídrico e destruição dos corredores estruturantes secundários, causando perdas de valor.</p> <p>Risco de conflitos de espaço, de negligência relativa à falta de infraestruturas turísticas e de agravamento de consequências em cenários sísmicos.</p> <p>Risco devido à ausência de aposta na eficiência energética em novas infraestruturas e no aproveitamento de FER.</p> <p>Risco de aumento do recurso ao TI e criação de áreas geradoras de tráfego.</p>

Políticas		Opções Estratégicas		Síntese da Avaliação
Estruturação Urbana	Edificado	OE E1	Intervenção urbana localizada	<p>Oportunidade de desenvolvimento de PPP para a regeneração urbana e criação de mecanismos de participação dos habitantes envolvidos nas áreas em requalificação, convertendo áreas degradadas.</p> <p>Oportunidade de criação de condições para a mobilidade suave e melhoria da vivência urbana.</p> <p>Risco de aumento pontual da impermeabilização e da carga sobre os coletores pluviais, de ausência de mecanismos de resposta a sismos e de ausência de aposta na eficiência energética e aproveitamento de FER.</p> <p>Risco de dependência do TI e congestionamento da rede viária local.</p>
		OE E2	Requalificação urbana	<p>Oportunidade de requalificação dos espaços urbanos e aumento de equipamentos, criação de mecanismos de mobilidade suave e melhoria da vivência urbana através do desenvolvimento de PPP caso sejam adotados mecanismos de resposta a sismos e incentivos à qualificação ambiental.</p> <p>Risco de aumento pontual da impermeabilização e da carga sobre os coletores pluviais, de ausência de mecanismos de resposta a sismos e de ausência de aposta na eficiência energética e aproveitamento de FER.</p> <p>Risco de dependência do TI e congestionamento da rede viária local.</p>
		OE E3	Reforço das áreas logísticas e da dotação de equipamentos	<p>Oportunidade de aproveitamento do edificado, dotando equipamentos e promovendo o aumento de emprego.</p> <p>Oportunidade de participação ativa de todos os agentes interessados (cidadãos e parceiros económicos e sociais a um nível local) com mecanismos de responsabilização.</p> <p>Risco de fraco incentivo à qualificação urbana e ao uso de TP, com negligências a nível da qualificação ambiental, impermeabilização do solo, sobrecarga de coletores pluviais e ausência de apostas para eficiência energética, aproveitamento de FER e mecanismos de resposta a riscos sísmicos.</p>
Estruturação Urbana	Desenho Urbano de novos empreendimentos urbanos da Colonade	OE DU1	Urbanizar na “vertente nascente da Ribeira de Belas”	<p>Oportunidade de criação e conversão de áreas de natureza residencial qualificada. PPP-Colonade.</p> <p>Risco de ocupação de áreas ecologicamente sensíveis com consequente perda de valores e qualidade ambiental e ausência de estratégias para os riscos naturais, eficiência energética e aproveitamento de FER.</p> <p>Risco de perda da tipologia tradicional do edificado e dos modos de ocupação.</p> <p>Risco de aumento do uso de TI com a consequente criação de áreas geradoras de tráfego e congestionamentos.</p>
		OE DU2	Urbanizar no “Casal do Brouco”	<p>Oportunidade de criação e conversão de áreas de natureza residencial qualificada, salvaguardando o sistema hídrico e as suas funções. PPP-Colonade.</p> <p>Risco de destruição de zonas ecologicamente sensíveis e fundamentais com consequente diminuição da qualidade ambiental e de capacidade de sequestro de carbono.</p> <p>Risco de perda da tipologia tradicional do edificado e dos modos de ocupação com ausência de estratégias de resposta aos riscos naturais e ausência de aposta na eficiência energética e aproveitamento de FER.</p> <p>Risco de aumento do uso de TI com a consequente criação de áreas geradoras de tráfego e congestionamento.</p>
		OE DU3	Urbanizar na “vertente nascente da Ribeira de Belas” e limite Norte do BCC	<p>Oportunidade de promoção da qualidade ambiental através da redução da edificação em zonas ecologicamente sensíveis e criação e conversão de áreas de natureza residencial qualificada. PPP-Colonade.</p> <p>Risco de perda da tipologia tradicional do edificado e dos modos de ocupação com fraca aposta de concertação dos riscos naturais (sísmico), eficiência energética e aproveitamento de FER e negligência relativa à falta de infraestruturas turísticas.</p> <p>Risco de aumento do recurso ao TI e criação de áreas geradoras de tráfego e congestionamento.</p>

Políticas		Opções estratégicas		Síntese da Avaliação
Mobilidade, Acessibilidades e Infraestruturas	Rede viária	OE RV 1	Articulação e integração da nova rede viária	Oportunidade de diminuição de riscos inerentes à propagação de incêndios devido à melhor acessibilidade aos mesmos. Oportunidade de melhoria nas acessibilidades a equipamentos e consequente aumento de competitividade nas áreas adjacentes. <b>Risco de diminuição da qualidade ambiental e fragmentação do sistema ecológico.</b> <b>Risco de aumento do uso de TI e congestionamento da rede viária local com aumento de conflitos automóvel-peão.</b>
		OE RV 2	Melhoria da rede existente	Oportunidade de salvaguarda da integridade dos valores e funções ecológicas e culturais atuais e incentivo à criação de modos suaves de mobilidade. Parceria Público-Privada-Colonade. <b>Risco de fraca aposta de concertação ambiental da rede existente.</b> <b>Risco de fomento de uso de TI como modo preferencial de acesso.</b>
	Transporte	OE T1	Predomínio do modo de transporte individual	<b>Risco de criação de áreas geradoras de tráfego, com aumento do recurso ao TI, congestionamento da rede viária e diminuindo a qualidade ambiental.</b> <b>Risco de ausência de apostas para a eficiência energética no âmbito dos transportes.</b>
		OE T2	Predomínio do modo de transporte público	Oportunidade de aumento da atratividade local através da criação de modos suaves de mobilidade com incentivo ao uso de TP e com melhoria da qualidade ambiental. <b>Risco de ausência de apostas para a eficiência energética no âmbito dos transportes.</b>

## **ANEXO III – Programa do PUSC (Fevereiro 2013)**



**EIXO**

**OBJECTIVOS**

**MEDIDAS 2012**

**1. Eixo estratégico “Sustentabilidade ambiental - Salvaguarda ambiental e proteção dos recursos naturais”:**

- |   |  |
|---|--|
| <p>1.1. Preservação das espécies da flora e fauna com valor biogeográfico:</p>  | <p>1.1.1. Identificação e salvaguarda dos locais com valor florístico e faunístico (estudo específico e EEM);</p> <p>1.1.2. Proibir intervenções que ponham em causa as áreas de sensibilidade ecológica;</p>  |
| <p>1.2. Promover a existência de uma Estrutura Ecológica territorial integrada numa lógica municipal e metropolitana:</p> | <p>1.2.1. Criação e desenvolvimento de uma carta da EEM para a área do Plano;</p>  |
| <p>1.3. Garantir a preservação e utilização dos espaços florestais e agrícolas:</p>                                       | <p>1.3.1. Identificação dos espaços com vocação e utilização agrícola e florestal;</p> <p>1.3.2. Preservação dos espaços e usos associados à floresta e à atividade agrícola;</p>  |
| <p>1.4. Prevenir a degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas:</p>                                     | <p>1.4.1. Adoção de medidas que previnam a contaminação dos solos e das águas;</p> <p>1.4.2. Fiscalização ativa para identificação de situações de libertação de materiais poluentes para o ambiente;</p>  |
| <p>1.5. Garantir uma elevada permeabilidade dos solos:</p>  | <p>1.5.1. Regulamentar a permeabilidade do solo em ambiente rural e urbano;</p> <p>1.5.2. Promover a plantação de vegetação apropriada (combate à erosão hídrica dos solos);</p>   |
| <p>1.6. Preservar reservas estratégicas de água:</p>  | <p>1.6.1. Salvaguarda das áreas estratégicas para a recarga de aquíferos;</p> <p>1.6.2. Monitorizar e preservar a qualidade química da água em reservas estratégicas;</p>  |
| <p>1.7. Promover a utilização de águas pluviais para usos menos exigentes:</p>  | <p>1.7.1. Adoção de um desenho urbano com retenção e aproveitamento de águas pluviais;</p> <p>1.7.2. Regulamentar a adoção obrigatória de medidas para o aproveitamento de águas pluviais para usos menos exigentes (rega e lavagem) nos projetos de iniciativa privada e pública;</p> |
| <p>1.8. Reduzir o risco de fogos florestais:</p>  | <p>1.8.1. Abertura de aceiros e colocação de bocas-de-incêndio para combate a incêndios;</p> <p>1.8.2. Promoção do tipo de florestação mista (plantação de espécies resinosas e folhosas);</p>   |
| <p>1.9. Promover o uso inteligente da energia e a racionalização energética através de novas tecnologias:</p>             | <p>1.9.1. Garantir a otimização energética dos edifícios (aplicação da lei vigente);</p> <p>1.9.2. Potenciar o uso de novas tecnologias que conduzam à redução do consumo energético;</p>  |
| <p>1.10. Promover o uso de energias renováveis, nomeadamente a solar (ativa e passiva):</p>                               | <p>1.10.1. Regulamentar medidas de aproveitamento da energia solar para a construção de edifícios;</p>   |
| <p>1.11. Promover a redução na emissão de gases nocivos para o ambiente:</p>  | <p>1.11.1. Mitigar os efeitos da urbanização com medidas sustentáveis ao nível dos edifícios, transportes e resíduos;</p>  |

1.12. Combate às atividades ilegais, nomeadamente as nocivas para o ambiente (depósitos ilegais, sucatas, etc.):

1.11.2. Promover ações de sensibilização para promoção de um consumo responsável em termos ambientais;

1.12.1. Atribuição de novos usos e reconversão paisagística dos locais;

1.12.2. Aumento da fiscalização na área do Plano;

## **2. Eixo estratégico “Proteção e valorização do património natural e construído”:**

2.1. Reabilitação e valorização das Quintas (património natural e construído) através da sua dinamização (turismo):

2.1.1. Alavancar a reabilitação das Quintas através da sua diversificação de uso (habitação e turismo);

2.1.2. Garantir a manutenção dos espaços e usos rurais nas Quintas, com especial ênfase para os florestais e agrícolas;

2.2. Proteção e valorização do património arquitetónico:

2.2.1. Garantir a proteção regulamentar do património arquitetónico classificado e inventariado;

2.2.2. Valorização ambiental e paisagística da envolvente ao património arquitetónico;

2.2.3. Permitir um acesso condicionado ao património arquitetónico através da atividade turística;

2.3. Salvaguarda do património arqueológico:

2.3.1. Identificar e salvaguardar as áreas com valor arqueológico;

2.3.2. Garantir a presença de arqueólogos nas obras que envolvam os sítios conhecidos, as respetivas áreas de proteção e achados recentes;

2.3.3. Garantir, acima de tudo, a não degradação dos espaços arqueológicos através de usos e ações incompatíveis;

2.4. Preservação, fomento e divulgação do património etnográfico:

2.4.1. Desenvolver ações de divulgação e fomento do património etnográfico;

2.4.2. Desenvolver ações de apoio à manutenção do património etnográfico, e das atividades associadas;

2.5. Aumento do conhecimento e da participação cívica na preservação dos valores naturais:

2.5.1. Criar um Centro de Interpretação Ambiental da Serra da Carregueira;

2.5.2. Colocação de observação e interpretação destacados (dos espaços com valor biogeográfico aos de observação da geomorfologia de Sintra – Moinho da Mata);

## **3. Eixo estratégico “Afirmação e desenvolvimento do turismo nas áreas do lazer, saúde e bem-estar”:**

3.1. Promover e fomentar o turismo rural especializado (lazer, saúde e bem-estar) nas Quintas com valor histórico e patrimonial:

3.1.1. Permitir a diversificação dos usos de solo nas Quintas (habitação e turismo);

3.1.2. Admitir a existência de atividades complementares ao turismo nas Quintas (lazer, saúde e bem-estar);

3.2. Aumento da oferta de alojamento turístico em unidades hoteleiras de elevada qualidade:

3.2.1. Aumentar as áreas destinadas à atividade turística, nomeadamente as áreas afetas a unidades hoteleiras;

3.3. Permitir a existência de serviços complementares à atividade hoteleira (saúde e bem-estar, desporto e lazer):

3.3.1. Permitir usos complementares à atividade turística, nos espaços destinados para o efeito, tal como serviços associados à saúde, bem-estar, desporto e lazer;

3.4. Afirmar a região como destino turístico (lazer, saúde e bem-estar):

3.4.1. Reforço quantitativo e qualitativo do turismo associado à saúde, bem-estar, desporto e lazer;

3.4.2. Promover a zona como área vocacionada para o desporto especializado (golfe);

3.4.3. Divulgação da Serra da Carregueira como espaço privilegiado para o turismo;

3.5. Potenciar a utilização dos recursos existentes para desportos na natureza:

3.5.1. Identificação e potenciação dos percursos existentes para passeio, BTT, e outros desportos na natureza;

3.5.2. Criação e promoção de espaços para os desportos da natureza;

3.5.3. Aumentar os espaços destinados a equipamentos ao ar livre;

3.6. Promover a Serra da Carregueira associada à marca “Sintra”, como espaços qualificados complementares:

3.6.1. Associar a Serra da Carregueira à marca “Sintra” como destino turístico único;

#### **4. Eixo estratégico “Qualificação do ambiente urbano”:**

4.1. Garantir um desenho urbano qualificado, diversificado e integrado:

4.1.1. Definir e regulamentar as condições para um desenho urbano qualificado, diversificado e integrado;

4.1.2. Definição do tecido urbano estruturante e das respetivas categorias de espaço;

4.1.3. Reconversão dos núcleos de construção clandestina;

4.1.4. Garantir padrões mínimos de qualidade para os espaços urbanos e urbanizáveis;

4.2. Garantir a existência equilibrada de espaços públicos, nas suas várias tipologias:

4.2.1. Garantir a existência equilibrada de espaços públicos (permeáveis e impermeáveis);

4.3. Criação de um grande Parque Municipal Florestal acessível a partir das urbanizações:

4.3.1. Garantir a existência de um Parque Municipal Florestal de significativa dimensão;

4.3.2. Assegurar ligações pedonais entre os espaços urbanizáveis e o Parque;

4.3.3. Constituição de um Parque Municipal Florestal de reduzida intervenção e próxima relação ao património cultural (natural e construído);

4.3.4. Definir modos de gestão que permitam uma gestão económica do Parque;

4.4. Promover a melhoria da mobilidade / acessibilidade:

4.4.1. Estruturar a rede viária promovendo níveis distintos de serviço – proximidade (acessibilidade) e facilidade de deslocação (mobilidade);

4.4.2. Criar uma alternativa à ER249, prevista no PRN<sup>15</sup>;

4.4.3. Beneficiação da EN117;

4.5. Criação de estacionamento público:

4.5.1. Garantir uma franca dotação de estacionamento público nas urbanizações existentes e previstas;

4.5.2. Concretizar bolsas de estacionamento público de apoio aos grandes equipamentos;

<sup>15</sup> Medida entretanto abandonada



TÉCNICO  
LISBOA



4.6. Disponibilização de espaços para equipamentos coletivos:

4.7. Garantir a diversificação de usos em ambiente urbano (combate à monofuncionalidade):

4.8. Concretização e otimização de infraestruturas urbanas:

4.9. Criação de condições para a reabilitação de edifícios degradados:

4.6.1. Concretizar a reserva de espaços para equipamentos coletivos de nível local e municipal;

4.6.2. Reconhecer os grandes equipamentos existentes e os seus projetos de expansão;

4.6.3. Sugestão de uma rede complementar de equipamentos (privados e públicos);

4.7.1. Prever a diversificação de usos em ambiente urbano;

4.7.2. Concretizar espaços especializados no turismo, equipamentos e serviços;

4.8.1. Reconversão e infraestruturização das áreas de génese ilegal;

4.8.2. Otimizar a concretização das infraestruturas urbanas;

4.8.3. Promover a concentração dos núcleos urbanos (por oposição à dispersão urbana);

4.9.1. Permitir a reabilitação de edifícios licenciados ou cujo licenciamento seja possível;

4.9.2. Garantir que a estruturação e dinamização da envolvente resulta como atrativo à reabilitação;

4.9.3. Estudar e propor incentivos fiscais à reabilitação;

## **ANEXO IV – Análise Tendencial**

## A4.1 – FCD#1 - Paisagem Multifuncional e Biodiversidade

O FCD Paisagem Multifuncional e Biodiversidade pretende avaliar a **diversidade de funções** abrangidas pela **paisagem** e o **estado de conservação e valorização dos valores ecológicos e patrimoniais** presentes.

Os limites do PUSC incluem **áreas com interesse e valor ecológico**, que chegaram a ser propostas para integração num sítio da Rede Natura (sítio da Ericeira – Praia de Vide), ao abrigo da Diretiva Comunitária 92/43/CEE. No entanto, esta integração acabou por não se concretizar (Caracterização Ecológica, PROT-AML Novembro 2010).

Segundo o estudo de Caracterização Ecológica (Novembro 2009) a Serra da Carregueira é ocupada por solos calcários no núcleo central e por arenitos e conglomerados de natureza siliciosa a Norte e Oeste o que conduz à presença de diferentes tipos de vegetação. Assim, no que se refere à **riqueza específica florística** por um lado possui uma vegetação tipicamente mediterrânica onde dominam os carrascais e os tojais calcícolas no núcleo central e por outro possui uma vegetação com carácter atlântico com presença de habitats e espécies finícolas (no limite da área de distribuição). Segundo o mesmo estudo estas características conferem à Serra da Carregueira um valor biogeográfico extremamente relevante do ponto de vista da conservação diz respeito aos valores de flora e vegetação.

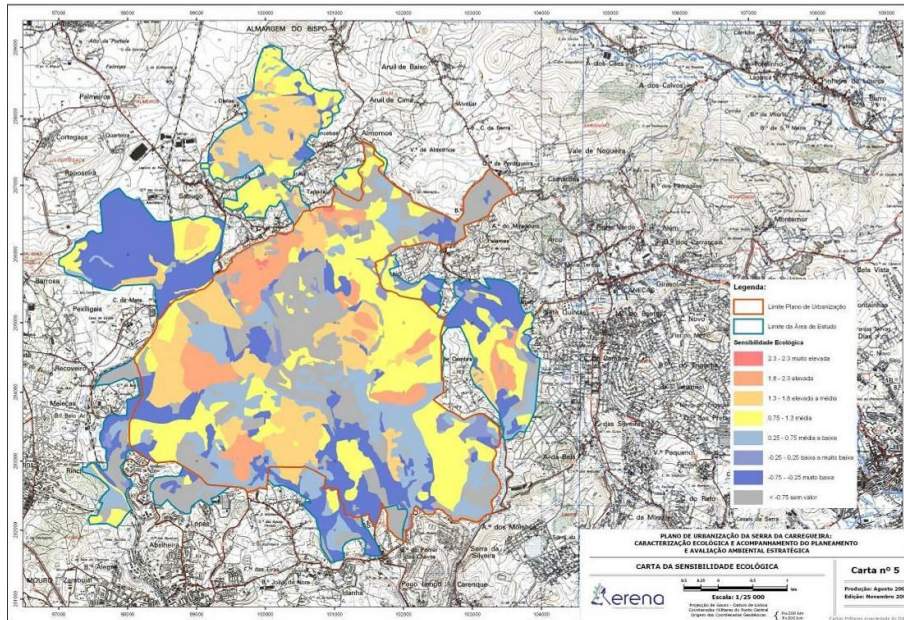
O estudo de caracterização ecológica refere ainda no que diz respeito à fauna, os valores presentes limitam-se a poucas espécies com relevância em termos de conservação na área, contudo do ponto de vista faunístico a Serra da Carregueira apresenta uma relevância regional, por consistir num pólo de biodiversidade numa área densamente ocupada.

Com base nos valores da vegetação presente o mesmo estudo fez uma análise de sensibilidade ecológica (Figura 3) da área que evidencia as seguintes áreas como as que possuem os maiores valores de sensibilidade (tons vermelho a laranja) e que correspondem aos valores mais importantes de conservação:

- A presença de turfeiras, taludes de escorrência e os tojais/urzais higrófilos no limite Norte do PUSC
- A presença de comunidades como os tojais/urzais sobre arenitos e a presença de espécies constantes nos Anexo II e IV da Directiva 79/409/CEE dentro do limite Oeste do PUSC
- A presença de extensos e bem estruturados matagais de *Ulex densus*, os prados rupícolas calcários (habitat prioritário) e a presença de afloramentos de arenito com ocorrência confirmada de espécies do Anexo II e IV como *Euphorbia transtagana* e

*Thymus villosus* em áreas localizadas dentro do limite correspondente ao Belas Clube de Campo.

Estes valores poderão vir a ser ameaçados devido à pressão urbanística resultante do alargamento deste empreendimento.

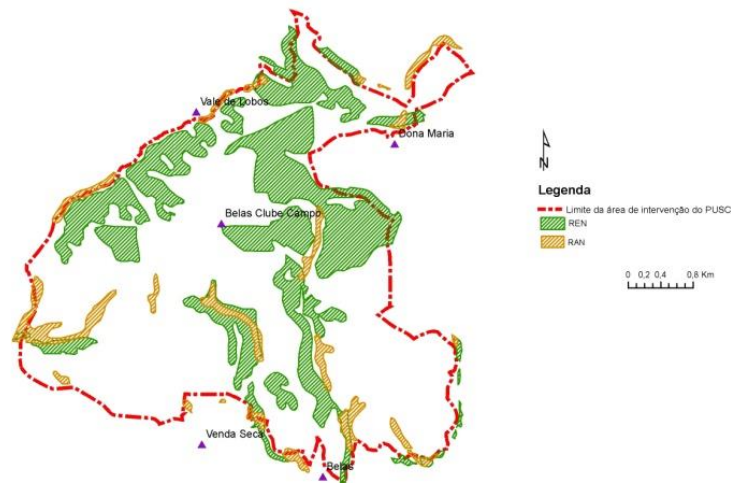


**Figura 3 – Carta de sensibilidade Ecológica**

Fonte: ERENA, 2009

Ainda no que se refere aos valores ecológicos, tendo em conta que não existem dados que permitam constituir uma análise evolutiva das áreas classificadas como **REN** recorreu-se à REN eficaz (RCM nº 47/96 de 17 de Abril) e para as áreas de **RAN** recorreu-se a informação relativa a esta área no Plano Diretor Municipal (PDM) (RCM n.º 116/99 de 4 de Outubro). Da observação da Figura 4 constata-se que as áreas de RAN se distribuem sobretudo ao longo das linhas de água enquanto as áreas de REN se encontram sobretudo a Norte da área de intervenção.





**Figura 4 – Sobreposição da REN e RAN em vigor na área do PUSC**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de SIG fornecidos pela CMS

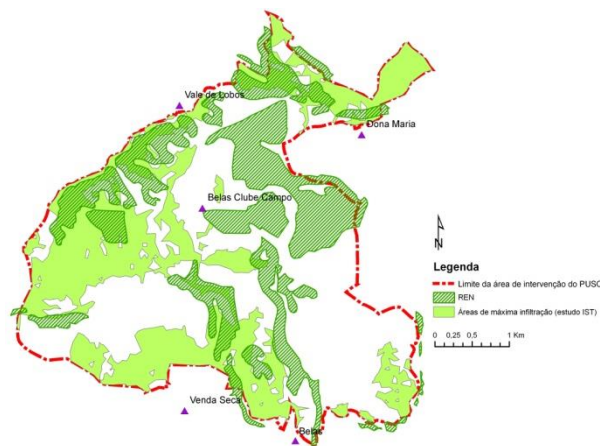
Relativamente a áreas classificadas como REN foi elaborado um estudo<sup>16</sup> sobre as áreas de máxima infiltração e que foram delimitadas de acordo com os critérios estabelecidos no Decreto-Lei nº 93/90 de 19 de Março e ainda com fatores presentes no novo diploma da REN (Decreto-Lei nº166/2008 de 22 de Agosto) como o funcionamento hidráulico do sistema aquífero de Vale de Lobo, nomeadamente, no que se refere aos mecanismos de recarga e descarga e ao sentido do fluxo subterrâneo e eventuais conexões hidráulicas, a vulnerabilidade à poluição e as pressões existentes resultantes de atividades e ou instalações (Figura 5).

As discordâncias presentes quando comparadas as cartografias das áreas de máxima infiltração presentes na REN eficaz (RCM nº 47/96 de 17 de Abril) e as áreas de máxima infiltração delimitadas pelo estudo “Identificação de áreas estratégicas de protecção e recarga – PUSC” geram consequências de natureza estratégica (governança) bem como fragiliza a utilização da REN como uma restrição legal à ocupação do solo.

Apesar de ser um instrumento obrigatório por lei, do ponto de vista de avaliação estratégica este instrumento não é robusto e não oferece confiança como instrumento de decisão. Deste modo a AAE seguirá como orientação a análise técnico-científica definida por Ribeiro relativamente às áreas de máxima infiltração que são as que no contexto do PUSC são relevantes em termos de REN.

<sup>16</sup> CVRM – CENTRO DE GEO-SISTEMAS – IST “Identificação de áreas estratégicas de protecção e recarga – PUSC”.





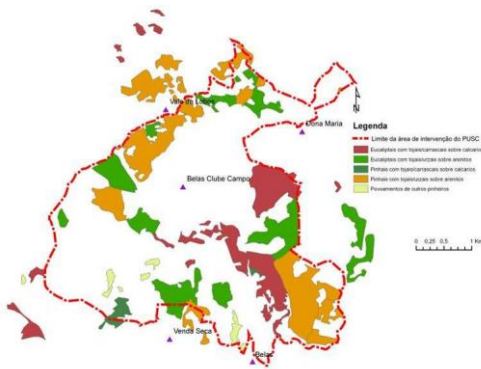
**Figura 5 – Sobreposição da REN com as áreas de máxima infiltração (Ribeiro)**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de SIG fornecidos pela CMS e das áreas de máxima infiltração

Segundo o Plano Verde do Concelho de Sintra (PVCS) grande parte da **vegetação da Serra da Carregueira**, sobretudo na área Sudeste, é constituída por eucaliptais. A restante área apresenta uma dominância de matos e matagais, bem como pinhais com diferentes associações de vegetação, nomeadamente, tojais e carrascais que trespasam o limite do PUSC (Figura 6). Ao analisar as fotografias aéreas da área de intervenção (Figura 8) denota-se que entre 1994 e 2004 ocorreu uma diminuição das áreas de coberto florestal. A zona correspondente ao PUSC é distinta da envolvente pelo seu relevo de declives acentuados e vales moderadamente encaixados - fatores que podem contribuir para a atratividade da Paisagem da região. Relativamente à qualidade da Paisagem na zona do PUSC esta apresenta diversas intrusões visuais decorrentes da presença no terreno de elementos como as AUGI e zonas industriais destacando-se a indústria de construção.

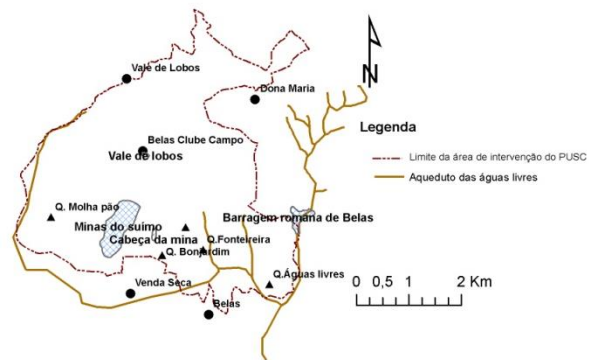
No que concerne aos **elementos patrimoniais classificados**, segundo o Relatório/Diagnóstico<sup>17</sup>, um dos elementos mais significativos presentes na área do PUSC é o Aqueduto das Águas Livres classificado como Monumento Nacional. O aqueduto atravessa a área da Quinta do Molha Pão e da Quinta das Águas Livres marcando presença física, com pequenos troços à vista (Figura 7).

<sup>17</sup>CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico - 4ª Revisão – Abril 2010



**Figura 6 – Localização da floresta na área do PUSC**

Fonte: ERENA



**Figura 7 – Planta de localização do Património arquitetónico e arqueológico na área do PUSC**

Fonte: Elaboração própria

A área do PUSC inclui ainda 5 **núcleos de quintas**: Quinta do Bonjardim (classificada como Imóvel de interesse Público), Quinta Wimmer, Quinta das Águas Livres, Quinta do Molha Pão (em vias de classificação como imóvel de interesse público na categoria de arquitetura civil) e a Quinta da Fonteireira. Todas estas quintas são propriedade privada.

Relativamente ao **património arqueológico** presente na área de estudo encontram-se identificados 12 sítios arqueológicos com interesse: Minas e Habitat do Suímo; Povoado de Vale de Lobos / Belas Clube de Campo; Cabeço da Mina; Necrópole da Portela dos Almornos; Antiga Via em Belas; Casal do Brouco 5; Casal do Brouco 2; Casal de Cambra; Penedos Pardos 2; Casal do Pelão; Antigo marco de Propriedade do Casal do Suímo; Casal do Suímo Norte. Numa área imediatamente adjacente ao limite este da zona de intervenção está a barragem romana de Belas e respetiva albufeira.

As **atividades agrícolas** ainda presentes na área de estudo localizam-se sobretudo nas Quintas históricas (Quinta do Bom Jardim, Quinta da Fonteireira, Quinta do Molha Pão), nas AUGI ou nos logradouros dos lotes e também na zona envolvente à antiga Cerâmica de Vale de Lobos. Em todos os casos a exploração agrícola tem um carácter de subsistência<sup>18</sup>.

São diversos os **percursos pedonais e cicláveis** na Serra da Carregueira, organizados por associações não-governamentais. Refere-se a título exemplificativo as caminhadas organizadas pela associação ambiental Olho Vivo e pela Sociedade Portuguesa de Botânica cujo objetivo é dar a conhecer os habitats que aqui ocorrem: tomilhais e

<sup>18</sup> CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico - 4ª Revisão – Abril 2010

carrascais térmicos em solos calcários, charnecas sobre arenitos e turfeiras bem como visitar o património existente na área de estudo<sup>19</sup>.

O PROT-AML em vigor (RCM n.º 68/2004 de 4 de Junho) distinguia a Serra da Carregueira como uma área florestal de grande interesse para a rede ecológica metropolitana. De facto, segundo o mesmo documento, a serra da Carregueira constitui uma das áreas mais importantes da rede secundária, áreas estas ainda não predominantemente ocupadas com edificações ou infraestruturas e que possuem interesse e biodiversidade ecológica. Este Plano define como orientações territoriais para as áreas da rede secundária a constituição de um “remate urbano com limites estáveis” que salvaguardem a serra da Carregueira.

No entanto, ao analisar as fotografias aéreas da área integrada no PUSC (Figura 8) observa-se uma tendência clara de expansão da mancha urbana:

Verifica-se que em 1994 existia nesta zona uma grande **mancha florestal** fazendo-se já sentir pressão urbanística intensa nos seus limites. A imagem datada de 2000 demonstra que, durante a década de 1990, ocorreu uma expansão da ocupação urbana, substituindo-se parte significativa da mancha florestal pela construção do campo de golfe do BCC. Em 2004 a expansão da urbanização é mais notória, ocorrendo um aumento da área edificada, principalmente no âmbito do BCC. Relativamente ao povoamento disperso e à pressão urbanística nas franjas do PUSC, as fotografias aéreas utilizadas não permitem retirar conclusões claras sobre a sua expansão, no entanto é evidente a tendência de crescimento das áreas urbanizadas e redução da mancha florestal na Serra da Carregueira. Esta tendência de evolução territorial pode colocar em causa os objetivos estratégicos regionais para a Serra, bem como as suas funções ecológicas e paisagísticas.

---

<sup>19</sup> <http://tudosobrejardins.blogspot.com/2011/02/as-duas-faces-da-serra-da-carregueira.html>



**Figura 8 – Excertos de Fotografias aéreas da área do PUSC (1994, 2000, 2004)**

Fonte: CMS

Da análise efetuada é possível constatar que a área do Plano abrange uma diversidade considerável de funções, contudo, verifica-se igualmente que o potencial relativamente ao património, usufruto de espaços naturais e sistemas agroflorestais está subaproveitado. No que concerne os valores ecológicos, dada a sua importância no contexto da AML, é premente que a sua proteção seja salvaguardada face à pressão urbanística que ocorre atualmente sobre estes recursos.

No domínio da **valorização ambiental dos recursos hídricos** existem diversas linhas de água que atravessam a área do PUSC, com as principais cabeceiras nos relevos a nordeste. A orografia da área determina a sua confluência em direção ao eixo urbano entre Sintra-Lisboa, afluindo ao estuário do Tejo no concelho de Oeiras. Os cursos de água principais são as ribeiras de Belas, de Jarda e de Carenque, por sua vez inseridas nas bacias hidrográficas do rio Jamor e da ribeira de Barcarena, respetivamente (Figura 9 e Figura 10). A jusante da área afeta ao Plano, o rio Jamor atravessa o aglomerado de Queluz, ao passo que a ribeira de Jarda atravessa os aglomerados de Agualva-Cacém e Barcarena.



Figura 9 – Localização dos percursos associados às Ribeiras da área de estudo

Fonte: Elaboração própria

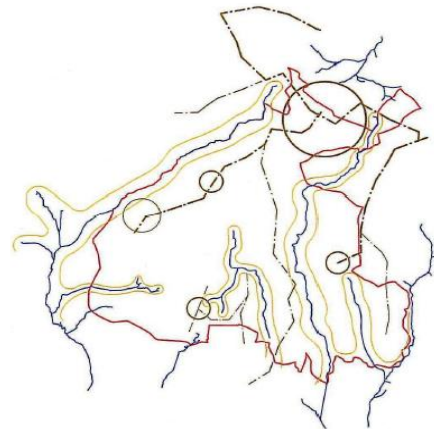


Figura 10 – Esquema de linhas de cumeada e de talvegue

Fonte: Relatório Diagnóstico – 4ª Revisão – Abril 2010

No que se refere ao **Estado de conservação dos cursos de água** a qualidade da água foi analisada no âmbito do FCD “Qualidade do Ambiente”. No entanto, a ausência de dados de base disponíveis não permitiu projetar tendências.

Como já referido, na área de intervenção existem alguns percursos pedonais, estes desenvolvem-se sobretudo ao longo das **principais ribeiras** que atravessam a área de estudo, principalmente da Ribeira de Belas e cuja galeria ripícola se encontra bem desenvolvida (Figura 9), no entanto carecem de **âncoras de estadia** associadas ao recreio e lazer, facto que poderá diminuir a taxa de utilização dos percursos referidos.

## A4.2 – FCD#2 - Qualidade do Ambiente

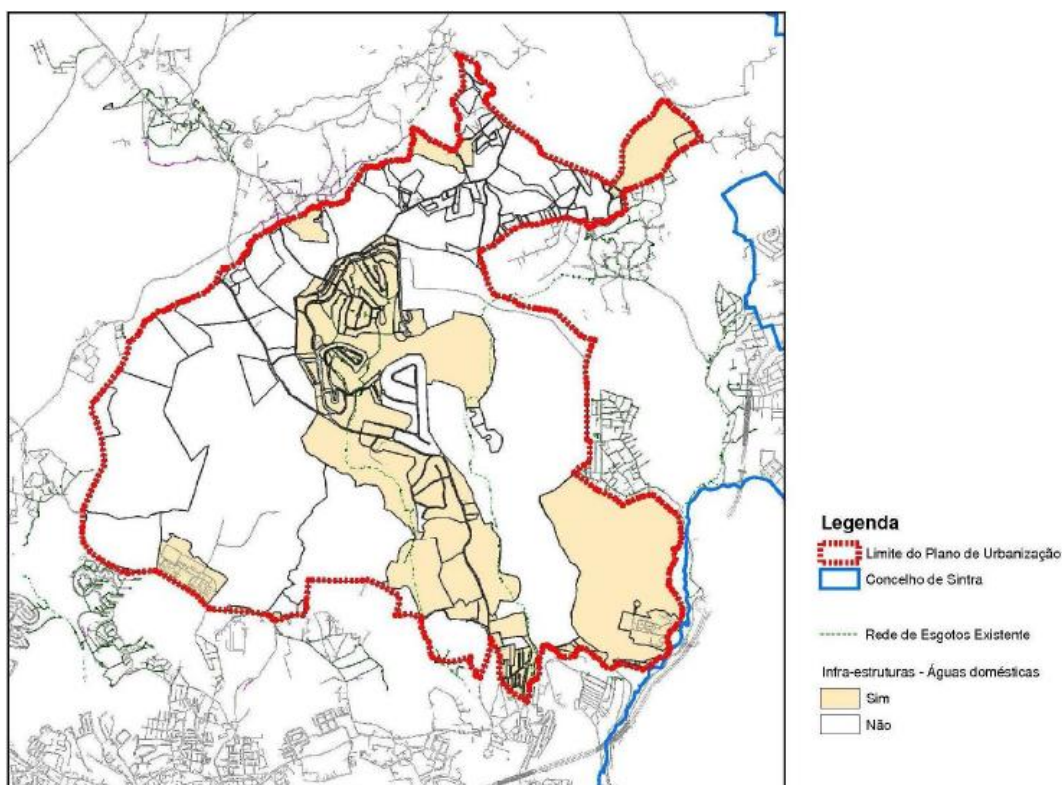
No FCD Qualidade do Ambiente pretende-se avaliar a integridade da **qualidade física do ambiente**, a importância dos recursos hídricos no âmbito da **adaptação às alterações climáticas** e os **riscos naturais e tecnológicos** a serem acautelados pelo Plano.

No que se refere à **qualidade das águas superficiais**, os dados existentes no Anuário de Qualidade de Água Superficial do SNIRH referem-se apenas às estações de Laveiras e Sra. Rocha que se encontram a cerca de 4km a jusante da área do PUSC. Os resultados das análises feitas à qualidade das águas superficiais, nestas estações, englobam-se na categoria “Muito má”. Estas estações estão localizadas, respetivamente, a jusante da confluência das linhas de água da Ribeira de Jardas e Ribeira dos Ossos (pertencentes à bacia hidrográfica da Ribeira de Barcarena) e das linhas de água Ribeira de Belas e Rio Jamor (pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Jamor). Devido ao facto de esta rede hidrográfica intersectar várias freguesias, incluindo as freguesias do PUSC, não é possível averiguar da qualidade das águas superficiais área da Serra da Carregueira.

Em relação aos dados da **qualidade da água subterrânea** existe uma estação (F2SJS) da rede de qualidade de água subterrânea do SNIRH, localizada na freguesia de Almargem do Bispo, no entanto, os únicos dados existentes referem-se a alguns meses do ano de 2001 e portanto não são suficientes para estabelecer uma análise tendencial do estado qualitativo das águas subterrâneas da área do Plano.

No que respeita à rede de **drenagem de águas residuais**, a cobertura da área do PUSC é feita ao nível de algumas urbanizações junto à EN 117 e das urbanizações do BCC, da Tapada dos Grilos, Zona dos Machados e da Quinta da Fonteireira (Figura 11). Ficam, assim, excluídas da rede as AUGI do Casal do Brejo, Tapada da Serra e Casal Carmona.

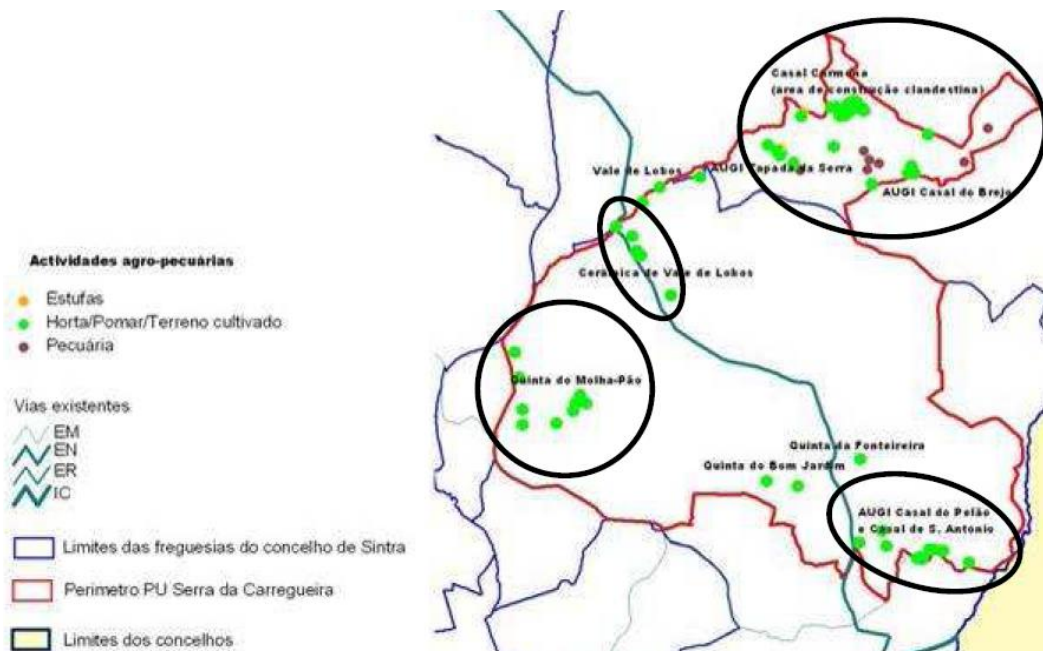




**Figura 11 – Planta da rede de águas domésticas/esgotos**

Fonte: CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico – 4ª Revisão – Abril 2010

Os **focos de poluição** identificados na área do PUSC têm várias origens, nomeadamente, as AUGI, cujas águas residuais não são tratadas, e um parque de sucata ilegal localizado dentro do Casal de Santo António. Em adição, existem algumas atividades agropecuárias (estufas, hortas/pomar/terreno cultivado e pecuárias) que, apesar de serem em pequeno número, poderão constituir focos de poluição dos recursos hídricos caso não sejam implementadas medidas que minimizem impactes ambientais (Figura 12).



**Figura 12 – Atividades agrícolas e pecuárias na área de intervenção do PUSC**

Fonte: CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico – 4ª Revisão – Abril 2010

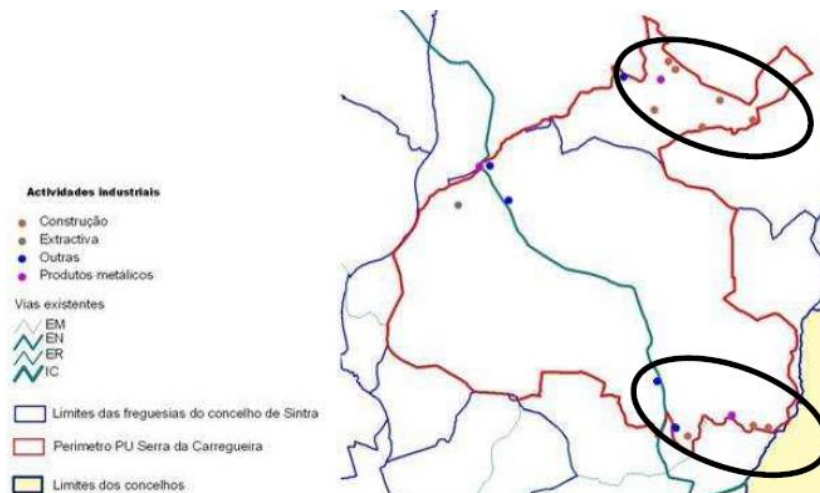
Destaca-se a ausência deste tipo de atividades agropecuárias na zona central da área de intervenção, correspondente às urbanizações do BCC e De Stoop. Na urbanização do BCC existe um campo de golfe que pode constituir uma fonte de contaminação dos recursos hídricos, devido ao uso de fertilizantes e fitofármacos, no entanto, a sua manutenção e exploração são objeto de controlo ambiental, atestado pela obtenção de várias certificações ambientais e de qualidade, respetivamente pela Norma NP EN ISSO 14001 e NP EN ISSO 9001.

Relativamente às atividades industriais, como o demonstra a Figura 13, existem duas áreas de clara concentração, as zonas Nordeste e Sudeste do PUSC.

Salienta-se ainda uma pequena concentração no limite Poente do Plano, junto à EN117, onde se destaca a antiga Cerâmica de Vale de Lobos<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> Atualmente está inativa, mas considerou-se importante identificá-la nas atividades industriais pela sua singularidade.





**Figura 13 – Atividades industriais na área de intervenção do PUSC**

Fonte: CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico – 4ª Revisão – Abril 2010

Quanto aos tipos de indústria localizados na área de intervenção do PUSC, identificam-se a indústria extractiva que, apesar de se ter verificado apenas uma ocorrência (a única pedreira em laboração na área em questão), merece destaque visto tratar-se de uma atividade do sector primário, e a preponderância da indústria de construção.

Segundo os dados preliminares dos Censos 2011 (INE), no concelho de Sintra verificou-se um aumento de 3,6% da população residente entre 2001 e 2011. Este aumento populacional poderá ser um fator importante no que toca à **qualidade do ar**, quando comparado com a evolução do tráfego na área do PUSC.

A principal fonte de perturbação no PUSC é o tráfego rodoviário, sendo possível identificar três zonas geradoras de tráfego<sup>21</sup>: BCC, Quinta da Fonteireira e Estabelecimento Prisional da Carregueira. Os dois primeiros são urbanizações com alguma densidade habitacional e onde se incluem comércio e serviços. O estabelecimento prisional constitui um gerador de tráfego devido aos funcionários e às visitas aos reclusos.

Entre 1991 e 2001, verificou-se um aumento das deslocações pendulares no concelho de Sintra, bem como um aumento da utilização do transporte individual face ao coletivo<sup>22</sup>. Este aumento de tráfego verificado a nível concelhio é importante à escala do PUSC pois, como referido no FCD Eficiência Energética e Mobilidade, está de acordo com os Estudos de Tráfego, onde se prevê um aumento de tráfego na área do PUSC resultante das ligações propostas da rede viária local com a rede da envolvente.

<sup>21</sup> Relatório da 1ª Fase – Caracterização e Diagnóstico do Sistema de Transportes e Mobilidade – Estudo de Tráfego – Janeiro 2010

<sup>22</sup> Plano Municipal de Ambiente de Sintra

Observando-se uma tendência de evolução para estas duas variáveis (população residente e tráfego), este facto poderá ser condicionante da qualidade do ar na área do PUSC, e poderá traduzir-se numa potencial fonte de poluição do mesmo.

Os Recursos Hídricos são importantes pela sua qualidade e disponibilidade e, consequentemente são importantes na perspetiva da **adaptação às alterações climáticas**. Desta forma, é fundamental acautelar a sua disponibilidade e o risco de cheia face às variações no ciclo hidrológico.

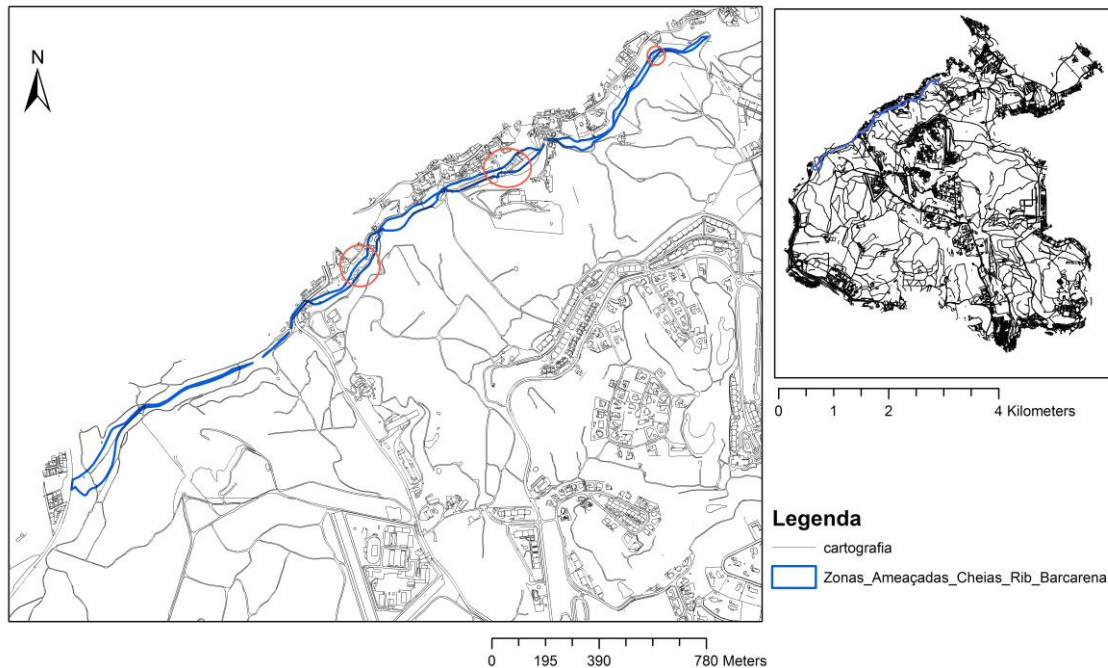
Segundo o diagnóstico do Plano, o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo refere que, em termos médios e globais, os recursos hídricos disponíveis na bacia hidrográfica do Tejo são suficientes para satisfazer as necessidades (atuais e previsíveis no futuro) das atividades consumptivas, pelo que a **disponibilidade de água** não constituirá, em princípio, um fator de ameaça determinante no que respeita à sustentabilidade dos respetivos sectores económicos.

O facto de as linhas de água da área da Serra da Carregueira serem caracterizadas por um regime torrencial, em conjunto com a morfologia das bacias hidrográficas e baixos tempos de concentração, aumenta o risco dos caudais excederem a capacidade de escoamento da rede hidrográfica natural ou dos sistemas de drenagem urbana. Na sequência de eventos pluviosos extremos esta combinação pode provocar **cheias**<sup>23</sup>. Esta situação é agravada pela impermeabilização dos solos como se verifica, por exemplo, nas áreas urbanas localizadas a jusante da área do Plano e que nos últimos anos sofreram inundações, nomeadamente Queluz (2008) e Baixa do Cacém (2010).

Para analisar a **área edificada em zonas de risco de cheia** na área abrangida pelo PUSC, recorreu-se à REN bruta e – em particular – às Zonas ameaçadas pelas cheias da Ribeira de Barcarena, verificando-se a existência de um número reduzido de edificações nestas zonas (Figura 14). Verifica-se que a edificação presente consiste em alguma habitação dispersa e edificação não permanente, possivelmente de apoio à atividade agrícola familiar bem como a uma unidade empresarial.

---

<sup>23</sup> Plano Estratégico do Concelho de Sintra Face às Alterações Climáticas – Recursos Hídricos.

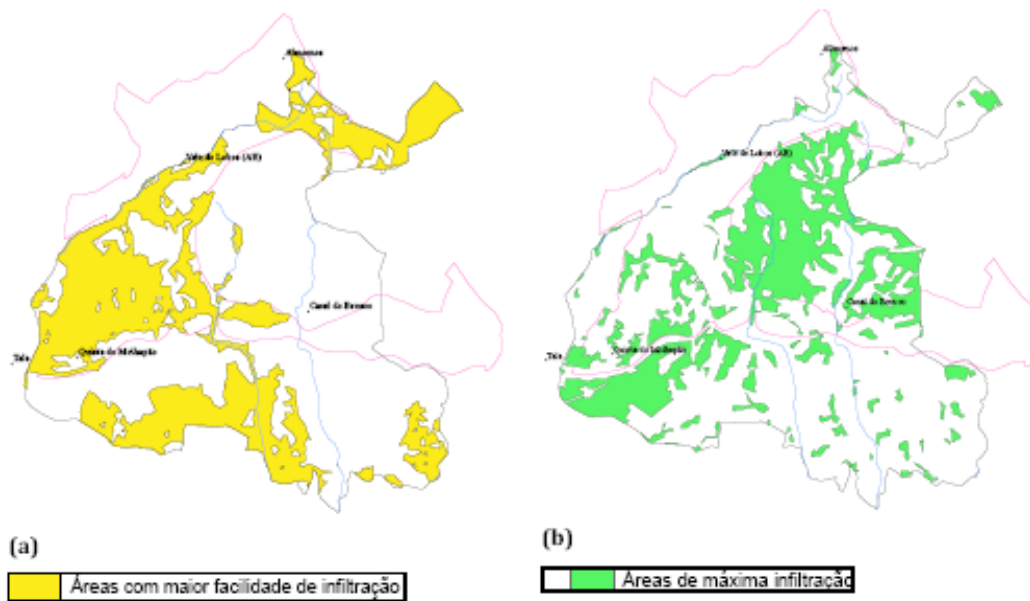


**Figura 14 – Edificado em zonas ameaçadas por cheia (Ribeira de Barcarena).**

Zonas de edificado assinaladas a vermelho. Fonte: CMS, elaboração própria.

Tal como referido no FCD anterior, a **infiltração** é outra componente do ciclo hidrológico a acautelar no PUSC. Esta questão é abordada na legislação, como parte integrante da REN, sob a figura das “áreas de máxima infiltração”. A área do PUSC abrange o sistema aquífero de Vale de Lobos e um aquífero profundo carbonatado. De acordo com o IFI e com base na Carta de Facilidade de Infiltração é possível um escalonamento de áreas mais e menos favoráveis à infiltração<sup>24</sup>. Observa-se que as áreas com maior facilidade de infiltração se localizam nas orlas do PUSC a Sul, a Norte e a Oeste, tendo a área central uma facilidade de infiltração moderada. Também se verifica que estas áreas estão associadas na sua maioria ao sistema aquífero de Vale de Lobos e que o leito da Ribeira de Belas poderá interferir na recarga do aquífero profundo, na zona do BCC (Figura 15).

<sup>24</sup> CVRM – CENTRO DE GEO-SISTEMAS – IST - “Identificação de áreas estratégicas de proteção e recarga – PUSC”.



**Figura 15 – Áreas com maior facilidade de infiltração: (a) segundo a metodologia IFI; (b) atualmente vigente.**

Fonte: CVRM- CENTRO DE GEO-SISTEMAS-IST “Identificação de áreas estratégicas de proteção e recarga - PUSC”

Sob esta perspetiva, **as áreas que contribuem para o funcionamento dos sistemas hidrológicos** na componente da circulação da água e onde deve ser salvaguardada a sua permeabilidade localizam-se nas orlas da zona Norte e metade Oeste da área do Plano, ao contrário do que sucede para as áreas de máxima infiltração vigentes. Nas imediações do casal do Brouco existe também uma área com maior facilidade de infiltração, relativamente à envolvente, e que deve ser considerada.

No âmbito do critério Riscos naturais e tecnológicos, no que toca à **exposição a campos eletromagnéticos**, passam na área do Plano linhas de alta tensão na zona Norte, entre a Portela e Casal do Brejo e zona de Almornos, e linhas de média tensão (10KVA) que seguem as estradas EM 250 e EN 250-1<sup>25</sup>. Esta informação não se encontra georreferenciada pelo que não é possível verificar a que distância as linhas de eletrificação passam das habitações e equipamentos.

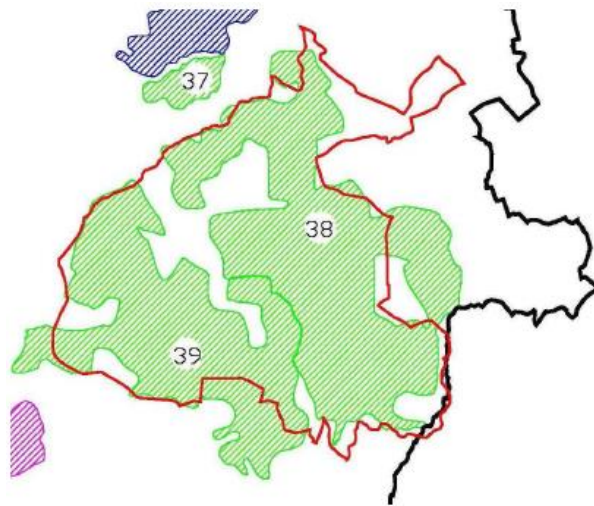
De acordo com o Relatório/Diagnóstico de 2010, todo o concelho de Sintra apresenta características que o inserem na zona A de maior sismicidade, apresentando assim uma **elevada vulnerabilidade ao risco sísmico**<sup>26</sup>. Verifica-se, no entanto, que também se insere nesta classificação de risco toda a região Sul de Portugal continental, pelo

<sup>25</sup> CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico – 4ª Revisão – Abril 2010

<sup>26</sup> CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico – 4ª Revisão – Abril 2010

que – não ignorando o risco – este não é considerado particularmente crítico nesta região.

O Plano Municipal de Intervenção na Floresta (PMIF), através da definição de Unidade de Paisagem Silvestre para a Serra da Carregueira (unidades 37, 38 e 39 – Figura 16), destaca a inviabilidade, numa perspetiva de mercado, da manutenção da atividade silvícola e a necessidade de assumir a condição peri-urbana, convertendo-a em espaços utilizáveis pela população para habitação e lazer. Outras funções desta área florestal são analisadas ao longo de outros FCD.



**Figura 16 – Extrato da Planta referente à Unidades de Gestão com a localização do PUSC**

Fonte: CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico – 4ª Revisão – Abril 2010

Em termos de **incêndio florestal**, o Plano conclui que o modelo de floresta existente em Sintra não aconselha uma abordagem de defesa dos povoamentos florestais com base na aplicação das técnicas tradicionais (sistemas de aceiros e arrifes, rede divisional, pontos de água e gestão de combustíveis). O PMIF propõe como principal meio de prevenção e deteção de incêndios florestais a sensibilização da população, o aumento do número das Brigadas de vigilância móvel, a deteção automática, a melhoria da rede viária divisional existente, o aumento dos pontos de água e o uso de sistemas automáticos de extinção.

O Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF-AML) classifica a área do PUSC como Zona sensível para a conservação – zona crítica do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios.

No que se refere ao potencial de acidentes no **transporte de substâncias perigosas**, verifica-se a presença de um gasoduto no território do PUSC, incluído na rede de



distribuição primária de gás de Lisboa. Esta infraestrutura, que apresenta riscos de contaminação ambiental e de acidente, atravessa áreas florestadas da Serra e um troço que serve as urbanizações junto do BCC e da Prisão da Carregueira, seguindo o traçado da EN 117 na extensão necessária.

As zonas servidas pela rede de gás correspondem às urbanizações realizadas através de loteamento devidamente licenciado: a Urbanização da Quinta da Fonteira, o empreendimento do BCC e os loteamentos adjacentes de De Stoop (Alvará n.º 35/95). Fora estas urbanizações, apenas a Prisão da Carregueira está igualmente ligada à rede pública (Figura 17).

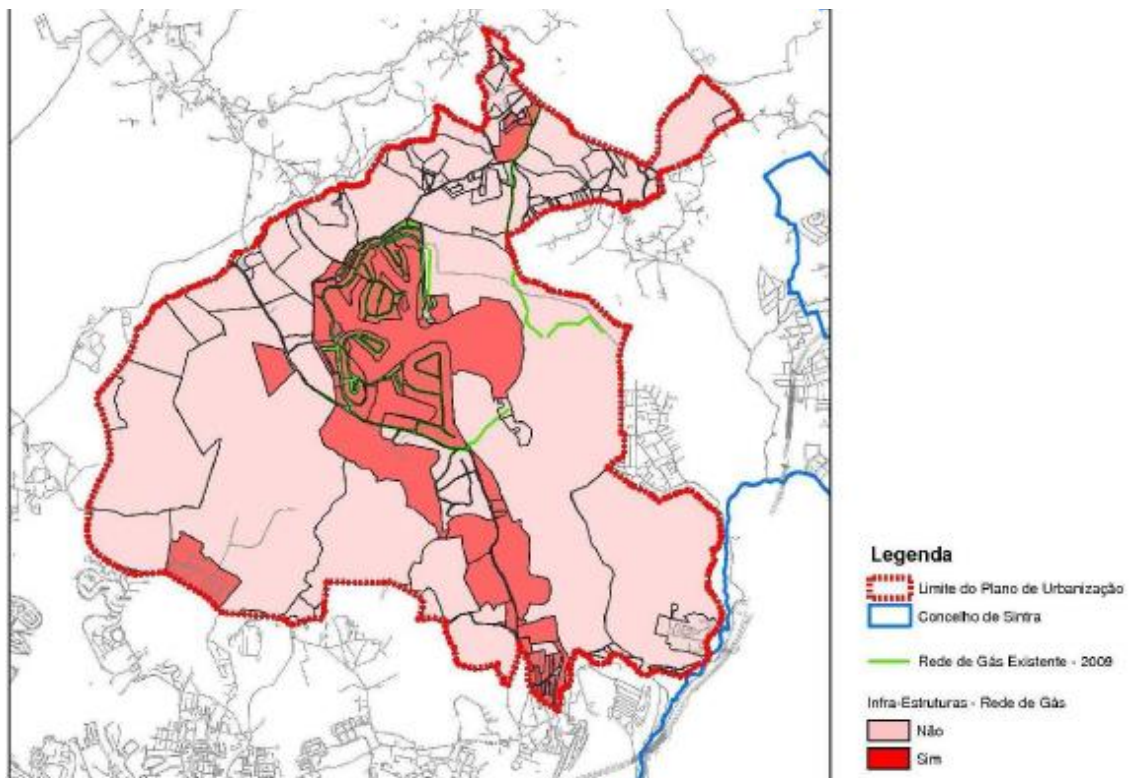


Figura 17 – Planta da rede de gás

Fonte: CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico – 4ª Revisão – Abril 2010

### A4.3 – FCD#3 - Estilos de Vida

O FCD *Estilos de Vida* tem como objetivo avaliar se a área em análise oferece, à comunidade residente e turística, oportunidades para **criar estilos de vida de qualidade, associados a espaços patrimoniais e naturais**. Incluem-se nestas oportunidades espaços e infraestruturas de qualidade, bem como iniciativas que fomentem a atratividade alinhada com a identidade da Serra da Carregueira.

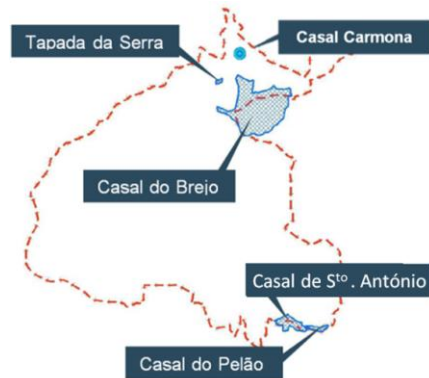
Desta forma pretende-se avaliar a capacidade de criação de uma imagem coerente, competitiva e atrativa, e de um perfil territorial orientado para o turismo e lazer, e

ainda a integração da estrutura natural com os espaços urbanos, e a respetiva qualidade dos mesmos.

Assim, torna-se importante analisar as áreas degradadas e clandestinas uma vez que são geradoras de conflitos urbanos, socioeconómicos e ainda com os espaços naturais.

O PDM de Sintra classifica quatro **áreas urbanas de génese ilegal** parcial ou totalmente abrangidas pelo PUSC, conforme a Figura 18, nomeadamente:

- AUGI n.º 47 (Tapada da Serra), para a qual o processo de reconversão escolhido foi o loteamento;
- AUGI n.º 48 (Casal do Brejo), cuja modalidade de reconversão definida em Edital é o Plano de Pormenor, no entanto, o processo de reconversão foi alterado e tem decorrido através de loteamento;
- AUGI n.º 58 (Casal de Santo António), com reconversão através de Plano de Pormenor;
- AUGI n.º 59 (Casal do Pelão), cujo processo de reconversão escolhido foi o loteamento. Note-se que apenas uma parte desta AUGI (cerca de 50% da área delimitada) está inserida nos limites do PUSC.



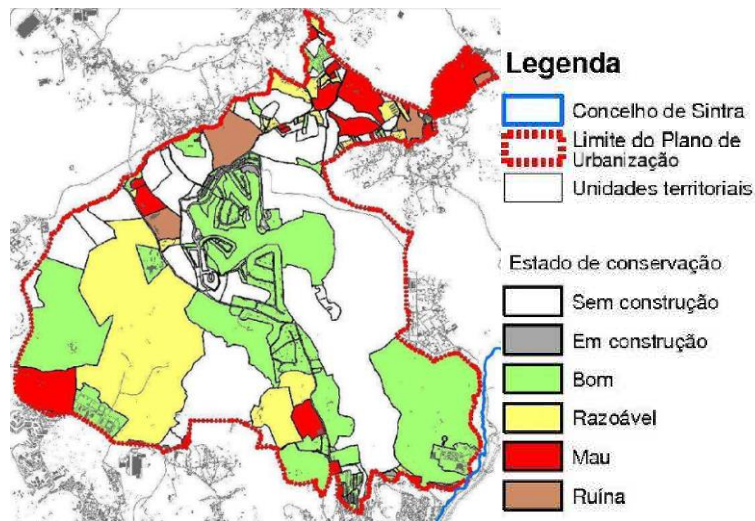
**Figura 18 – Localização das AUGI e da construção clandestina**

Fonte: Adaptado de CMS/DMPGU – PUSC  
Relatório/Diagnóstico - 4ª Revisão - Abril  
2010

De notar que para além das AUGI acima referidas, uma das antigas quintas na zona do Casal Carmona (antiga Quinta da Tapada dos Lobos) contém um princípio de urbanização ilegal, com parcelamento em lotes no interior da propriedade.

Também é possível encontrar áreas edificadas degradadas dispersas pela área do Plano, designadamente junto à prisão, algumas quintas/casais em ruínas, e a existência de unidades industriais obsoletas como já referido.

Como se pode verificar na Figura 19, na área do Plano existem edifícios em mau estado de conservação situados na zona norte, em áreas de construção clandestina (áreas que não foram consideradas AUGI) e mais isoladamente em algumas quintas, existindo também edifícios em estado de ruína.



**Figura 19 – Estado de Conservação do edificado existente**

Fonte: CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico - 4ª Revisão - Abril 2010

Em contraste, de acordo com a publicação no site<sup>27</sup>, o BCC – apresentado na Figura 20 - recebeu o Certificado de Construção Sustentável<sup>28</sup> atribuído pelo Sistema LiderA, tendo obtido uma classificação final no desempenho ambiental e sustentabilidade de Classe A+ (as áreas de Paisagem e Património, Água, Materiais, Resíduos, Qualidade do Ar, Participação e Controlo, Gestão Ambiental e Inovação foram as que registaram melhor desempenho). Esta classificação traduz um desempenho ambiental cerca de quatro vezes superior à prática usual.



**Figura 20 – Edifícios do Belas Clube de Campo**

Apesar dessa certificação, o referido empreendimento está orientado para um estilo de vida individualista. Verifica-se uma ausência de praças e pontos de encontro que são estruturas essenciais à criação de um espaço urbano social. Embora, isoladamente, as praças não tenham o poder de alterar significativamente áreas residenciais, quando estruturados constituem áreas de recreação e lazer, e de interação social, podendo contribuir de maneira significativa para uma vivência mais rica da área residencial. As praças, as ruas vivenciais estabelecem pontos de referência, introduzem formas de

<sup>27</sup> [http://www.belasclubedecampo.pt/golfe/noticia/certificacao\\_1301.aspx](http://www.belasclubedecampo.pt/golfe/noticia/certificacao_1301.aspx) - consultado no dia 1de Julho de 2011

<sup>28</sup> [http://www.belasclubedecampo.pt/cache\\_bin/XPQWwYgXX3797YdB0WC96xwZKU.pdf](http://www.belasclubedecampo.pt/cache_bin/XPQWwYgXX3797YdB0WC96xwZKU.pdf) - consultado no dia 1de Julho de 2011



identificação social, lugares de simultaneidade e de encontros urbanos onde as formas de tempo e de espaço devem relacionar-se ao estilo de vida e ao desenvolvimento do espaço urbano, aumentando igualmente o potencial turístico do local.

Quanto aos **equipamentos**, segundo o Relatório/Diagnóstico<sup>29</sup> e o “Plano de Desenvolvimento Estratégico – Sintra 2015”, a área do PUSC contém inúmeros equipamentos desportivos e lazer, no entanto, relativamente às outras classes de equipamentos, são de uma forma geral deficitários. No que diz respeito aos equipamentos públicos, de uma forma geral a área do PUSC, excetuando o empreendimento BCC, apresenta carências de espaço público e equipamentos, verificando-se, também, uma grande escassez de mobiliário urbano, passeios e bolsas de estacionamento.

Os equipamentos de saúde são descritos como “de reduzida dimensão”, operando “em péssimas condições e situados “em edifícios desadequados, com má localização e maus acessos”<sup>30</sup>. Acresce-se o facto da Divisão de Saúde e Ação Social (DSAS) ter salientado a necessidade de criação de, pelo menos, um centro comunitário nas freguesias de Belas e de Almargem do Bispo, uma vez que não existe dentro da área do Plano, qualquer equipamento de saúde e ação social público.

Verifica-se a existência de dois equipamentos de educação: a Escola EB1/JI Quinta da Fonteireira, com as valências de 1.º ciclo e jardim-de-infância, e a EB1 Camarões, com a valência de 1.º ciclo. No entanto, a Divisão de Educação destacou a necessidade de construção, no território educativo de Almargem do Bispo e na localidade de Idanha, de um equipamento educativo de tipologia “Centro Escolar”, com as valências de pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, e que, caso o Plano venha a prever o aumento do n.º de fogos, poderá vir a ser necessário o alargamento da resposta educativa.

Assinalam-se como equipamentos de defesa e segurança pública o Quartel Militar - Centro Operacional dos Comandos – Campo de Tiro da Serra da Carregueira, as Instalações de Policia: GOE de Sintra, a unidade especial da PSP, o estabelecimento prisional da Carregueira e áreas de intervenção da GNR: Posto de Pêro Pinheiro, que abrange os aglomerados de D. Maria, Vale de Lobos e alguns lugares residuais e o Posto de Mira Sintra que abrange a restante área do Plano.

Relativamente aos equipamentos de salubridade pública apenas se destaca o cemitério Paroquial de Belas.

Apesar de se apresentar como disponível ao público, os equipamentos do BCC são apenas acessíveis através de uma vedação com guarda, sendo na prática efetivamente acessíveis ao público residente, trabalhador e convidado.

---

<sup>29</sup> CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico - 4ª Revisão, Abril 2010

<sup>30</sup> Plano de Desenvolvimento Estratégico – Sintra 2015 (GANEC, 2006)

Segundo o diagnóstico do PUSC<sup>31</sup>, em termos populacionais a área geográfica do Plano contabilizava, em 2001, 2.660 habitantes - o equivalente a 0,7% da população concelhia.

Apresenta, assim, uma **densidade populacional** de 1,6 habitantes por hectare, valor bastante inferior aos observados para o concelho, e uma densidade habitacional de 2,2 hab/fogo, valor abaixo dos apresentados para o concelho e freguesias com 2,9 hab/fogo.

De acordo com o mesmo diagnóstico<sup>15</sup>, numa observação à **estrutura demográfica** da população residente na área do Plano, verifica-se que esta possui as características de uma população adulta ou ativa, uma vez que o grupo etário dos 15-64 anos representa 71,8% do total da população, o grupo dos 0-14 anos representa 22,7% e o grupo dos ≥ 65 anos apenas 5,4%.

De notar que distribuição da população por sexo é muito equilibrada, uma vez que a percentagem de habitantes do sexo masculino é de 51,2%.

Em termos de qualificação académica, 40 % da população tem entre o 1º ciclo e o 3º ciclo de escolaridade, 16,8% da população tem o ensino secundário e 431 residentes não possuem qualquer tipo de qualificação académica, localizando-se a maior percentagem de analfabetismo no lugar de Belas com 67,7%.

Ao nível do ensino superior a localidade de BCC detém a maior percentagem de indivíduos com grau académico superior, 57,3%<sup>32</sup>. A área do Plano apresenta um comportamento, em termos de qualificação académica, muito idêntico ao registado no concelho<sup>23</sup>.

A população ativa na área do Plano é de 1561 indivíduos, e a população residente empregada no PUSC é de 1496 indivíduos. De salientar que só 39,6% da população ativa empregada trabalha no concelho de residência, o que reflete a grande dependência de emprego nos concelhos limítrofes. A taxa de desemprego é de 4,2%, o que reflete um maior peso da população empregada sobre o total da população ativa na área do Plano.

No que diz respeito à **utilização turística e fatores de atratividade turística**, a área do PUSC apresenta-se com um grande potencial, uma vez que se encontra próxima dos concelhos de Lisboa, Oeiras, Amadora, Loures, onde habita a maioria da sua população-alvo. A Serra da Carregueira constitui-se como um polo competitivo face aos concelhos limítrofes, no que diz respeito ao desporto de natureza, turismo, e residência de gama alta complementando a Serra de Sintra. Como já referido no capítulo 0, esta zona integra-se na área secundária da Rede Ecológica Metropolitana

---

<sup>31</sup> CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico - Revisão - Abril 2010

<sup>32</sup> CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico - 4ª Revisão - Abril 2010

(REM) atravessada por um corredor estruturante secundário - valores que conferem à área uma importância metropolitana e regional significativa, e consequentemente uma mais-valia turística.

No entanto, verifica-se uma ausência de estratégia de marketing territorial e divulgação de fatores de atratividade para turismo e lazer. No site<sup>33</sup> da câmara municipal de Sintra, é possível encontrar muita informação relativa ao turismo e atividades culturais, no entanto, esta informação está dispersa e é muito direcionada para a vila de Sintra, ocultando fatores de atratividade inseridos na área do PUSC.

Nos sites das juntas de freguesia que o PUSC abrange, o da junta de freguesia de Belas<sup>34</sup> encontra-se em manutenção, e o da junta de Almargem do Bispo<sup>35</sup> apesar de estar em funcionamento e com destaques para atividades turísticas, contém pouca informação relativa a fatores de atratividade inseridos na área do PUSC. Esta junta de freguesia também tem menor representação na área do Plano.

Assim, apenas se assinala as atividades realizadas no BCC, nomeadamente competições de golfe como o “*Senior Open de Portugal*” em golfe. É também no BCC que se encontram **equipamentos e infraestruturas turísticos e de lazer**. No que diz respeito a este indicador verifica-se que a área do PUSC apresenta essencialmente equipamentos desportivos particulares e militares. É possível encontrar equipamentos e infraestruturas desportivas para uma grande amplitude de modalidades diferentes como o golfe, futebol, hóquei, rugby, andebol, basquetebol, patinagem, ténis e futebol de salão ou futsal.

É nos Clubes de Golfe e de Lazer do Belas Clube de Campo que surgem um conjunto de infraestruturas de apoio e espaços verdes, de estar e lazer: um campo de golfe e um restaurante, um *health club & day spa*, um restaurante, mini mercado, dois campos de ténis, um campo de *futebol society*, um campo multiusos, *skate park*, um parque infantil, uma ciclovia e um amplo espaço verde disponíveis sobretudo para residentes e trabalhadores.



**Figura 21 – Clubes de Golfe do Belas Clube de Campo**

Fonte:  
[http://www.golfenvironment.org/pub/upload/news\\_images/belas1\\_big.jpg](http://www.golfenvironment.org/pub/upload/news_images/belas1_big.jpg)

<sup>33</sup> <http://www.cm-sintra.pt/> - consultado dia 11 de Julho de 2011

<sup>34</sup> <http://www.jf-belas.pt/> - consultado dia 11 de Julho de 2011

<sup>35</sup> <http://www.jf-almargemdobispo.pt/> - consultado dia 11 de Julho de 2011

Relativamente a empreendimentos turísticos existentes apenas se regista um Parque de Campismo particular, com capacidade para 600 utentes localizado no lugar de Almornos. De acordo com informação geográfica disponibilizada pela CMS e com os alvarás de licença de utilização, considera-se que a oferta de alojamento turístico é deficiente e verifica-se que a hotelaria não é prioritária na perspetiva dos privados e investidores.

No que diz respeito a **iniciativas de recuperação/ revitalização do património local e preservação de fatores de identidade local**, a informação (disponibilizada pela equipa do PUSC) é escassa, uma vez que o diagnóstico<sup>36</sup> apenas refere que a preservação e a proteção do património na área do PUSC passa por, sobretudo, evitar que sejam destruídas as características que melhor caracterizam os núcleos destacados: tipo e estilo arquitetónicos.

No entanto, é possível encontrar propostas para iniciativas de recuperação/ revitalização do património local sugeridas por associações locais como por exemplo limpeza periódica dos monumentos e a sua vedação e também a instalação de redes de vigilância e sinalização adequadas nos acessos e áreas envolventes.

De notar que as diversas coletividades inseridas na área do Plano apresentam grande dinâmica. A título de exemplo, destaca-se o Grupo Folclórico de Belas que é considerado um dos agrupamentos mais representativos da região saloia e que tem integrado o elenco de muitos espetáculos de folclore ao longo de vários anos, nos pontos mais variados de Portugal, tendo atuado também em Espanha, Alemanha, França, Egito e Inglaterra.

Da gastronomia destaca-se apenas os Fofos de Belas, cujo nome inicial era Fartos de Creme, apesar de ainda não terem atingido a projeção nacional e internacional das queijadas de Sintra. São confeccionados na Fábrica dos Fofos de Belas, criada há cerca de duzentos anos.



**Figura 22 – Fábrica dos Fofos de Belas**

Fonte: <http://anabelaloureiro1.blogspot.com/2011/03/fabrica-dos-fofos-de-belas-existem.htm>

<sup>36</sup> CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico - 4ª Revisão – Abril 2010



## A4.4 - FCD#4 - Eficiência Energética e Mobilidade

O FCD Eficiência Energética e Mobilidade pretende avaliar o contributo dos padrões de **mobilidade** e dos diversos sectores no âmbito do consumo e **fontes alternativas de energia**, compatíveis com princípios de **eficiência energética**.

No domínio da mobilidade, relativamente à **atratividade da rede de TC e alternativas de transportes**, para o TC ferroviário, a área do Plano encontra-se próxima das estações de Telhal e Sabugo (linha do Oeste) e de Mira Sintra–Meleças (linha de Sintra e Linha do Oeste). A localização destas estações exige que qualquer acesso ao modo ferroviário a partir da área do Plano tenha que ser efetuado mediante o transporte rodoviário (Figura 23). A articulação entre os dois modos de transporte pode assim afetar a atratividade do modo ferroviário por parte de potenciais utilizadores. Relativamente ao TC rodoviário, as duas carreiras que atravessam a área de intervenção, seguem o percurso da EN 117 e servem fundamentalmente o BCC (Figura 24). As restantes carreiras servem apenas alguns extremos na zona Nordeste e a zona Sudoeste dos limites do Plano. No entanto é de realçar que estas carreiras efetuam ligações com outros concelhos: três com o concelho da Amadora (ligação com o Metropolitano de Lisboa) e uma com o concelho de Lisboa (ligação com o modo ferroviário - estações de Belém, Monte Abraão, Queluz-Belas e Reboleira). A médio prazo, e dependendo da extensão da Linha Azul do Metropolitano de Lisboa, poderá existir mais uma carreira que estabeleça uma ligação com o Metropolitano de Lisboa, com paragem no Hospital Amadora-Sintra.

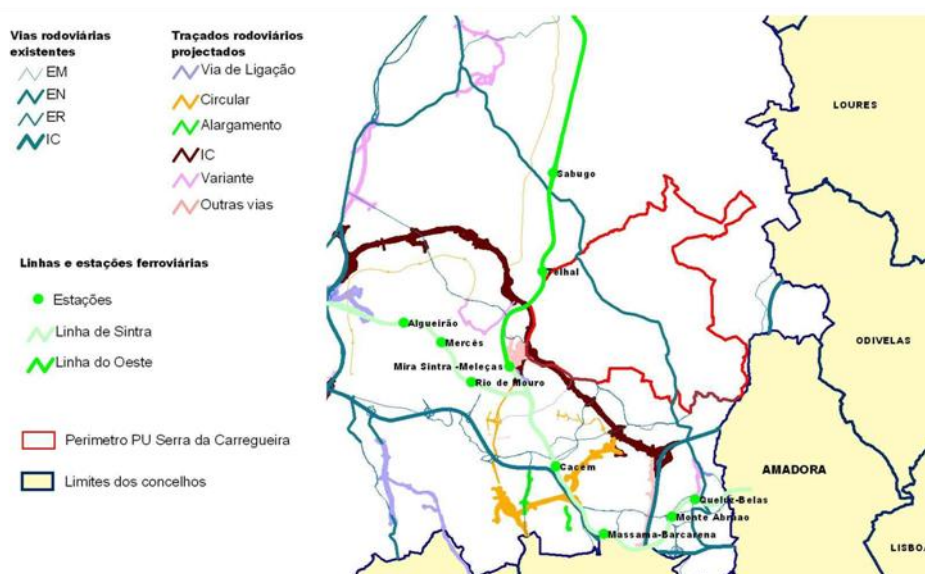
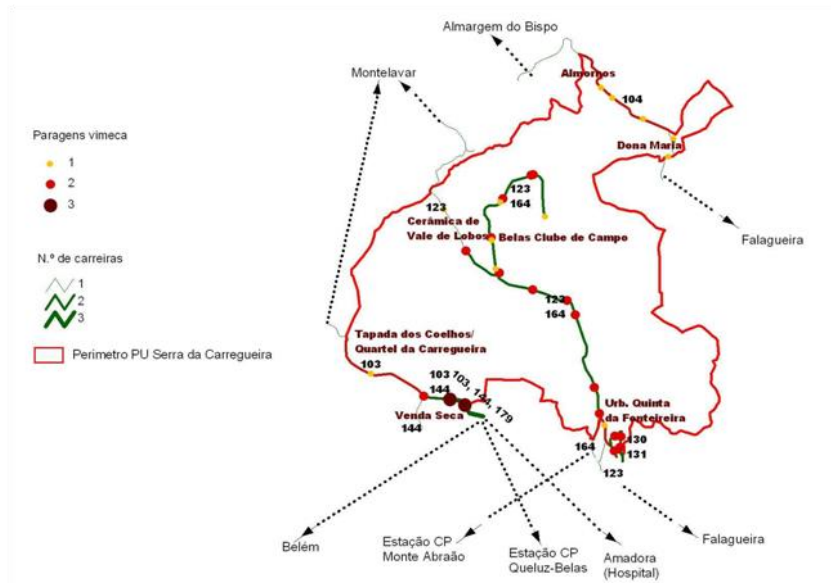


Figura 23 – Rede ferroviária e rodoviária.

Fonte: CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico – 4ª Revisão – Abril 2010.



**Figura 24 – Carreiras que atravessam a área do PUSC (Vimeca).**

Fonte: CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico – 4ª Revisão – Abril 2010.

De um modo geral, as carreiras referidas apresentam frequências muito reduzidas, com exceção de duas<sup>37</sup>: uma que serve a área da Venda Seca, com serviço noturno e frequência sempre inferior a uma hora, e por isso, com potencial para constituir uma alternativa ao TI (embora não vá além de Queluz); a outra efetua a ligação ao empreendimento do BCC, com concentração de paragens nessa área. Ainda referente ao BCC é de destacar o “BCC EXPRESSO” como um dos meios de transporte que ofereceria outra alternativa viável ao TI para esta área do Plano. Este serviço disponibiliza gratuitamente transporte rodoviário direto para os concelhos de Lisboa e Odivelas (estação de metropolitano do Senhor Roubado, com passagem pelo Centro Comercial Colombo). No entanto, apesar da articulação com a rede do metropolitano, este transporte está limitado aos residentes e visitantes do empreendimento. Segundo o BCC, a procura tem aumentado o que pode indicar alguma atratividade deste meio de transporte, a que acresce o facto de o percurso ser totalmente gratuito, sendo somente pago nas deslocações exteriores até à estação de metropolitano.

No seguimento do descrito, não existem dados à escala do Plano que permitam aferir a **repartição modal para a área do PUSC** ou da sua envolvente, no entanto, é importante referir que o comboio desempenha um papel muito importante nas deslocações pendulares para Lisboa ao nível concelhio, mas mesmo assim, tem verificado uma diminuição da sua importância face ao TI. Para o TC rodoviário, é apontada uma tendência de aumento do número de utilizadores dos autocarros que

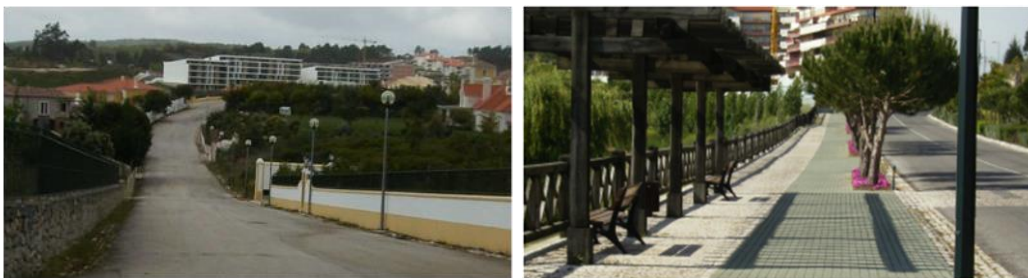
<sup>37</sup> CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico – 4ª Revisão – Abril 2010 e Relatório da 1ª Fase – Caracterização e Diagnóstico do Sistema de Transportes e Mobilidade – Estudo de Tráfego – Janeiro 2010



servem a urbanização do BCC e que efetuam a ligação com a linha do Metropolitano de Lisboa. Segundo os Estudos de Tráfego, espera-se um aumento de tráfego resultante das ligações da rede viária local com a rede da envolvente, a que se soma a potencial criação de novas áreas geradoras de tráfego.

Do ponto de vista das **redes pedonais e de ciclovias na área do PUSC e sua ligação com a envolvente** não se pode dizer que exista uma verdadeira rede na área do PUSC, pois os espaços que poderiam oferecer condições para esses modos de deslocação encontram-se em algumas urbanizações sem uma lógica de ligação que lhes confira uma noção de conjunto.

Segundo o diagnóstico do PUSC, na urbanização do BCC, o perfil e bom estado dos arruamentos permitem a existência de uma ciclovia interna com um percurso de 4,5km. A componente da circulação pedonal também se encontra relevada nesta urbanização, não só pelas características dos passeios como pela importância dada aos espaços de apoio à circulação. Contudo, esta rede em particular praticamente não possui comunicação com as áreas da envolvente, o que pode resultar não só da existência de obstáculos para a expansão deste tipo de estruturas como também da morfologia do terreno. Nas restantes áreas urbanizadas, a existência de espaços para circulação em modos suaves é variável, surgindo áreas com algumas condições de circulação (Urbanização da Quinta da Fonteireira, De Stoop) e outras com deficiências neste tipo de espaços, como sucede nas áreas classificadas como AUGI (Figura 25). Convém ainda referir que a EN 117, como via estruturante de ligação entre as áreas urbanas e grandes equipamentos na área do PUSC, possui estrangulamentos em pontos de atravessamento de alguns núcleos urbanos, o que origina situações de conflito automóvel-peão e influi negativamente nas condições de circulação pedonal e ciclável.



**Figura 25 – Inexistência de passeios (Urbanização de Stoop) e espaços de circulação com mobiliário urbano (BCC).**

Fonte: CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico – 4ª Revisão – Abril 2010.

A CMS promove algumas iniciativas no âmbito da **acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida** não existindo nenhuma direcionada para a área do Plano. Contrariamente ao relativo bom estado de conservação dos passeios são de referir



impasses, inexistência de estacionamento demarcado, arruamentos sem passeios e por vezes pendentes significativas, que podem constituir obstáculos. No BCC, destaca-se mais uma vez o bom estado dos passeios, com mobiliário urbano, não existindo no entanto indicação do grau de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada. Em 2003 a CMS publicou um guia de normas técnicas para implementação de melhorias na acessibilidade em passeios e vias de acesso, rampas, equipamentos desportivos, de lazer, entre muitos outros. Apesar disso, não existe informação relativa ao estado da implementação destas normas.

A segurança dos peões é outro aspeto a considerar pela sua relação com as infraestruturas viárias. Do ponto de vista da **sinistralidade rodoviária**, e segundo os dados do Governo Civil, a maioria dos acidentes concentra-se na envolvente do Plano.

No domínio da **eficiência energética** e para além do quadro de mobilidade descrito, contribui também, a energia consumida em diversos sectores. Apesar de não existir informação específica para a área do Plano, a existente incide sobre o concelho de Sintra na sua globalidade, com exceção da área do BCC e das iniciativas a este associadas. Desta forma, não é possível analisar o grau de concretização da política energética concelhia na área do Plano principalmente ao nível da quantificação dos consumos e eficiência energéticos.

Relativamente ao **consumo de energia per capita**, e segundo o Plano Energético de Sintra, o concelho tem um consumo de 9,6MWh/habitante, 39% inferior ao consumo nacional (15,7MWh/habitante), sendo que para o BCC não estão disponíveis dados que permitam a comparação.

Ao nível do setor doméstico, e segundo o diagnóstico do Plano Energético de Sintra, em 2001 cerca de metade do **consumo de energia elétrica** no concelho provinha do aquecimento, influenciado pelo estado do parque edificado e da iluminação pública.

Na generalidade da área do Plano, os edifícios encontram-se em bom estado de conservação, por existirem construções recentes numa proporção considerável (apenas 21% dos edifícios foram construídos antes de 1960) e com grande representatividade de tipologias de habitação unifamiliar. Os edifícios em mau estado de conservação, como já referido, situam-se maioritariamente na zona norte do Plano e correspondem geralmente a áreas de construção clandestina ou algumas quintas, sendo provável que os consumos sejam mais elevados, pela menor eficiência na climatização dos espaços. No que se refere ao comportamento térmico e qualidade da construção dos edifícios o relatório do Observatório do Desempenho Energético do Edificado de Sintra (2009) apresenta uma tendência de prevalência de certificação na classe C para os edifícios construídos e uma prevalência de certificação na classe A nas novas construções, nas freguesias de Belas e Almargem do Bispo, as únicas abrangidas pela área do Plano e caracterizadas neste estudo.

Relativamente a outros setores como a Agricultura, Serviços e Indústria, verifica-se para o **consumo per capita de energia elétrica** uma tendência de crescimento médio anual de 0,4%, 4,8% e -2,1%, respetivamente, no período 1992 – 2004. O decréscimo no sector da Indústria poderá ser explicado pelo aumento do consumo de gás natural (47,8%) para o mesmo período.

No que se refere ao consumo de energia elétrica para **iluminação pública**, mais uma vez, a informação a nível concelhio indica um parque de iluminação obsoleto e degradado, com valores iluminotécnicos inadequados para os locais e diferentes atividades e uma tendência de crescimento médio anual de 3,9 %<sup>38</sup>. Para os serviços públicos, o consumo de energia elétrica *per capita* também tem vindo a aumentar no período entre 1991 (57,2 kWh/hab) e 2004 (142,4 kWh/hab).

Em 1997, foi criada a Agência Municipal de Energia de Sintra (AMES), de forma a apoiar a CMS na definição de uma **política energética para o Concelho**, definindo em 2004 a estratégia para o sector energético e a sua tradução em diversas medidas. A AMES congrega ainda várias iniciativas e projetos relativos à política energética concelhia incluindo o Observatório do Desempenho Energético do Edificado de Sintra. Além disso, desde 2005 são disponibilizados locais fixos de atendimento nos Gabinetes de Apoio ao Município, sendo complementados por uma Linha Verde e uma *newsletter* incidente em várias questões do domínio energético. Por outro lado, dada a situação do parque de iluminação pública do Concelho, a CMS criou um Plano de intervenção denominado em 2003 e que foi concluído no final de 2005, onde se substituíram equipamentos obsoletos existentes na via pública correspondentes a 55% da iluminação pública do Concelho. Apesar do aumento no consumo de energia elétrica associado a esta medida registaram-se ganhos a nível da eficiência e qualidade de iluminação.

Na área do PUSC destaca-se o empreendimento do BCC cuja gestão e **iniciativas ambientais** passam pelo controlo dos consumos energéticos, com concretização ao nível de certificação de sustentabilidade pelo LiderA. São também levadas a cabo diversas ações de formação e sensibilização. As questões de eficiência energética conduziram à implementação do programa “BCC a caminho de Quioto” a que se soma o projeto “Casa + Sustentável”, promovido pela Agência Municipal de Energia de Sintra, pelo BCC e por conjunto de parceiros e que pretende construir uma casa de elevado desempenho energético e de sustentabilidade. No entanto, não estão disponíveis dados que permitam definir tendências nos consumos energéticos específicos do BCC.

De uma forma global, com os padrões de consumo que se verificam no concelho, as alternativas de fonte renováveis são uma opção a considerar.

---

<sup>38</sup> Plano Energético de Sintra.

A mancha florestal da área da Serra da Carregueira (não completamente englobada no Perímetro do Plano, conforme indicado no FCD #1) destaca-se na margem norte da AML, em conjunto com a mancha associada à Serra de Sintra. Com uma área de cerca de 520 ha (30% da área total do PUSC – ver Figura 6) desempenha um importante papel na perspetiva do **sequestro de carbono**, dadas as dinâmicas urbanísticas que se verificam do território da AML. Por outro lado, na perspetiva do aproveitamento energético do recurso florestal da Carregueira, deve ser referido que a nível concelhio o **aproveitamento energético da área florestal** está muito aquém das suas potencialidades. A biomassa resultante das operações de exploração florestal e das intervenções silvícolas (e.g. corte final, limpezas e desbaste) é um material que é deixado no povoamento, aumentando o risco de incêndio e, não tendo valor comercial, poderá ser valorizado energeticamente.

Relativamente a outras **alternativas renováveis para produção de energia**, o potencial de aproveitamento eólico ao nível do concelho de Sintra foi abordado no "Atlas do Vento"<sup>39</sup>. Neste estudo são visíveis valores de potencial mais elevados para os relevos associados à área da serra da Carregueira, relativamente às zonas circundantes. Estes valores resultam da maior altitude e exposição dos cabeços existentes, onde o seu aproveitamento no passado se encontra demonstrado pelas estruturas dos antigos moinhos existentes na área do Plano. Relativamente à energia solar, a mesma fonte refere que a maior potencialidade encontra-se na área de cobertura de edificado existente nas vertentes voltadas a Sul.

Relativamente a **iniciativas no domínio das renováveis**, têm sido desenvolvidas sessões de esclarecimento sobre microgeração junto das Juntas de Freguesia, nomeadamente no que toca ao regime jurídico, benefícios fiscais e requisitos para microprodutores e, também, aconselhamento relativo a energia solar térmica.

A informação mais consistente refere-se às iniciativas do BCC onde a implementação do programa "BCC a caminho de Quioto" se materializou na certificação energética dos fogos do BCC, bem como na instalação de painéis solares para o aquecimento das águas e introdução de painéis fotovoltaicos para produção de energia e venda à rede. Além destas medidas, encontra-se ainda em curso um projeto de recolha porta-a-porta de óleos alimentares usados para produção diária de 3000L de biodiesel, sendo ainda desenvolvidas iniciativas para o público mais jovem em parceria com a CMS.

---

<sup>39</sup> Costa e Estanqueiro (2003) "Atlas do Vento do concelho de Sintra" in CMS - Agência Municipal de Energia de Sintra - "Plano Energético de Sintra"

## A4.5 - FCD#5 - Modelo de Governança

No FCD modelo de governança, pretende-se avaliar de que forma é considerada a governança na proposta de desenvolvimento do PUSC, preconizada através de orientações para a **gestão adaptativa e colaboração público-privada** e mecanismos propostos para a **participação e envolvimento de agentes**.

A informação atualmente disponível para avaliar os critérios referentes ao **modelo de governança** é insuficiente e fragmentada para uma análise tendencial aprofundada. No entanto, a equipa do PUSC apresentou uma análise SWOT, com informações alusivas a este FCD.

A informação relativa a **critérios e objetivos de gestão do território na área do PUSC** e de financiamento do Plano é escassa em toda a informação disponibilizada pela equipa do PUSC. Destaca-se, na análise SWOT, a alusão às divergências entre instrumentos de gestão territorial (PDM de Sintra/PROT-AML), as atuais práticas de restrição orçamental e a morosidade dos procedimentos administrativos, que consequentemente entram em conflito com o tempo institucional dos privados/investidores.

Pela deficiente oferta de alojamento turístico, verifica-se que a hotelaria não é uma atividade prioritária na perspetiva dos privados e investidores<sup>40</sup>. A atividade turística resume-se ao Parque de Campismo de Almornos e à colónia de férias da EPAL, embora esteja prevista uma unidade hoteleira no BCC. Esta é uma situação crítica quando é necessário consolidar a gestão territorial do PUSC com as políticas expressas no PDM de Sintra e nos Termos de Referência do Plano.

Outra importante questão está relacionada com a **estrutura de gestão do PUSC** e os mecanismos de execução urbanísticos do mesmo. Neste domínio, a área afeta ao PUSC engloba três UOPG definidas no PDM de Sintra, mas não são identificadas, a nível regulamentar, disposições ou objetivos específicos para cada uma delas. Tão pouco é abordado o mecanismo de tomada de decisão para a implementação do PUSC.

Salienta-se o condicionamento de gestão municipal, situação importante do ponto de vista da capacidade de planeamento e **gestão adaptativa**. Existem várias jurisdições/subordinações que atuam na área do PUSC, CMS, MAI (GOE), MDN, privados, pelo que a zona se encontra sujeita a diferentes níveis de decisões em domínios diversos. De notar, apenas, que uma vez que estão previstos mecanismos de conversão das AUGI, prevê-se a participação dos moradores e uma vez que há multiplicidade e ambiguidade de jurisdição, alerta-se para a complexidade na

---

<sup>40</sup> CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico - 4ª Revisão – Abril 2010

articulação das jurisdições que atuam no concelho de Sintra: a CMS e a Administração Central (Defesa Nacional).

No que diz respeito a mecanismos de **parceria público-privada**, verifica-se que na descrição<sup>41</sup> dos projetos públicos ou privados relevantes para a área de intervenção (quer pela sua dimensão ou impacte quer pelo local e área envolvente) não são apresentadas parcerias públicas-privadas, sendo apenas identificado como projeto público determinante o IC16 (A16), e como projetos privados determinantes o BCC e o alvará de loteamento nº11/2007 da Colonade.

O critério **modelos de participação e envolvimento de agentes** pretende avaliar as iniciativas municipais de promoção da participação e envolvimento de agentes. No entanto, a informação relativa a estas matérias, designadamente **mecanismos de envolvimento de agentes e de participação pública, de reação e retorno e de coresponsabilização**, é omissa na informação disponibilizada.

---

<sup>41</sup> CMS/DMPGU – PUSC Relatório/Diagnóstico - 4ª Revisão – Abril de 2010